

PERNAMBUCO



GILBERTO FREYRE ESTEVE AQUI

Nos 120 anos do autor, especial pensa seu legado à luz (e sombra) do Brasil atual

CARTA DOS EDITORES

Rechaçado por ser conservador, e mesmo reacionário, Gilberto Freyre (1900-1987) é um autor que nos faz pensar avanços e limites da prática atual de ignorar um autor complexo e direitista que, feliz ou infelizmente, deu contribuições reais para o pensamento social brasileiro. Se elogiava de forma problemática o colonialismo e pautava a mestiçagem como uma convivência pacífica entre os diferentes, também pensava o Brasil fora dos padrões europeus de modernidade e discutia ecologia muito antes das correntes sociológicas dos EUA. Neste especial, que busca lê-lo nos 120 anos de nascimento, especialistas falam sobre o autor de Apipucos: Maria Lucia Pallares-Burke pensa suas relações com a ditadura; Simone Meucci fala sobre as contribuições às ideias que pensam a religião como sistema de dominação; Evaldo Cabral de Mello confere um panorama sobre a riqueza desta obra; e Elide Rugai Bastos, em entrevista, introduz leitoras e leitores a uma miscelânea de temas tratados pelo escritor, em ponte com as leituras dele feitas nas universidades.

Se Freyre e sua obra surgem como terreno pantanoso que não pode ser completamente

condenado ou redimido, outras questões nesta edição mostram-se mais pacíficas em sua forma de representar narrativas e políticas. O ensaio de Zoy Anastassakis apresenta uma experiência prática de comunidade e cuidado na UERJ ante a falência do Rio de Janeiro e ataques anti-intelectuais. A resenha do mais recente livro de Michael Löwy no Brasil mostra a necessidade de contato com a força revolucionária de textos conhecidos de Walter Benjamin. A entrevista com Carmem Negreiros traz um panorama temático, político e estético pela obra de Lima Barreto, em uma sistematização desenvolvida a partir do contato direto com estudantes de letras. O último romance de Arnon Grunberg no Brasil nos mostra os problemas políticos e subjetivos do nosso tempo assentados em corpos e mentes cada vez mais adoecidos.

Ainda nesta edição: os bastidores do novo livro de Patrícia Melo; o Brasil de Milton Hatoum no projeto *Viagem ao país do futuro*; a força das primeiras ficções de Juan José Saer; resenhas de vários livros, além das colunas de Everardo Norões e José Castello.

Uma boa leitura a todas e todos!

COLABORAM NESTA EDIÇÃO



Estevão Azevedo
escritor, autor
de *O som de nada
acontecendo*



**Maria Lúcia Garcia
Pallares-Burke**,
historiadora e
pesquisadora (Univ.
de Cambridge), autora
de *Gilberto Freyre: Um
vitoriano nos trópicos*



Simone Meucci,
socióloga e
professora
(UFPR), autora de
*Institucionalização
da sociologia
no Brasil*

Evaldo Cabral de Mello, historiador, autor de *O nome e o sangue*; **Isabel Lucas**, jornalista, autora de *Viagem ao país do futuro*; **Iuri Müller**, escritor e doutorando em Letras (UFRGS), autor de *Luz em nevoeiro*; **Karina Freitas**, designer; **Leonardo Nascimento**, jornalista e mestre em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ); **Patrícia Melo**, escritora, autora de, entre outros, *Gog Magog*; **Priscilla Campos**, poeta, jornalista e doutoranda em Literatura Hispano-americana (USP), autora de *O gesto*; **Zoy Anastassakis**, designer, professora e pesquisadora (UERJ), autora de *Triunfos e impasses: Lina Bo Bardi, Aloisio Magalhães e o design no Brasil*

EXPEDIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Governador
Paulo Henrique Saraiva Câmara

Vice-governadora
Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Secretário da Casa Civil
Nilton da Mota Silveira Filho

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE

Presidente
Ricardo Leitão

Diretor de Produção e Edição
Ricardo Melo

Diretor Administrativo e Financeiro
Bráulio Meneses

PERNAMBUCO

Cepe
EDITORA

Uma publicação da Cepe Editora
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro – Recife
Pernambuco – CEP: 50100-140

Redação: (81) 3183.2787 | suplementope@gmail.com

SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Luiz Arrais

EDITOR
Schneider Carpeggiani

EDITOR ASSISTENTE
Igor Gomes

DIAGRAMAÇÃO E ARTE
Hana Luzia e Janio Santos

ESTAGIÁRIOS
Eduardo Azerêdo, Filipe Aca e Nuno Figueirôa

TRATAMENTO DE IMAGEM
Agelson Soares

REVISÃO
Dudley Barbosa e Maria Helena Pôrto

COLUNISTAS
Diogo Guedes, Everardo Norões e José Castello

PRODUÇÃO GRÁFICA
Júlio Gonçalves, Eliseu Souza, Márcio Roberto, Joselma Firmino
e Sôstenes Fernandes

MARKETING E VENDAS
Tarcísio Pereira, Rafael Chagas e Rosana Galvão

E-mail: marketing@cepe.com.br
Telefone: (81) 3183.2756

VALORIZAMOS A CULTURA QUE É DE TODOS NÓS.

Um instrumento de transformação social. Esse é o papel fundamental da cultura e é nisso que a **Continente** acredita. Por isso, além de viver e sentir as manifestações do nosso povo em todas as nossas páginas, a gente leva tudo até você.

Acesse
REVISTACONTINENTE.COM.BR/ASSINE,
use o código **EUAPOIO**
no carrinho de compras e assine
a **Continente** com **30% de desconto**.

Assinatura Anual
(Continente Impressa)

12X R\$ 10,54* ASSINATURA GRÁTIS DIGITAL

Assinatura Bianaual
(Continente Impressa)

12X R\$ 18,98* ASSINATURA GRÁTIS DIGITAL

Assinatura Anual
(Continente Digital)

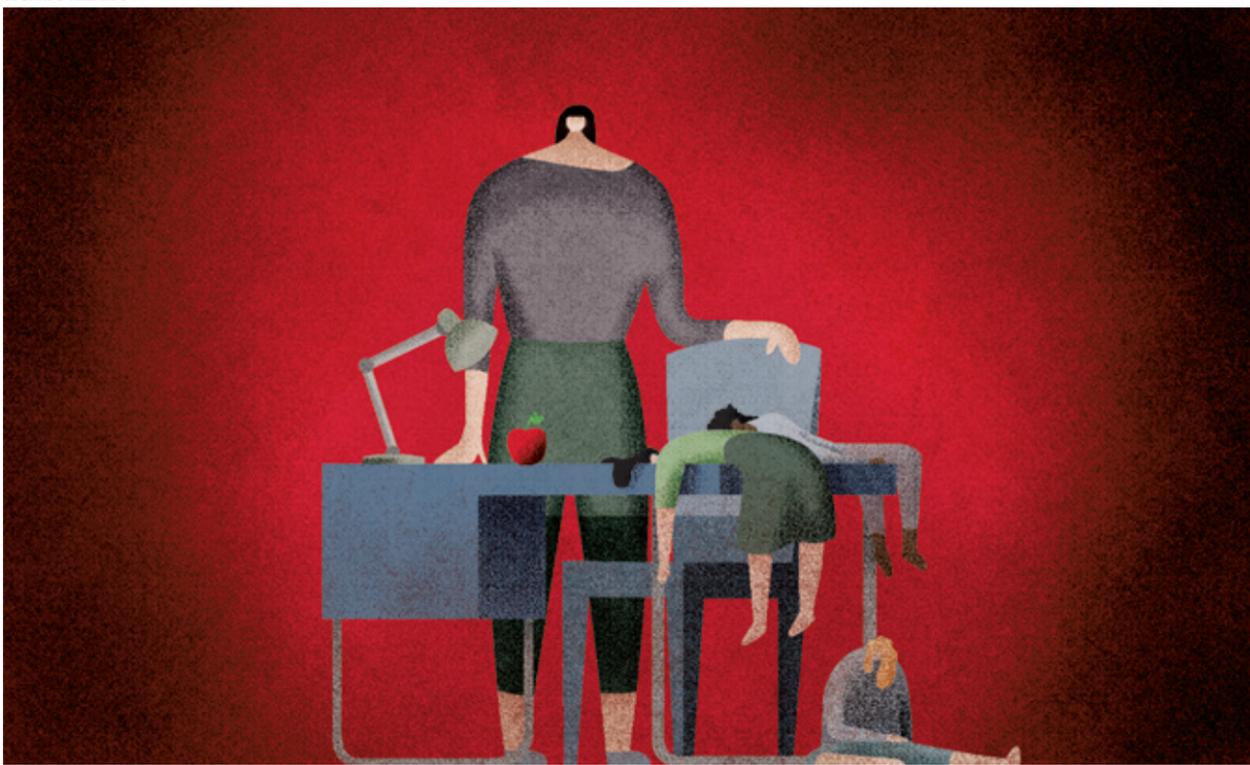
R\$ 42

conteúdo
é tudo

*Valor promocional da parcela referente à divisão em 12 vezes com juros da assinatura anual impressa da revista Continente com 30% de desconto utilizando o código de desconto "EUAPOIO" no carrinho de compras da loja virtual da Cepe Editora (www.cepe.com.br/lojacepe). Compra sem juros pode ser feita nas livrarias Cepe Editora no valor promocional de R\$ 105,00 parcelado em até três vezes, no valor de R\$ 35,00, utilizando o código de desconto "EUAPOIO", ou em parcela única no valor promocional de R\$ 105,00, utilizando o código de desconto "EUAPOIO" no carrinho de compras da loja virtual da Cepe Editora (www.cepe.com.br/lojacepe). Para compras sem o código de desconto, o valor em parcela única da assinatura anual impressa é de R\$ 350,00. **Valor promocional da parcela referente à divisão em 12 vezes com juros da assinatura bianaual impressa da revista Continente com 30% de desconto utilizando o código de desconto "EUAPOIO" no carrinho de compras da loja virtual da Cepe Editora (www.cepe.com.br/lojacepe). Compra sem juros pode ser feita nas livrarias Cepe Editora no valor promocional de R\$ 189,00 parcelado em até três vezes, no valor de R\$ 63,00, utilizando o código de desconto "EUAPOIO" ou em parcela única no valor promocional de R\$ 189,00, utilizando o código de desconto "EUAPOIO" no carrinho de compras da loja virtual da Cepe Editora (www.cepe.com.br/lojacepe). Para compras sem o código de desconto, o valor em parcela única da assinatura bianaual impressa é de R\$ 270,00.

BASTIDORES

EDUARDO AZERÉDO



Do que é feita a maçã e algumas anotações

Autora conta jornada de *Mulheres empilhadas*, seu 12º romance, baseado em pesquisa sobre o feminicídio no Brasil e a atuação do Estado quanto a esse crime

Patrícia Melo

Nos encontros com leitores, ou ainda em conversas com jornalistas, há sempre o momento em que se pergunta ao escritor sobre como nascem os livros. William Faulkner, na sua famosa entrevista à *Paris review*, contou que *O som e a fúria*, um dos meus livros preferidos, nasceu de uma imagem mental: os fundilhos enlameados da calcinha de uma menina, trepada numa árvore, observando o funeral da sua avó e relatando o que via para os irmãos, que permaneciam no chão, junto à árvore. Ernest Hemingway escreveu algumas de suas melhores obras a partir de suas experiências em expedições de caça. Jorge Luis Borges dizia que seus contos tinham origem em situações insólitas. Herman Melville usou um acidente trágico no oceano Atlântico, em 1820, como inspiração para seu romance *Moby Dick*.

Quanto a mim, os embriões de minhas histórias são geralmente temas. E, por isso mesmo, eu costumo dizer que o processo criativo de um romance começa muito antes de nos darmos conta dele. A coisa se passa, mais ou menos, assim: de repente, noto que uma questão qualquer vem me perseguindo, é sobre ela que estou lendo com frequência, cada vez mais, é sobre essa temática que penso na cama, antes de dormir, ou logo ao acordar. Em certo momento, vejo que nem se trata mais de curiosidade: já é uma obsessão. *Acqua toffana* foi o resultado das minhas divagações sobre perversidade. *O matador* trata da banalização da violência no Brasil. *Ladrão de cadáveres* gira em torno das minhas reflexões sobre finitude. *Valsa negra* é um romance sobre o ciúme patológico.

Claro que a eleição do tema é só o começo de uma jornada, à qual vão se somar muitas outras coisas — emoções, experiências, imaginação. Amós Oz, numa deliciosa entrevista que deu à sua editora Shira Hadad, traduzida para o português por Paulo Geiger, explica, de forma poética: “Tome uma maçã. Do que é feita a maçã? Água, terra, sol, uma macieira e um pouco de adubo. É feita delas, mas não se parece com elas.” Assim é um romance.

Com *Mulheres empilhadas*, meu último romance, tudo se deu ainda de forma mais peculiar. No final de 2017, as editoras da Leya Brasil Leila Name e Izabel Aleixo me procuraram para propor um projeto. Deram-me toda liberdade, mas sugeriram que eu pensasse numa temática ligada à mulher, ou que inventasse uma história com protagonismo feminino.

Hoje, eu creio que foi essa sugestão que me fez aceitar o convite. Foi nossa conversa inicial que me fez pensar que há uma dicção masculina em meus romances, e que minha galeria de personagens, nos meus 11 romances anteriores, é, majoritariamente, composta por homens. Por quê? Talvez, porque eu destaque a violência da sociedade brasileira, uma violência praticada sobretudo por homens. (A violência, como já foi dito, é o primeiro componente da identidade masculina.)

Quando se olha para a mulher brasileira, o que vemos é uma realidade complexa. Somos trabalhadoras

incansáveis, temos jornada dupla de trabalho, e nossa renda é mais baixa que a dos homens. Pior: pesquisas mostram que quase a metade das brasileiras em idade ativa está fora do mercado de trabalho. Somos mal pagas. Exploradas. Discriminadas. Mas o que me chamou a atenção, no Brasil, ao olhar para nossas mulheres, foi o fato de morrermos como moscas.

A cada dia, três mulheres são vítimas de feminicídio. Enquanto você lê este artigo, uma mulher foi estuprada e até você acabar a leitura, já haverá outra vítima. A média é um estupro a cada nove minutos. A maioria deles nem é reportada à polícia. E note que uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha a cada dois minutos. Esses dados colocam o Brasil no quinto lugar no ranking dos países mais violentos para a mulher. Quando comecei a pesquisar o assunto, o Brasil possuía 10 mil casos de feminicídio sem resposta do Poder Judiciário, segundo o Conselho Nacional de Justiça.

Ao me deparar com essas cifras, percebi que já tinha escolhido o tema do meu romance. O que eu sabia sobre o assunto é o que todos sabemos pela imprensa: não se passa um dia sem que uma mulher não seja morta pelo fato de ser mulher. Ao vislumbrar a dificuldade e complexidade da pesquisa, eu, juntamente com as editoras, achei por bem contratar uma jornalista experiente para nos ajudar.

Emily Sasson Cohen, que conheci por intermédio do jornalista inglês Misha Glenny, autor de *Nêmesis*, foi meus ouvidos e meus olhos durante o período de escritura. Posso dizer que nossa investigação foi uma das experiências mais angustiantes da minha vida. Foi como se metessem minha cabeça no caldeirão do inferno para que eu visse como ele funciona por dentro. Conversamos com advogados, delegados, juizes, especialistas, vítimas que sobreviveram, e acompanhamos diversos julgamentos. Minha sensação é que havia uma pilha de mulheres mortas na minha mesa de trabalho (e daí veio o título *Mulheres empilhadas*). E o que as diferenciava era o nome. E a condição social. Mas suas histórias eram sempre as mesmas: quase todas foram assassinadas pelos seus maridos, ex-maridos, amantes, namorados, ou por alguém em quem, um dia, depositaram confiança. Antes de morrer, elas foram espancadas, humilhadas, violadas e ameaçadas.

A morte é o capítulo final de uma longa história de violência; violência subletal e invisível que explode, geralmente, no dia em que essas mulheres decidem cair fora de um relacionamento abusivo. Além do fato assombroso de o patíbulo dessas mulheres ser a própria casa, local que deveria ser o seu santuário.

Um dos aspectos que mais me mobilizaram foi perceber que o feminicídio está naturalizado na nossa sociedade. Na mídia, é comum a exploração do feminicídio como forma de entretenimento. O Estado não se importa com os cadáveres de mulheres produzidos em escala quase industrial. Na verdade, o Estado, ao manter uma realidade assimétrica para os gêneros, é cúmplice nessas mortes. De certa forma, podemos dizer: esses matadores e estupradores que, muitas vezes, permanecem impunes, são os eficientes soldados do Estado machista, misógeno, na função odiosa de garantir a supremacia masculina, na qual o casamento é uma espécie de licença para matar.

Uma das dificuldades do romance foi escolher o cenário para a minha história. Eu não queria fazer um retrato da mulher cidadina, carioca ou paulista. Eu queria mostrar a questão do feminicídio na realidade brasileira. Ao ler uma notícia sobre o mutirão que o Judiciário vinha realizando para dar conta do excesso de julgamentos que aguardavam uma solução, notei que o Acre é o estado número um quando o assunto é feminicídio. Ali, temos a mulher da cidade, de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e também a indígena das aldeias, a mulher dos povos ribeirinhos, da zona rural.

O Acre, claro, me deu mais. Temos a floresta Amazônica que, como diz um ditado do Suriname, “tem respostas para perguntas que sequer ainda começamos a elaborar”. Assim, a floresta entrou no meu livro também como personagem, como uma promessa, um sopro de vida, necessário contrapeso à terrível realidade de feminicídio no país.

Mulheres empilhadas foi um livro escrito com muita indignação e ódio. Mas posso dizer que sua escrita operou em mim uma profunda transformação. Como feminista, hoje me sinto na obrigação de engajamento e ativismo na questão da educação para os direitos humanos. Porque é como uma forma de violação dos direitos humanos que toda a violência contra a mulher deve ser encarada.

ENSAIO

Pezão e os cupins em uma escola de design

Refazendo cuidado e comunidade numa universidade sob ataque

Zoy Anastassakis

Uma das primeiras atividades após nossa posse na diretoria da Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ foi uma inspeção ao campus da Esdi, que eu não visitava de forma detida desde meus tempos de aluna, nos anos 1990. Nessa ocasião, fiquei bastante impressionada com a deterioração das instalações, que pareciam estar sendo tomadas pela ação do tempo, das plantas e dos cupins, que se espalhavam por toda parte.

[...]

Em relação aos cupins, contactamos um especialista em termitologia, professor aposentado de uma universidade pública, que prestava serviços de descupinização. Em suas visitas ao campus, fomos apresentados ao trabalho silencioso e invisível realizado por essas criaturas, que haviam transformado o interior de portas e janelas em outras insuspeitadas coisas. Os cupins pareciam ter o cuidado de não roer as suas superfícies externas, devorando o seu interior, para então adicionar um novo material, composto de saliva e excrementos. Assim, aparentemente, ainda era possível encontrar, nas salas, portas, janelas e tampos de mesa. Contudo, por dentro, elas não eram mais compostas de madeira. Em seu lugar, esse estranho material, produzido pelo esforço colaborativo dos cupins e seus companheiros intestinais.

Então, o que parecia ser ainda uma escola, era já uma mesma e outra coisa. Uma outra escola, aparentemente oca, mas já reconformada por uma nova materialidade, produzida lentamente pelo trabalho invisível e silencioso dos cupins. Se, como administradores, tínhamos de combater a ação dessas criaturas e investir em modos de recuperar o que eles haviam danificado, por outro lado, o contato com essa outra arquitetura, produzida por eles, nos lançava uma série de questões relacionadas à novidade daquela (des)arquitetura. Que outras novas estórias essa arquitetura simbiótica nos convidava, agora, a edificar?

[...] Mais ainda, que estórias decidimos honrar? Aquela com a qual se identifica esse professor-fundador a quem por duas vezes prestamos homenagem em 2017? A da diretora Carmen Portinho, engenheira, urbanista e ativista do feminismo, plantando árvores junto aos alunos nos anos 1960? A que nos contam as raízes tentaculares das árvores que se aventuram pela cidade em busca de água? A dos cupins vivendo junto com bactérias e protozoários que com eles desenvolvem imbricados modos de vida e renovadas materialidades? Aquelas vividas pelos mais de mil designers já formados na Esdi? A dos 45% de alunos que entraram na universidade por meio de uma política estadual que reserva vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino, negros, pessoas com deficiência e integrantes de minorias étnicas, além de filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, política na qual a UERJ é pioneira no país? Ou, talvez, a estória forjada pelo governador Luiz Fernando de Souza, mais conhecido como Pezão, à frente da administração do estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2018?

Após um tempo de euforia, decorrente do anúncio da descoberta de reservas petrolíferas na camada de pré-sal do subsolo oceânico na região do Rio de Janeiro, esse estado mergulhou em processo de profunda crise financeiro-administrativa. A UERJ, universidade pública vinculada à administração estadual, e da qual a Esdi faz parte, foi afetada de modo intenso e inédito. Responsável pelo repasse de verbas para manutenção e custeio das atividades acadêmicas nessa universidade, o governo do estado subtraiu os pagamentos de salários e bolsas de estudo, bem como o financiamento para manutenção de infraestrutura e realização das atividades regulares de ensino e pesquisa. Os atrasos e as suspensões nos pagamentos tornaram-se recorrentes e cumulativos desde o início de 2016. [...]

Esse processo resultou em uma série de greves de professores, alunos e funcionários, bem como em suspensões temporárias das atividades por decisão da administração central da universidade, em razão de falta de água, luz, manutenção e serviços. Em meio a essa situação, também irromperam diversos quadros de doenças, stress, depressão e outras complicações físico-emocionais. [...]



Resistindo à precariedade institucional e financeira, a manutenção da escola aberta se colocou como um exercício contínuo de gerenciamento compartilhado entre professores, alunos e funcionários, em que foram postos em prática diversos ensaios de sobrevivência em meio à precariedade. Além do esforço para descentralização, distribuição e horizontalização na liderança e administração da escola, emergiram diversas experimentações em torno de modos alternativos de abertura e manutenção das atividades: um grupo de alunos abriu terreno para o cultivo de uma horta comunitária onde, além de agricultura, eles passaram a desenvolver produtos e pesquisas a partir de materiais orgânicos; um outro grupo ocupou a oficina gráfica, até então desativada pela ausência de corpo técnico, criando o *Colaboratório*, experimento de gráfica artesanal que envolve gerenciamento compartilhado de espaço, *hackeamento* de máquinas e produção de livros e demais artes gráficas; professores, alunos e ex-alunos se reuniram para oferecer cursos livres que contam com reserva de gratuidade de 50% das vagas para alunos da Esdi; e, também, dias inteiros de aulas e oficinas gratuitas e abertas ao público geral, com temas definidos junto aos estudantes. Outro grupo de alunos se organizou para viabilizar o pagamento mensal dos salários do zelador da escola, Sr. Carlinhos, que fora demitido por uma das empresas que rompeu contrato com a universidade. Esses são alguns exemplos de ações realizadas em meio ao esforço pela sobrevivência e abertura da escola, naquele momento.

[...]

A reitoria nos pedia para apresentar relatos sobre as condições para a realização das atividades de ensino, pesquisa e administração, mas, também, para reportar sobre as apreciações comunitárias,

SOBRE O TEXTO

Trecho do livro *Refazendo tudo: Confabulações em meio aos cupins na universidade*, de Zoy Anastassakis, que pensa a experiência de comunidade e resistência do movimento *Esdi Aberta* na Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi) da UERJ, durante os anos de 2016 e 2017. O livro será lançado pela Zazie Edições neste mês.

ARTE SOBRE REPRODUÇÃO / ACERVO ESDI (FOTO) E FERNANDO CHAVES (DESIGN #UERJ RESISTE)



que deveriam ser resultado de encontros periódicos entre professores, alunos e funcionários em cada unidade acadêmica, para que, assim, toda a universidade pudesse estar a par não apenas das condições de funcionamento, mas, sobretudo, do “pulso” comunitário. O intenso ir e vir entre essas inúmeras reuniões, em que na maioria das vezes não havia algo a ser deliberado, gerava angústia em muitos de nós. No entanto, o esforço para manutenção da comunicação em meio a uma situação de crise cada vez mais complicada foi fundamental para a ativação de um forte senso comunitário na UERJ e, também, na Esdi.

Esse tenso processo se intensificou quando, ainda nos primeiros dias de 2017, a administração central declarou a impossibilidade de retomada das aulas, por conta da ausência de recursos e serviços básicos. Essa decisão deu início a um amplo debate nas unidades acadêmicas sobre as alternativas possíveis para evitar o completo fechamento das atividades na universidade.

[...]

Naquele momento, parecia que ninguém se importava com a universidade. Nos debatíamos para chamar atenção. Muitos defendiam a ideia de que o caminho para enfrentar a situação seria mobilizar a “sociedade civil”, buscando apoio junto à “opinião pública”. Se ponderava sobre as perdas e os ganhos envolvidos no fechamento ou na abertura da universidade. O debate era constante e, apesar da enorme tensão que o cercava, o ambiente aberto à discussão, que na maioria das vezes não passava por tomadas de decisão ou votações, terminou por estabelecer um clima de motivação e engajamento entre aqueles, que, assim como a técnica de informática, estavam dispostos a manter a escola e a

universidade abertas e em operação, mesmo que de forma improvisada e parcial.

Em meio a essas reuniões, decidimos, na Esdi, que seria importante mobilizar não apenas a comunidade atual, mas, também, os ex-alunos, reativando a associação de amigos da escola. Com isso, buscávamos ampliar o cuidado, tornar visível a nossa situação, e comemorar, com uma grande festa, a abertura de novo portão de acesso ao campus e *website*, ambos realizados através de parcerias articuladas ainda em 2016. O evento, denominado de *Esdi Aberta #Uerjresiste*, foi marcado para 12 de fevereiro de 2017.

[...]

Mas por que comemorar? Discutimos muito sobre isso, e terminamos por entender que, diante de um quadro de tamanha instabilidade, em que parecia impossível vislumbrar qualquer tipo de articulação para escapar da precariedade que se instalava entre nós, na universidade, a melhor saída seria afirmar a nossa presença naquele lugar, lembrando a nós mesmos e aos outros que a Esdi existia e seguiria existindo. Comemorar não apenas para lembrar o que nos conforma como uma comunidade, mas, também, para atrair e prolongar, no presente, o que desapareceria sem a reciprocidade ativa de parceiros.

Dois motivos concretos animavam a festa: a abertura de um novo portão de acesso ao campus e o lançamento de um novo *website*, ambos projetos realizados por meio de parcerias com alunos, ex-alunos e instituições públicas e privadas. O evento contou com oficinas de arte e design, mutirão de plantio, grafite, bazar beneficente, feira de comida e bebida, desconferências, homenagem ao Prof. Bergmiller, aula aberta do Prof. Pedro Luiz Pereira de Souza, cerimônia de abertura do portão e lança-

Assim como os cupins recriaram, juntos, o interior de estruturas da Esdi, os humanos, juntos, criaram uma nova e outra Escola

mento de novos *website* e identidade visual, além de concerto reunindo vários artistas, e, para encerrar a festa, um bloco de carnaval. Passaram pela Esdi, nesse dia, mais de 1.500 pessoas, e houve importante repercussão na mídia local e nas redes sociais. Diferentes gerações de ex-alunos se reencontraram, e a onda de cuidado comunitário se espalhou para além da festa. Nas semanas seguintes, muitos ex-alunos voltaram à escola, propondo parcerias e se engajando em diversas atividades. Assim, foram sendo ensaiadas várias propostas para garantir a abertura da escola, que foram sendo testadas ao longo de todo o ano de 2017.

[...]

Essas experimentações, assim como o senso comunitário que as inspirou, podem parecer meros atos improvisados e sem consequência, que servem apenas para mitigar, circunstancialmente, os efeitos da situação. Contudo, tal como as portas e janelas refeitas por uma outra materialidade, elas se multiplicam, criando, assim, de fato, uma nova e outra escola. Não porque rejeita ou recusa o passado, nem porque se pretende remodelada para o futuro como fruto de um outro novo projeto, mas, sim, uma mesma nova outra escola que corresponde ao que acontece aqui e agora.

Então, os modos com que, na Esdi, ensaiamos reagir não apontam apenas para caminhos de reinvenção da escola, mas, também, ampliam o debate sobre a noção de futuro como elemento tradicionalmente entendido como fundamental para a caracterização do exercício de projeto na prática profissional de design. Afinal, na retórica industrial que informa essa atividade, primeiramente as coisas deveriam ser idealizadas, para, em seguida, serem modeladas, testadas, fabricadas, lançadas no mercado, e, enfim, consumidas. Segundo essa versão, os desenhistas industriais seriam aqueles que se dedicariam ao projeto de desenvolvimento das coisas enquanto produtos da indústria. Planejando hoje o que só entraria em circulação um pouco mais tarde, em um futuro mais ou menos próximo. Projeto em design teria a ver, então, com as ideias de previsão, prescrição, predição.

Uma vez que, desde então, e ainda mais após as eleições presidenciais no final do ano de 2018, temos sido surpreendidos diariamente com novos e insuspeitados desafios, a predição supostamente intrínseca à atividade de projeto em design parece incompatível com as urgências e com a precariedade que nos ameaçam. Assim, as respostas que ensaiamos na Esdi, operadas em meio a intensos processos de experimentação e improvisação, parecem indicar transformações fundamentais nas ênfases temporais que orientam o exercício do design, uma vez que, mais do que planejar artefatos ou formas de comunicação com vias a uma implementação em um tempo futuro, é preciso tomar uma atitude e responder em tempo presente.

Parece, então, que a lógica industrial já não nos serve mais. Se formamos a última área de conhecimento a brotar do projeto ocidental moderno, acreditando, então, nas grandes separações – isso e aquilo, criação, produção, consumo, nós e eles (projetistas, consumidores e usuários) –, talvez seja hora de perceber que esse mesmo projeto, a que muitos de nós, designers, devotam sua fé, não mais nos cabe. Ou será que nós é que não cabemos mais nele? Será que algum dia teremos cabido?

RESENHA

Rastros de fogo deixados por um cometa

Em livro, Michael Löwy resgata a força revolucionária de Walter Benjamin

Leonardo Nascimento

Em setembro de 1939, no início da Segunda Guerra, o filósofo alemão Walter Benjamin foi preso pelo governo francês, considerado como um estrangeiro inimigo. Libertado apenas em novembro, voltou a Paris e redigiu seu último e, possivelmente, mais importante texto: as teses *Sobre o conceito de história*. Em junho do ano seguinte, quando tropas alemãs ocuparam Paris, ele fugiu em direção a Marselha. Alguns meses mais tarde, em setembro, Benjamin tentou atravessar os Pirineus com um grupo de refugiados. Mas, do lado espanhol, a polícia de Franco ameaçou entregá-los à Gestapo. Acossado pelo nazismo, na noite de 25 para 26 de setembro de 1940, Walter Benjamin se suicidou na cidade espanhola de Portbou.

Por volta de 1978, ao trabalhar no tema do messianismo revolucionário na cultura judaica da Europa Central, o sociólogo Michael Löwy descobriu o “testamento político” de Benjamin. Como escreve no prefácio de seu recém-lançado livro *A revolução é o freio de emergência: Ensaios sobre Walter Benjamin* (Autonomia Literária), o autor foi surpreendido por este “documento único”, que considera como um dos mais importantes textos do pensamento crítico desde as *Teses sobre Feuerbach* (1845), de Marx. Por isso, no itinerário intelectual de Löwy, há um antes e um depois desta “iluminação profana”.

Considerado como um dos mais importantes pesquisadores da história do marxismo, Löwy se tornou referência teórica fundamental para militantes revolucionários de toda a América Latina. Em entrevista por e-mail ao **Pernambuco**, o autor recorda que, quatro décadas após a escrita das teses (quando teve seu primeiro contato com elas), o stalinismo, em suas variadas formas, ainda era hegemônico no campo da teoria marxista. Entretanto, existia àquela altura um crescimento da variante dialética, revolucionária e emancipadora, representada, de maneiras muito diferentes, por Rosa Luxemburgo, György Lukács, Leon Trotsky, Antonio Gramsci, José Carlos Mariátegui e outros. “Walter Benjamin tem afinidades com todos estes marxistas, mas seu pensamento é inovador e singular. Como escrevi várias vezes, a leitura das teses foi para mim uma espécie de ‘iluminação profana’: ela exigia uma nova interpretação do marxismo, em ruptura com a ideologia do progresso, incluindo o papel da teologia, e colocando no primeiro plano a ‘tradição dos oprimidos’, a memória dos antepassados vencidos”. Löwy aponta ainda que, no final da década de 1970, havia o impacto das revoluções do então chamado Terceiro Mundo, assim como a contribuição ao marxismo de figuras fundamentais como Che Guevara, Frantz Fanon e Carlos Fonseca (fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua).

Em seu novo livro, traduzido para o português por Paolo Colosso, o autor analisa a produção benjaminiana tendo como guia a ideia de *revolução*. Em nove ensaios, ele busca compreender a política nos termos do filósofo, evocando a memória histórica das lutas e a convocação à ação redentora dos oprimidos. Desde o primeiro contato com a obra de Benjamin, Löwy começou a ler, estudar e discutir outros escritos do filósofo, tentando compreender seu percurso espiritual e político. Por isso, os temas abordados no livro são muito diversos: incluem diálogos com o surrealismo, com o anarquismo e com a teologia. Para o autor, se se expurga a dimensão subversiva, revolucionária e insurrecional da obra benjaminiana, como ocorre em diversos trabalhos acadêmicos, perde-se algo de inestimável, que faz de Benjamin um personagem singular, “um cometa em chamas que atravessa o firmamento cultural do século XX, antes de desaparecer em Portbou, sob os rios do Mar Mediterrâneo”. Por isso, o objetivo de seu “modesto livro” é contribuir na exposição deste componente explosivo de sua alquimia filosófica.

A primeira menção ao comunismo na obra de Benjamin aparece no ensaio *Crítica da violência* (1921). Nele, o filósofo não esconde seu desprezo por instituições estatais, como a polícia (“a forma de violência mais degenerada que se pode conceber”) ou o Parlamento (“deplorável espetáculo”). Benjamin aprovava, sem reservas, a crítica antiparlamentar dos bolcheviques e dos anarcossindicalistas, assim como a ideia de Georges Sorel de uma greve geral como tarefa para destruição da violência de Estado. Num outro texto da mesma época, *Para a crítica da violência* (1920-21), Benjamin designa seu próprio pensa-



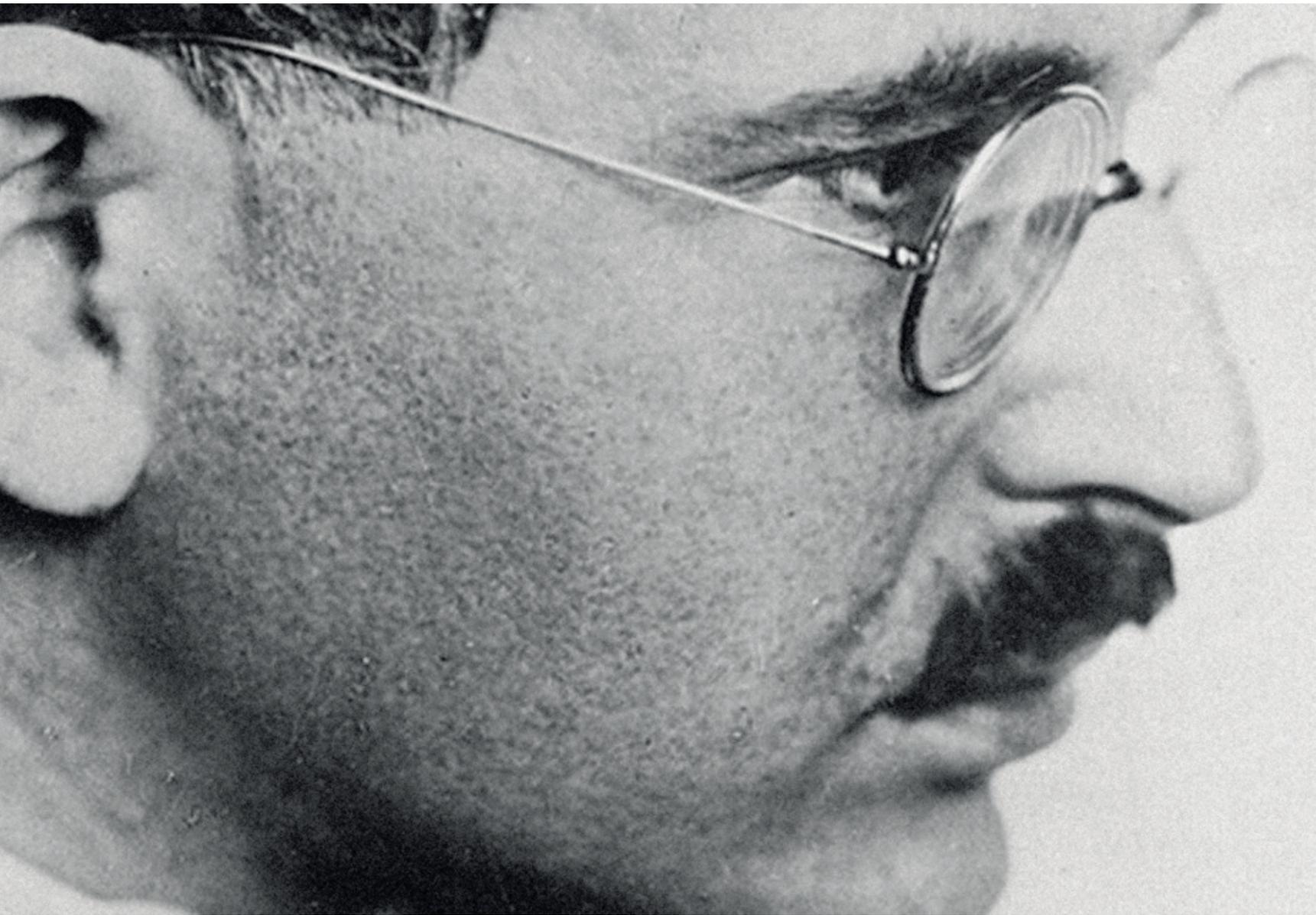
mento como “anarquista”. Em 1924, após a leitura de *História e consciência de classe* (1923), de Lukács, e de seu encontro com o movimento comunista por meio da bolchevique Asja Lácis, o materialismo histórico se torna componente essencial em seu pensamento. Esse vínculo entre comunismo e anarquismo será um elemento determinante em seu horizonte intelectual e político, conferindo a seu marxismo posições claramente libertárias.

Ao longo de sua obra, é raro que Benjamin faça críticas diretas a Marx e Engels. Ele se ocupa, sobretudo, de seus epígonos: dos social-democratas num primeiro momento e, depois de 1939, dos stalinistas. Entretanto, um afastamento em relação ao autor d’*O capital* é fundamental no pensamento de Benjamin, e aparece de maneira explícita nas notas preparatórias às suas teses: a definição de revolução como o “freio de emergência” de um mundo que corre como uma locomotiva da história. A imagem evocada sugere que, se a humanidade deixar o trem seguir o curso determinado pela estrutura dos trilhos, seremos projetados numa catástrofe. Assim, contra a vulgata evolucionista de uma certa tradição marxista, Benjamin defende que a revolução proletária não é o resultado “natural” do progresso econômico e técnico, mas a interrupção crítica de um processo que levará diretamente ao desastre. Tal leitura explica o tom *pessimista* de seu marxismo, um pessimismo revolucionário que nada tem a ver com resignação ou fatalismo.

Do engajamento de Benjamin em favor de uma esquerda radical, decorre sua avaliação crítica da social-democracia, opondo-se, assim, a uma atitude de espera confortável da chegada inevitável de uma situação revolucionária (que nunca chegaria). Além disso, para os social-democratas, o fascismo era um vestígio do passado, anacrônico e pré-moderno. Com espantosa lucidez, Benjamin compreendeu o caráter moderno do fascismo, em sua relação íntima com a sociedade industrial e capitalista. Por isso, como escreveu em suas teses, para compreender o fascismo não seria possível considerá-lo como uma exceção ao progresso.

Entre os documentos publicados em 1985 no volume VI dos *Gesammelte Schriften*, há um que, segundo Löwy, parece ter atualidade gritante: as três ou quatro páginas de notas e referências bibliográficas de O

REPRODUÇÃO



capitalismo como religião (1921). O texto é evidentemente inspirado no livro *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*, de Max Weber. Ainda assim, o argumento de Benjamin vai além do autor, substituindo uma abordagem axiologicamente neutra por uma radical posição anticapitalista.

A primeira obra de Benjamin notadamente influenciada por ideias marxistas é *Rua de mão única* (1928). Nela, a crítica ao progresso está tomada de uma tensão revolucionária, como se vê já no título do capítulo inicial: *Aviso de incêndio*. Ainda assim, os textos da década de 1920 fazem poucas referências ao pensamento de Marx e Engels, uma vez que seu entendimento do materialismo histórico se dava, sobretudo, pelos escritos de seus contemporâneos.

Para Löwy, o documento marxista-libertário mais importante do autor é seu ensaio sobre o surrealismo, de 1929. Para Benjamin, haveria no surrealismo uma dimensão libertária provocada, em partes, pela hostilidade da burguesia contra toda manifestação de liberdade espiritual radical: “desde Bakunin, não houve mais na Europa um conceito radical de liberdade. Os surrealistas dispõem desse conceito”. Nos primeiros parágrafos do ensaio, Benjamin se descreve como “o observador alemão” situado na posição “infinitamente arriscada entre a contestação anarquista e a disciplina revolucionária”.

Durante seu exílio em Paris (1933-1940), Benjamin parece ter se voltado mais detidamente à literatura marxiana. Nos escritos dos anos 1930, especialmente nas *Passagens*, ele se inspira em Marx para criticar o culto fetichista da mercadoria e analisar as passagens/galerias parisienses como “templos do capital mercantil”. Por isso, o espaço urbano aparece agora como lugar estratégico do combate entre as classes. A cidade em questão é, como se sabe, “a capital do século XIX”. Uma das coisas que mais chamam a atenção de Löwy nas *Passagens* é a fascinação de Benjamin pelas barricadas, que aparecem ao longo da obra como a expressão material da revolta dos oprimidos. Benjamin interessava-se, sobretudo, pelo papel das mulheres nos combates: elas aparecem jogando óleo quente ou água fervente nos soldados, espirrando ácido sulfúrico nos militares ou então fabricando pólvora.

Os trabalhos de abertura dos grandes bulevares no centro, realizados pelo Barão Haussmann, prefeito

É a partir das lutas na América Latina que Löwy analisa as teses de Benjamin em Sobre o conceito de história

de Paris sob Napoleão III, constituem-se como a resposta das classes dominantes à recorrência das insurreições populares, destruindo assim os bairros habituais dos levantes. Apresentada como operação de embelezamento, a modernização da cidade é, para Benjamin, um exemplo do caráter mistificador da ideologia burguesa. Num dos comentários da obra, Benjamin parece resumir sua visão sobre o poder das classes dominantes: “os poderosos querem manter sua posição pelo sangue (a polícia), pela astúcia (a moda), pela magia (o esplendor)”.

Entre 1933 e 1935, alguns dos escritos de Benjamin parecem aderir às promessas do progresso técnico do produtivismo soviético. Os principais textos do período são *Experiência e pobreza* (1933), *O autor como produtor* (1934) e *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1935). Segundo Löwy, o pensamento do filósofo parece relativamente contraditório nesses anos, passando rapidamente de um extremo a outro – “por vezes no interior de um mesmo texto, como em seu célebre ensaio sobre a obra de arte”. No entanto, mesmo durante o breve “parêntese progressista”, ele não abandona o tema do romantismo – não apenas na literatura, mas como protesto cultural contra a civilização capitalista moderna.

Benjamin foi um dos raros marxistas de sua época a propor uma crítica radical ao conceito de “exploração da natureza”. Ao ser perguntado sobre os desafios que a esquerda radical tem no presente, Löwy considera que a pauta ecológica, em particular a mudança climática, já é a questão política e social mais importante do século XXI. “Face à ameaça de uma catástrofe ecológica sem precedentes na história humana, o marxismo tem de ser reformulado, tornando-se um ecomarxismo. Na América Latina, a luta contra os governos neoliberais reacionários, de corte direitista ou mesmo neofascista (como no caso de Jair Bolsonaro), é inseparavelmente um combate democrático, socialista e ecológico. As mulheres, a juventude e os indígenas estão na vanguarda desta luta”.

Por isso, em sua leitura, Benjamin ocupa uma posição única na história do pensamento revolucionário moderno, sendo ele o primeiro marxista a romper radicalmente com a ideologia do progresso. Tal singularidade de sua obra diz respeito à incorporação da crítica romântica da civilização e de elementos provenientes da tradição messiânica judaica.

Como escreve Löwy, “a redenção messiânica/revolucionária é uma tarefa que nos é atribuída pelas gerações passadas. Não tem Messias mandado do céu: nós somos o messias, cada geração detém uma parcela do poder messiânico que ela tem que exercer”. Em Benjamin, a teologia não é uma contemplação mística do divino: ela está a serviço da luta dos oprimidos. Portanto, a redenção é uma possibilidade que se deve saber agarrar: cada segundo é a porta estreita pela qual pode vir a salvação.

“A ideia da revolução como freio de emergência, e, sobretudo, a leitura ‘ecológica’ que faço de Benjamin só recentemente começou a ser mais discutida. Minha leitura tem um caráter ‘latino-americano’: é a partir da história e da atualidade das lutas neste continente que tento interpretar as teses *Sobre o conceito de história*. Outro aspecto que começa a ter uma recepção entre os cristãos socialistas no Brasil é o tema do ‘capitalismo como religião’. A obra de Walter Benjamin contém infinitas riquezas. Por isso, eu espero que, um dia, alguém possa escrever uma história ‘benjaminiana’ da América Latina, partindo das intuições de Eduardo Galeano.”

ENTREVISTA

Carmem Negreiros

Caminhos e tempos para acessar ficções que falam de nós

Em livro gestado a partir de experiência com o Diretório Acadêmico do curso de Letras da UERJ, especialista em Lima Barreto cria roteiro para adentrar a obra do escritor

LUCAS BENEVIDES



Entrevista a **Nuno Figueirôa**

Em seu tempo, Lima Barreto (1881-1922) era reconhecido por uma “inadequação” da palavra que, longe de um purismo parnasiano, buscava tocar no osso de uma realidade que sentimos e geralmente nos recusamos a pensar. No tempo presente, a obra barretiana ganhou muita visibilidade com a homenagem feita ao autor pela *Flip* 2017, que criou ambiente para a publicação/republicação de vários trabalhos sobre ele. É um escritor marcado por tratar de temas sociais importantes, mas que também importa por suas inovações estéticas.

Conversamos com Carmem Negreiros (UERJ), autora de *Lima Barreto em quatro tempos* (Relicário Edições) e uma das maiores especialistas na obra do criador de Policarpo Quaresma. A relevância do livro parece estar no acerto da pesquisadora em lançar, de forma muito acessível, olhares ao *como* – isto é, que recursos estéticos tornaram únicos os trabalhos do escritor carioca e potencializam a força de suas ficções. Nesta entrevista, Carmem fala sobre a ruptura que Lima Barreto causou no início do século XX e que o torna tão atual: toca em assuntos como feminicídio, patriotismo, urbanização e tensões formais entre literatura e jornalismo.

O livro perpassa a obra de Lima em quatro tempos – crônicas, contos, romances e retalhos. Como você chegou nessa classificação dos “tempos” e na escolha dos textos específicos que trabalha no livro?

Este livro nasceu de uma conversa com estudantes do Diretório Acadêmico Lima Barreto, da UERJ, em 2019. Ali vi a necessidade de apresentar parte da obra do escritor carioca dividindo-a por gêneros e, depois, por temas e aspectos estéticos mais frequentes em diálogo com as tensões da época. A essa divisão chamei de “tempos” por duas razões. Primeiro porque os temas e estratégias estéticas se interpenetram e, segundo, podem ser lidos separadamente. Daí serem “tempos”, crônicas, contos romances e os cadernos *Retalhos*, formados por recortes de jornais colecionados pelo autor sobre assuntos dos mais diversos que dialogam com as obras literárias, além de esboços de contos, romances e coleção de críticas recebidas a cada publicação de um livro, cuidadosamente separadas e coladas nesses cadernos. Formam, portanto, uma interessante coleção e sugerem o método de trabalho do intelectual e escritor. *Lima Barreto em quatro tempos* quer chamar a atenção para os textos do escritor carioca, na variedade de

sua forma, na intensidade do embate entre linguagem e novas tecnologias e no diálogo crítico com a tradição literária e cultural.

Sobretudo nas crônicas, Lima Barreto olhava criticamente para a modernização do Rio. É interessante pensar na visão que o autor tinha, principalmente ao ver no que descambou o Rio de hoje.

Ele explora bem a tensão entre os discursos literário e jornalístico do início do século XX, num cenário de efervescência editorial e intensa vida literária. A crônica foi vitrine e palco desse embate produtivo que reconfigura o lugar do escritor e da literatura. Tratou de incorporar as novas tecnologias e as tensões da experiência urbana à linguagem literária. Os jornais apresentam aos leitores as inovações que alteram o cotidiano de homens e mulheres e as crônicas atuam como guia para as novas práticas sociais no espaço da cidade. Um misto de leitura agradável com futilidade, absurdo, violência e conversa ao pé do ouvido que produz o efeito dúbio de fascinar e, ao mesmo tempo, produzir um mal-estar e temor social, especialmente frente a indivíduos e lugares. Como seus contemporâneos, Lima Barreto apresenta nas crônicas diferentes modos de ver a cidade, sua gente, sua história. Soube interpelar o leitor de diferentes maneiras; e denunciou a desigualdade na distribuição de recursos durante as reformas urbanas que abandonaram subúrbios e periferias. As crônicas mostram ainda os múltiplos modos de ver a cidade a partir dos deslocamentos do escritor a pé, de bonde ou de trem, registrando a alteração de sensibilidades e sociabilidades. Lima incorpora nas crônicas o ritmo das reportagens e a experiência sensorial da velocidade, permite que o passado e traços da memória cultural apareçam na cena observada na banalidade cotidiana; apropria-se das estratégias da imagem para renovar a linguagem e a crônica como gênero. Ler suas crônicas permite acompanhar o nascimento da cultura midiática no Rio ao lado da carência de moradias, dificuldades

“*Dividi a obra de Lima em “tempos” porque temas e estratégias estéticas se misturam e podem ser lidas separadamente*”

e problemas não resolvidos de saneamento, esgoto, abastecimento de água e abandono das periferias à própria sorte, ao lado da violência policial. Nada estranho ao carioca do século XXI.

Muito já se falou sobre as contradições de Lima Barreto quando se fala do papel da mulher na sociedade. No início do século XX o autor já falava sobre feminicídio. Pode falar sobre a abordagem dele?

É uma questão complexa e interessante. Há muita delicadeza no traço de personagens femininas, sobretudo para acentuar aspectos que mostram a educação sentimental de jovens direcionada apenas ao casamento e maternidade, a falta de qualificação para o trabalho e de oportunidades para a educação formal, restrita ao magistério, ao cuidado de crianças e serviços domésticos, especialmente para as mais pobres. Questiona fortemente a ideologia do amor disseminada em folhetins e melodramas que também aparecem no cinema. Nessa linha há uma galeria de personagens nas crônicas, contos e romances que interrogam o que é o amor, o que é ser mulher (e como sobreviver!) num contexto cultural extremamente restritivo. São elas: Lívia, Olga, Cló, Alice, Clara dos Anjos e Ismênia. No entanto, também vemos nos jornais o escritor batendo-se contra o feminismo. Na sua concepção, a luta feminista do período não atendia a demanda de mulheres de diferentes classes sociais. As

mais pobres não reivindicavam o direito a trabalhar. Deveriam trabalhar para sobreviver como costureiras, lavadeiras ou operárias em condições muito difíceis. Em geral, as pautas sufragistas relacionadas ao feminismo estavam mais voltadas para a ampliação das possibilidades da mulher escolarizada de classe média do que à igualdade de oportunidades para a mulher periférica. Desnível ao qual Lima parecia se atentar. Muitas vezes posicionava-se de forma depreciativa ou indiferente à produção de autoria feminina. E não eram poucas as mulheres atuantes na época: Júlia Lopes de Almeida, Albertina Bertha, Chrysanthème, Bertha Lutz, Chiquinha Gonzaga e tantas mais. Porém, em 1915 o escritor envia carta a Gilka Machado, a poeta mais duramente atacada pelos grupos intelectuais, afirmando profunda admiração à “sua completa independência de moldes, dos velhos ‘cânon’s, e a sua audácia verdadeiramente feminina”. Lima também expôs aos leitores o remorso por ter absolvido em júri popular um uxoricida, nome dado à época ao feminicídio. Daí em diante passa a lutar contra o sentimento masculino de posse, que nega às mulheres o direito de escolherem a quem amar ou desejar, e a importância de serem respeitadas na sua individualidade como premissa básica de civilização e humanidade. Vale observar o embate de Lima Barreto com seu tempo, no confronto entre as novas sensibilidades e a tradição patriarcal na qual fora criado.

E, sobretudo, os resultados literários produzidos por tais impasses.

Uma das questões em *Triste fim de Policarpo Quaresma* é o patriotismo do major e o descaminho a que esse ideal o levou. Que paralelo podemos traçar para tentar pensar essa questão no Brasil atual a partir desse clássico?

Triste fim é incontornável no conjunto das obras de Lima Barreto e merece leitura e releitura hoje. No romance, o escritor chama a atenção para a forma como o nacionalismo se constitui e se apresenta: por meio de narrativas e estratégias discursivas (e isso vale para a Primeira República e para hoje). No começo do século XX, muitos intelectuais idealizaram projetos de nação, tendo a ciência como aliada na defesa do sanitarianismo, eugenia e branqueamento como soluções para o país. Poucos, como Lima Barreto e Manoel Bomfim, explicavam os problemas por razões sociais e não por causas biológicas. Toda uma geração de perfil cientificista argumentava que a experiência republicana representava o momento histórico de “fundação” ou “refundação” do país, e da regeneração do povo. Lima Barreto cria Policarpo Quaresma, mostrando que a literatura estava entre os discursos fundadores da ideia de nação. A literatura ensinou aos brasileiros em qual espelho deveriam se mirar para se reconhecerem enquanto compatriotas, mas nesse espelho não estavam representados os negros, os indígenas, os pobres,

“*O elo entre Policarpo Quaresma e o nosso presente está nas perguntas: “O que é pátria?”, “De que é feita a brasilidade?”*”

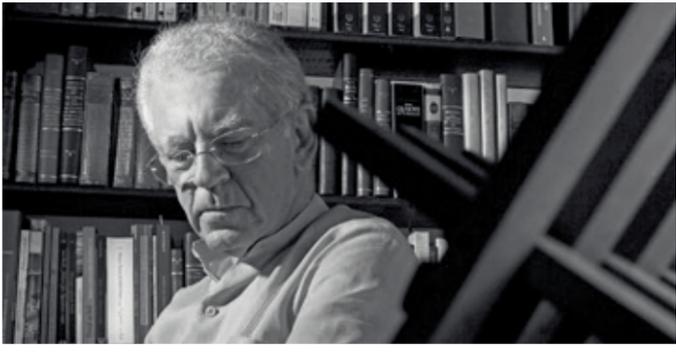
as mulheres. Lima Barreto apresenta o seu Policarpo, que paga com a vida por concluir que “a pátria era um mito” e expõe ao leitor onde assimilara essas narrativas de nação: nos livros de literatura, de história, nas narrativas de viagens, nas canções e lendas etc – todos dispositivos discursivos que plantaram “palmeiras e sabiás”, símbolos de uma natureza “exuberante” em nosso imaginário. Discursos que negam a questão estrutural que atravessa a cultura brasileira e trinca a imagem homogênea de brasilidade: a escravidão (indígena e negra), matriz da violência, do autoritarismo no controle de corpos e sujeitos excluídos, estigmatizados, recolhidos compulsoriamente ou expulsos da “pátria amada”. O elo entre Policarpo e nosso presente está nas perguntas – “O que é pátria?”, “De que é feita a brasilidade?”, “Com qual discurso?”, “Pátria para quem?” – que o personagem insistia em fazer, cujas respostas mostram a permanência, ainda hoje, de valores de uma sociedade escravocrata excludente, autoritária e violenta.

A obra de Lima Barreto é marcada por uma “inadequação” da palavra, que aludia muito mais a uma irreverência no desvio da norma. Como podemos pensar esse rompimento na linguagem que Lima desenvolveu como sua?

Em geral, a crítica chama a atenção para a “irreverência” e o “desvio da norma” como se, no período, essas fossem marcas exclusivas do escritor e apenas

houvesse o rigor gramatical e estilístico bem definidos de um lado e a rebeldia de outro. Vale pensar que desvio e de qual norma. É certo que ele ficcionaliza os processos de subjetivação e estende os limites entre os gêneros literários para expor as tensões da subjetividade moderna. Introduce na literatura brasileira do início do século XX a problematização da autoria, a apresentação da escrita como experiência tensa e angustiante compartilhada com o leitor, a reflexão sobre a transitividade do real e ficcional, os impasses do narrador/escritor diante de novas tecnologias e complexos processos de subjetivação. Mas Lima Barreto não está sozinho. E o que dizer das inovações formais de Gilka Machado ou das crônicas de estilo fragmentário e quase imagético de Orestes Barbosa? Ou ainda da exploração psicológica nos contos de Adelino Magalhães que radicalizam o esgarçamento de espaço e tempo? Da sofisticação de Euclides da Cunha, do diálogo com o mercado de Benjamin Costallat, enfim. Todos à sua maneira buscavam respostas às perguntas: “Pode a literatura resistir e inovar frente a modernização?”, “Escrever qual país e qual linguagem?”, “Quem é e o que é ser brasileiro?” Essas questões perpassam as escolhas estéticas, densas e problematizadoras, que não podem mais ser enfeixadas em clichês. A rebeldia às normas não é questão exclusiva de Lima Barreto.

Leia entrevista completa em suplementopernambuco.com.br.



Everardo NORÕES

esnoro@uol.com.br

Em busca da orgia perpétua

O romance mais recente de Vargas Llosa e a política que move a América Latina

De vez em quando, em nossas leituras, descobrimos o que pode parecer um “paradoxo”: uma desarmonia entre a postura do autor e sua escrita. Foi esse o mote da conversa com um amigo quando veio à baila o nome de Vargas Llosa. Porque, mesmo tendo um discurso conservador, ele abre, a corte de bisturi, as entranhas de nosso mundo, desvelando com amplitude e sutileza as engrenagens que conformam nossa América Latina. A conversa acabou por motivar a leitura de *Tiempos recios* (Alfaguara, 2019), o último romance do escritor peruano.

O livro é a narrativa em torno de uma história conhecida e repetida: a derrubada de um governo democrático por um golpe militar. O cenário é uma Guatemala dos anos 1950, no qual passeiam personagens abjetos, em meio a vertiginosa violência. A figura central é um militar singular: Jacobo Arbenz, presidente de um país onde uma elite branca há séculos explora e despreza sua população de indígenas miseráveis. Eleito presidente, Arbenz empenha-se em transformar o descompasso social, apostando numa reforma agrária capitalista, susceptível de integrar ao mercado cem mil famílias de camponeses pobres.

Esbarra em gigantesca pedra no meio do caminho: a empresa estadunidense United Fruit, à época já incomodada com a política do presidente anterior, Juan José Arévalo, que tentou um plano de educação e um código de trabalho. Após a ascensão de Arbenz, a multinacional quer ir mais longe: barrar, de uma vez por todas, qualquer ameaça a seus tentáculos na América Central. Articula-se com a CIA e, sob pretexto de combater o comunismo, o país é invadido por militares e bombardeado por pilotos norte-americanos, contando com o apoio logístico de Rafael Trujillo, o mais sangrento e corrupto ditador da República Dominicana.

Três anos após sua eleição, em 1954, Arbenz é deposto.

Com esse pano de fundo, o prólogo de *Tiempos recios* é uma peça instigante. Nele, Vargas Llosa descreve a conversa de dois personagens, que teria inspirado a pioneira e das mais eficazes campanhas de *fake news* do continente. É um diálogo ficcional entre o escritor e publicitário Edward L. Bernays e o empresário Sam Zemurray. Instante em que os dois se conhecem e Bernays coloca sua mente brilhante e sem escrúpulos à disposição da multinacional. Embora ninguém mais lembre deles, figuram entre os indivíduos mais influentes da América Central, no século XX. Na época, Bernays chegou a ser considerado um dos cem homens mais influentes dos Estados Unidos. Eles podem ser considerados os principais responsáveis pela derrubada de Arbenz.

Edward L. Bernays é filho de imigrantes ricos e duplo sobrinho de Freud. Autor de um livro



intitulado *Propaganda*, no qual afirma que uma consciente manipulação da opinião das massas pode culminar num governo invisível, capaz de se tornar detentor do verdadeiro poder. A serviço da United Fruit, tanto participa de conspirações políticas como promove campanhas publicitárias notáveis. Numa das mais conhecidas, veste de

Diogo Guedes

MERCADO
EDITORIAL

MERCADO

A estabilidade negativa no mundo dos livros

Há algo de triste na falta de novidade nas notícias sobre o mercado editorial no começo do ano. O varejo de livros teve uma queda de 9,2% ao longo de 2019. Os livros mais vendidos continuam falando da arte de preocupar-se em não se preocupar, das barrigas perfeitas e de receitas de gestão e de vida. Grandes redes de livrarias continuam amargando prejuízos mesmo com a recuperação judicial.

No território das políticas públicas, no entanto, as notícias sequer se mantêm nessa estabilidade negativa. Se já não havia a mínima preocupação em fortalecer o sistema do livro – leitores, autores, mediadores, livrarias, editoras –, agora existem críticas ao “amontoado” de texto presente em livros didáticos, como se a escrita fosse um empecilho para a formação.

ARTE SOBRE REPRODUÇÃO



MACHADO



FILIPPE ACA

do novo romance de Vargas Llosa, *Tempos difíceis* em tradução.

As técnicas de propaganda e subversão deflagradas na Guatemala logo se expandem América Latina afora. Menos de uma década depois desembarcam no Brasil, onde o uso da fraude eleitoral e dos meios de comunicação lastreiam a intervenção militar que finda por derrubar o presidente João Goulart. Com vestimentas diferentes, repetem-se as práticas de manipulação estudadas por Serguei Tchakhotine, no clássico *Violação das massas pela propaganda política*, traduzido por Miguel Arraes numa prisão do Recife.

Tiempos recios confirma e repete a trilha das obras mais recentes de Vargas Llosa, a exemplo de *O sonho do celta* e de *A festa do bode*. Mescla ficção e episódios de nossa história. São narrativas de interessante leitura, mas não alcançam a dimensão de *A guerra do fim do mundo*, romance no qual o escritor peruano revisita tema tratado em obras clássicas, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, ou *Veredicto em Canudos*, de Sándor Márai. Vargas Llosa, em *A guerra do fim do mundo*, leva às últimas consequências desafio que nenhum escritor brasileiro ousou arriscar: explorar a saga de Antônio Conselheiro, recompondo o Sertão euclidiano em sua intrincada geometria.

Deve isso, em boa parte, ao seu apego às lições de um “realismo” assimilado de Gustave Flaubert. Se em todas as artes há um mestre, o escritor francês é o que Vargas Llosa elegeu como o seu. É a ele que dedica um ensaio sobre a metodologia do romance: *A orgia perpétua*. Título pinçado da rica herança epistolar do autor de *Madame Bovary*. No caso, da correspondência de dezanove anos mantida com Mlle. Leroyer de Chantepie. Numa dessas cartas, Flaubert escreve que o único meio de suportar a existência é embriagar-se de literatura, como numa orgia perpétua.

No ensaio, Vargas Llosa confessa sua crescente admiração pelo pai do romance moderno. Sob a forma de entrevista a si mesmo, responde a questões que tentam elucidar o surgimento da ideia do *Madame Bovary* e desvenda os mecanismos empregados no fabrico dessa obra-prima da literatura mundial.

Contudo, ao contrário de um Flaubert criador de obra de pura imaginação, na qual até mesmo o cenário – a cidade de Yonville – l’Abbaye –, é fictício, Vargas Llosa recorre, nos seus últimos livros, a uma mescla de ficção e episódios históricos. Essa trilha o aproxima de uma literatura que faz o sucesso de livrarias, embora o distancie daquela que injetou sangue nas veias de Emma Bovary, a personagem-chave do escritor francês. Parece outro paradoxo: contraria a opinião do próprio Gustave Flaubert – citado pelo escritor peruano em *A orgia perpétua* –, de que belos temas geralmente costumam descambar em obras medíocres.

bananas e torna famosa a cantora luso-brasileira Carmen Miranda. O outro, Sam Zemurray, apelidado “*Sam the Banana Man*” (Sam, o Homem Banana), é de uma família de imigrantes da Besarábia, dono da United Fruit, a mais poderosa empresa de comércio do fruto tropical. A partir desse “encontro” desenrola-se o fio da meada

CENSURA

A instabilidade negativa no mundo dos livros

Se o prefeito do Rio de Janeiro tentou censurar livros LGBTQI na *Bienal do Livro* de 2019, agora até Machado de Assis, Ferreira Gullar, Franz Kafka, Mário de Andrade, Rubem Fonseca e Nelson Rodrigues aparecem como títulos a serem recolhidos pela Secretaria de Educação de Rondônia, parte de um governo do PSL. Em um dos casos, um autor inteiro, Rubem Alves, foi censurado com uma nota de rodapé.

É até difícil imaginar o motivo para a paranoia. Cabem exercícios mais especulativos (o Brasil tem sido uma ficção especulativa de pouca sutileza). Afinal, se já tivemos um edital divulgado com um vídeo de estética nazista, seria possível imaginar que os responsáveis tenham visto no sobrenome de Brás Cubas, como alguém disse, alguma alusão secreta ao comunismo.

ENSAÍSMO

Prêmio para Silvano

O Prêmio de Ensaio Ezequiel Martínez Estrada, da Casa de las Américas, para a edição argentina de *Uma literatura nos trópicos* (recentemente reeditado pela **Cepe Editora**) só ressalta a vivacidade desse livro “intempestivo e valente”, como destacou o autor, quatro décadas depois. Aliás, Silvano Santiago é um excelente acréscimo a uma lista que conta com Beatriz Sarlo e Boaventura de Sousa Santos.

A Cepe – Companhia Editora de Pernambuco informa:

CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO E APRECIÇÃO DE ORIGINALS PELO CONSELHO EDITORIAL

- I** Os originais de livros submetidos à Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, exceto aqueles que a Diretoria considera projetos da própria Editora, são analisados pelo Conselho Editorial, que delibera a partir dos seguintes critérios:
 - 1.** Contribuição relevante à cultura.
 - 2.** Sintonia com a linha editorial da Cepe, que privilegia:
 - a)** A edição de obras inéditas, escritas ou traduzidas em português, com relevância cultural nos vários campos do conhecimento, suscetíveis de serem apreciadas pelo leitor e que preencham os seguintes requisitos: originalidade, adequação da linguagem, coerência e criatividade;
 - b)** A reedição de obras de qualquer gênero da criação artística ou área do conhecimento científico, consideradas fundamentais para o patrimônio cultural;
 - 3.** O Conselho não acolhe teses ou dissertações sem as modificações necessárias à edição e que contemplem a ampliação do universo de leitores, visando à democratização do conhecimento.
- II** Atendidos tais critérios, o Conselho emitirá parecer sobre o projeto analisado, que será comunicado ao proponente, cabendo à diretoria da Cepe decidir sobre a publicação.
- III** Os textos devem ser entregues em duas vias, em papel A4, conforme a nova ortografia, em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaço de uma linha e meia, sem rasuras e, ainda, enviados no formato PDF para o *email* conselhoeditorial@cepe.com.br, contendo, quando for o caso, índices e bibliografias apresentados conforme as normas técnicas em vigor. As páginas deverão ser numeradas.
- IV** Serão rejeitados originais que atentem contra a Declaração dos Direitos Humanos e fomentem a violência e as diversas formas de preconceito.
- V** Os originais devem ser encaminhados à Presidência da Cepe, para o endereço indicado a seguir, sob registro de correio ou protocolo, acompanhados de correspondência do autor, na qual informará seu currículo resumido e endereço para contato.
- VI** Os originais apresentados para análise não serão devolvidos.

Companhia Editora de Pernambuco
Presidência (originais para análise)
Rua Coelho Leite, 530 Santo Amaro
CEP 50100-140
Recife – Pernambuco



Secretaria da Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

CAPA

Para (re)ler Freyre em tempos reacionários

O que as contradições de Gilberto Freyre dizem dele e do Brasil atual

Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke

Em 1940, Gilberto Freyre (1900–1987) deu uma palestra intitulada “Uma cultura ameaçada”, que se referia ao ataque de *agentes* nazifascistas à cultura brasileira “socialmente democrática”, e insistia que diante dessa séria ameaça não havia lugar para “atitudes de indiferença”. É muito provável que, se vivo, Freyre reagiria do mesmo modo nesse novo momento sinistro da nossa história, em que a heterogeneidade e a pluralidade étnica e cultural dos muitos Brasis, bem como o “intercurso entre as culturas” – valores que ele tanto defendia – estão sendo vilmente atacados por um governo que estimula abertamente o ódio, a divisão e uma guerra cultural contra a chamada “arte de esquerda” e “doente”.

Pode parecer inapropriado recorrer a Freyre como um autor que deveria ser lido nesse momento. Afinal, ele é frequentemente lembrado por seu apoio imediato ao golpe de 1964 e por seu silêncio sobre os abusos do regime militar, agora louvados pelo governo de Bolsonaro. O fato de em 1981 ter reconhecido publicamente que “1964 foi uma grande revolução fracassada” porque faltou a seus líderes “sensibilidade social e sobrou economismo”; e que o regime militar, ao perder de vista os interesses gerais do país, assemelhava-se ao “totalitarismo soviético”, não impediu que Freyre fosse vilipendiado e sua obra ignorada ou lida à luz de suas atitudes reacionárias. E progressivamente lida também à luz de uma visão equivocada de suas ideias sobre as relações raciais no país que, desconsiderando os elementos sadomasoquistas que Freyre aponta, as critica como idílicas e corrosivas.

No entanto, a verdade é que as atitudes políticas de Freyre nunca foram simples ou ortodoxas. Parafraseando o que foi dito sobre Tolstói, pode-se dizer que havia em Freyre “uma mão direita e uma mão esquerda”, e que sua história não foi uma simples e usual trajetória da esquerda para a direita, já que a ortodoxia nunca foi a sua marca, quer quando pendia para a esquerda, quer quando, a partir dos anos 1950, pendeu gradativa e definitivamente para a direita.¹

Desde quando publicou suas obras mais importantes, *Casa-grande & senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936), Freyre frequentemente expressou atitudes antifascistas, mas também revelava uma tácita simpatia por figuras fascistas. Era capaz de louvar, ao mesmo tempo, o “marxismo no estilo inglês” na figura de Stafford Cripps, o chanceler trabalhista, e Charles Maurras, o monarquista e líder do partido protofascista *Action française*; de referir-se a Luís Carlos Prestes como um “homem lúcido e honrado”, que lutava bravamente contra o fascismo emergente, ao mesmo tempo que, seduzido pela inteligência e simplicidade do ditador português António Salazar, calava-se sobre a perversidade de seu regime.

Muito cedo em sua trajetória Freyre foi visto como um homem de esquerda, denunciado como “bolchevista” e “agitador dos operários” e dos trabalhadores rurais, investigado e mesmo preso por isso. Quando candidatou-se a deputado em 1945, uma manchete de jornal alertava que votar nele era “entregar o Estado aos agentes de Moscou”. É compreensível, pois, que o jovem Antonio Candido admirasse sua oposição à ditadura do Estado Novo e o visse como um “mestre da radicalidade”. No entanto, muito marcado por John Ruskin e William Morris, vitorianos rebeldes que se opunham ao capitalismo e pendiam para o socialismo, mas também nostálgicos de aspectos da Idade Média, a posição política de Freyre combinou

(desde sempre, e em graus variados) elementos de esquerda e de direita – o que justifica o rótulo de “revolucionário conservador” com o qual descrevia a si mesmo e a outros, como Rui Barbosa. É por isso que, enquanto alguns o tachavam de comunista, outros o viam como um conservador disfarçado que tinha “nostalgia pelo feudalismo”. Marxistas, como Rodolfo Ghioldi, membro da Internacional Comunista (Comintern), e o jovem e talentoso Gláucio Veiga, que se tornou um renomado jurista, o desmascaravam como “sociólogo reacionário” e apoiador de “estruturas retrógradas” de um Velho Regime.

Como resultado de seus paradoxos e ambiguidades, Freyre foi muitas vezes simplificado, suas hesitações e qualificações foram suprimidas, e ele tornou-se útil para sustentar causas regionais, nacionais ou ideológicas de modo reducionista. Os casos mais notórios foram o do regime Salazar, que utilizou Freyre para seus fins, com ou sem sua consciência, e a invenção de um Freyre totalmente reacionário, e até racista, por críticos que ignoraram suas referências aos antagonismos sociais e insistiram em ver na sua trilogia sobre o Brasil uma descrição simplista de uma sociedade marcada pela harmonia, pelo consenso, e por uma invejável “democracia racial” – no que Freyre, na verdade, nunca acreditou. A atitude de Freyre em relação a Marx era também complexa. Admitia que o desenvolvimento científico da sociologia devia muito a ele e a Engels, mas também insistia que uma sociologia autônoma precisava ser “antimarxista” e mais social e cultural.

Enfrentar a delicada questão proposta – “por que ler Freyre, um autor de direita, nesse momento de ascensão do fascismo?” – impõe que, em primeiro lugar, reconheçamos que Freyre é autor de obras clássicas, e, nesse sentido, contemporâneas, que ainda estão a provocar debate e a causar reações, muitas delas apaixonadas, mais de oito décadas após terem sido difundidas pela primeira vez. Ao abordarem questões ainda hoje polêmicas, como ecologia, racismo, multiculturalismo, identidade nacional, patrimônio cultural e homossexualidade, suas obras não perderam relevância para se pensar sobre tais temas. Mas, para isso, elas devem ser lidas com o espírito aberto e não desqualificadas de antemão porque lidas à luz das atitudes reacionárias do autor.

Em segundo lugar, para avaliar a atualidade de Freyre hoje, é útil refletir brevemente sobre o que ele pensava sobre o nacionalismo e o militarismo. Afinal, essas duas fortes características do fascismo do passado estão presentes na moderna versão brasileira que está emergindo sob a liderança de “um novo monstro” – que extrapola em aberração Trump, Le Pen, Salvini, etc – tal como Perry Anderson referiu-se recentemente a Bolsonaro.²

A participação de Freyre na conferência de 1948 da Unesco nos remete a um momento dramático da história em que “nacionalismos estreitos e agressivos” eram apontados como responsáveis pelas “tensões que afetam a compreensão internacional” e se buscava condições para uma paz duradoura. Entre os tópicos que Freyre apresentou para discussão em Paris estava a necessidade de revisar manuais escolares de História, Geografia e as biografias dos heróis nacionais, já que ali podia estar a “fonte ou combustível que alimenta o ódio entre as nações, o preconceito entre as raças, a antipatia entre os povos”. Heróis nacionais, que são frequentemente “deformados por mitos nacionalistas e ao interesse

KARINA FREITAS



de uma nação ou grupo particular”, deveriam ser apresentados com suas contradições e “de vários pontos de vista”. Para evitar tensões e conflitos, a biografia “intercientífica” deveria revelar os defeitos e fraquezas das figuras nacionais, ao lado de suas eventuais grandezas. Os latino-americanos, disse Freyre, eram facilmente movidos por medo de ameaças estrangeiras e, portanto, exploráveis por líderes nacionalistas que, em nome da defesa do país contra “possíveis perigos”, como o “bolchevismo vermelho”, tinham “os pretextos ideais para longos anos de domínio paternalista de seus povos”.

Quando, anos mais tarde, no chamado “momento macarthista” do Brasil, Freyre deu apoio ao governo militar e chegou a denunciar marxistas e comunistas, era como se, obcecado com “vermelhos embaixo da cama”, ele tivesse se transformado no ultranacionalista que criticara em 1948. O comunismo não era mais visto como um movimento em que brasileiros “de inteligência e caráter” se juntavam para combater o nazifascismo, tal como Freyre o vira antes, mas como algo essencialmente antibrasileiro, a ameaçar nossa independência econômica, política e cultural. Enfim, o perigo do “bolchevismo vermelho” agora lhe parecia real e justificava a ação dos militares.

No entanto, mesmo nesse clima de Guerra Fria, Freyre não louvava a ditadura – e, intoxicado de otimismo, nem sequer admitia que ela existisse. A visão favorável que sempre tivera do Exército e dos militares fortalecia sua crença de que a democracia não corria perigo com a ação dos militares, já que, desde que haviam substituído o Imperador em 1889, eles se impunham como conciliadores “dos brasileiros divididos por ódios de partido” e como defensores da reforma social e das instituições democráticas. Durante grande parte da história do Brasil, o Exército trabalhara como “coordenador pacífico [...] dos contrários da vida nacional”, tendo raramente usado de violência ou se aliado a um partido político ou a grupos e interesses

particulares. Canudos fora uma das poucas ocasiões em que o Exército – normalmente atuando sob a ótica do “civismo” e avesso ao “militarismo num vulgar sentido prussiano” – apelara para a ideia de que qualquer problema “poderia ser resolvido pelas armas”.

Foi com essa visão rósea do Exército que Freyre recebeu o golpe de 1964 como uma busca de “soluções brasileiras para os problemas brasileiros”; soluções que seriam fiéis às “constantes da formação brasileira”, que incluíam a apreciação da diversidade étnica e cultural, da tolerância das diferenças, da harmonia ao invés do conflito, das tradições sem prejuízo da universalidade, e assim por diante. Quando, em 1972, fez sugestões à Arena (Aliança Renovadora Nacional), o partido do regime militar, Freyre pediu apoio para essas “constantes culturais” e, surpreendentemente, instou o governo a atenuar “o atual desnível socioeconômico entre populações regionais do país”, realizando reformas agrárias que buscassem “harmonizar desequilíbrios de caráter socioeconômico e impedir a crescente marginalização de populações rurais”.

Ecologia e homofobia são só dois dos muitos temas atuais em que a obra de Freyre poderia contribuir para um debate enriquecedor e urgente. Revelando ter uma sensibilidade ímpar para tratar de assuntos como esses, Freyre, especialmente a partir do livro *Nordeste* (1937), enfrentava o “drama da monocultura” e transformava o meio ambiente, aviltado pela “intrusão do homem no mecanismo da natureza”, num personagem central do drama brasileiro. Apontando os efeitos deletérios da monocultura latifundiária na natureza, na sociedade e na cultura – efeitos trágicos agravados pelas novas usinas de açúcar – Freyre provocou reações violentas das autoridades e foi encarcerado.

Quanto à homossexualidade, ele desde cedo desafiou o discurso hegemônico sobre a sexualidade, abordando as relações homoeróticas em termos

culturais e não morais. Chegou a falar abertamente sobre os bissexuais e “homens efeminados ou invertidos” entre os ameríndios e argumentou que a antropologia mostra que tais fenômenos não só são universais e trans-históricos, como há sociedades primitivas que respeitam e dão posições de comando a esses indivíduos considerados excepcionalmente criativos, ao invés de abominá-los e desprezá-los.

A ameaça do governo atual à Amazônia e às minorias é parte inegável do drama brasileiro de hoje. A crer nas inúmeras manifestações infames de representantes do governo sobre essas questões – como, por exemplo, “eu tenho imunidade para falar que sou homofóbico sim, com muito orgulho”; aquecimento global é invenção de “marxismo cultural” – parece não haver espaço agora para uma discussão honesta de assuntos tão prementes.

Nesse caso, uma nota de otimismo que Freyre nos deixou pode servir de algum consolo nesse momento de amargura:

Há tantos Brasis que é difícil generalizar sobre o Brasil. Por isto, ó leitor, quando um desses Brasis entristecer teu coração de brasileiro ou de amigo do Brasil, pensa num dos outros, que te voltará a alegria ou a fé. A fé no conjunto.

É o que faço. Não há desfalque, negociata, patifaria num dos Brasis mais ostensivos que me mate a confiança no conjunto. [...] Não exagero quando digo: há Brasis angelicos entre os sórdidos. E não apenas brasileiros heroicamente honestos entre patifes. Homens verdadeiramente de estudo entre mistificadores. Gente que cumpre deveres entre irresponsáveis que o tempo todo marombam.

NOTAS

1. cf. N. K. Mikhailovsky, “The Right Hand and the Left Hand of Leo Tolstoy”, cit. Isaiah Berlin, “*Tolstoy and Enlightenment*”, *Russian Thinkers*, p. 238.
2. Perry Anderson, “Bolsonaro’s Brazil”, *London Review of Books*, 7 February 2019, p. 11-22.

CAPA

Da conversão do catolicismo no Brasil

Sobre as contribuições de Gilberto Freyre para uma sociologia da dominação

Simone Meucci



O último censo do IBGE, de 2010, assinalou 61% de aumento na população evangélica em dez anos. Se o novo censo (a ser realizado esse ano) confirmar essa tendência de crescimento, já não seremos mais um país com maioria de católicos.

Gilberto Freyre talvez se surpreendesse com este fenômeno. Afinal, foi ele que nos disse que é difícil apartar o brasileiro do católico. Mais do que isso, considerou o catolicismo cimento da sociedade brasileira.

Admitindo a validade de sua tese, os dados atuais tornam inevitável a pergunta: diante de uma transformação acelerada na religiosidade, quais são agora os fundamentos dos laços societários no Brasil? Essa é uma indagação sociológica por excelência e creio que o próprio Freyre tem uma contribuição teórica importante. Especialmente a partir de *Casa-grande & senzala*, ao discutir o lugar do catolicismo no processo de constituição do sistema social no Brasil, penso ser possível, senão respondê-la, ao menos delinear os fundamentos originais sobre os quais está se assentando a diversidade religiosa contemporânea no país.

Começemos a explorar essa questão a partir das duas imagens potentes oferecidas por Freyre no seu livro inaugural. A primeira é a de que o catolicismo é um dos vértices de um triângulo que representa o sustentáculo do sistema de dominação colonial – composto também pelo patriarca e pela monocultura de cana. Para o autor, engenho, casa e capela formam o tripé que manteve o complexo de relações originário da civilização brasileira.

A outra imagem se relaciona com uma concepção teórica sustentada por Freyre de que há “leis sociológicas” que regulam os processos de ocupação do espaço social, entre os quais a competição e a submissão. Com efeito, Freyre afirma que, na origem do sistema social brasileiro houve um embate pelo monopólio das terras que resultou na vitória da casa-grande sobre a Igreja. Senhores tornaram-se então donos absolutos das propriedades territoriais, das mulheres, escravos e capela. Sob o domínio da ordem privada, o catolicismo se apresentou no Brasil menos como sede de um

Estado eclesiástico do que como uma edícula de propriedade do patriarca.

Para o autor, os representantes da Igreja nessa luta com patriarcas foram sobretudo os jesuítas, protagonistas da mais dura moral católica. Os padres da Companhia de Jesus atuaram como rivais dos senhores na medida em que impuseram à sociedade patriarcal uma concepção de república teocrática, composta por indígenas e caboclos portadores de um comunitarismo impessoal. O projeto jesuítico se espalhou por várias áreas do país, unificando a linguagem e criando notáveis focos de colonização.

Para além dos fatores relacionados à Reforma Pombalina (segunda metade do século XVIII), há três elementos aos quais Freyre atribui a vitória do projeto patriarcal sobre o projeto jesuítico.

Em primeiro lugar, o autor considera que, na ação catequizadora, houve falta de compreensão antropológica da vida dos nativos. Para Freyre, os padres da Companhia de Jesus, ao impor compulsoriamente a monogamia entre os indígenas não realizaram senão, a “degradação” da cultura local, cujos sintomas se expressaram em doenças psíquicas diversas, inclusive o alcoolismo. Em outras palavras, Freyre parece entender que a conversão religiosa foi exigente de algum nível de contemporização e assimilação cultural, ausente na catequese dos jesuítas.

Em segundo lugar, Freyre constata que houve, no Brasil, difusão de ideias religiosas não-europeias que obstruíram a ortodoxia dos padres da Companhia. O autor se refere à influência renitente da cultura muçulmana que se impôs no Brasil não apenas de modo indireto pelos portugueses (que no passado experimentaram os efeitos culturais da invasão árabe na península), como também pelos negros escravizados, muitos deles de origem islâmica. Houve, inclusive, coincidente confluência entre a “falta de moral sexual dos índios” e a poligamia muçulmana, dificultando ainda mais a doutrina jesuítica. Também a repercussão da religiosidade africana, que Freyre considera “menos elevada” (porque mais próxima

KARINA FREITAS



do animismo), teria favorecido o fracasso dos jesuítas e a transformação do próprio catolicismo numa direção mais mística.

O terceiro fator que podemos destacar diz menos respeito a contingências culturais do que a uma espécie de “agir racional com relação a fins” pressionado pelo condicionamento geográfico. Para Freyre, as adversidades do trópico contribuíram para que regras morais rigidamente europeias fossem afrouxadas. Por vezes, verifica-se, no argumento dele, que a luxúria foi também uma estratégia, única eficiente, diante da carência demográfica, do tamanho das terras a serem ocupadas e do azar diante das escassas possibilidades de extrativismo. É assim que o autor se refere, em muitas passagens de *Casa-grande & senzala*, à poligamia como uma forma deliberada de extensão da família patriarcal para o exercício de suas funções.

Com efeito, neste ambiente desfavorável ao puritanismo, selada a derrota dos jesuítas, a dinâmica social operou em favor da força centrípeta do patriarcado, submetendo a Igreja à lógica familista. Para Freyre, desenvolveu-se aqui um controle societário que não surgiu da ação institucional da Coroa Portuguesa ou da Santa Sé, mas se desenvolveu desde o ambiente doméstico das casas-grandes.

Nesse processo, o catolicismo afastou-se da ortodoxia feudal. Evidências disso Freyre diz encontrar nas negociações perversas das sinhas com Santo Antônio para que encontrasse de maridos a objetos perdidos; nos crucifixos sob os lençóis durante a cópula; nas intimidades e até vulgaridades nas referências à Virgem Maria e nos batismos que convertiam, pelo apadrinhamento, filhos ilegítimos em legítimos. Em resumo, santos e santas eram moradores das casas-grandes, atuantes nas intrigas e com incumbências de orientar achados, engravidar moças, vingar deslealdades.

Os padres (redondos pelo consumo dos quitutes das cozinhas das casas) também atuavam nesta trama que impunha, inclusive, a conservação da brutalidade das relações gestadas pela escravidão e pela monocultura. Não podemos esquecer que

As ideias de Freyre sobre o catolicismo permitem entender as bases onde um “puritanismo evangélico” se estabelece no país

frequentemente as cenas que surgem das páginas de *Casa-grande & senzala* e *Nordeste* nos mostram uma sociedade na qual negras e negros, mulheres brancas, solo e rios eram barbarizados a serviço da tirania do senhor e da indústria do açúcar. Por isso, entre antagonismos sociais bastante extremados, o equilíbrio social era exigente de aproximações (inclusive sensuais) e de ajustes finos nas tendências sádicas e masoquistas que somente o catolicismo desprovido dos ossos da doutrina puritana poderia realizar.

Dessa breve síntese, creio ser importante destacar alguns aspectos que, reunidos, poderão ajudar a pensar processos sociais no Brasil contemporâneo.

O primeiro ponto que surge, neste recorte analítico que propusemos, é o princípio fundamental da sociologia da religião: trata-se de perceber o fenômeno religioso como parte indissociável da dinâmica social, ou seja, não apenas artifice da sociedade, mas também seu resultado. De fato, a partir das contribuições do sociólogo pernambucano, podemos dizer que, no Brasil, o catolicismo sofreu uma conversão em direção ao relaxamento do dogmatismo feudal.

Permeável às influências culturais não europeias, orientalizou-se, sensualizou-se e fetichizou-se, adaptando-se e, também, possibilitando a acomodação social reclamada por uma sociedade cujo equilíbrio social entre antagonismos, tão extremados pela escravidão e pela monocultura, era tarefa difícil.

Observa-se que, para o autor, o catolicismo “amolengado” no Brasil atuou se opondo à rejeição da vida ordinária. Operou por meio de santos funcionais que trabalhavam pela satisfação de desejos mundanos. Nesse contexto, o erotismo, especialmente, não assumiu o lugar de interdito, tampouco de suspensão ritual do cotidiano, mas foi praticado como ofício laborioso e, tanto quanto a tortura e o estupro, foi técnica rotineira de dominação social.

Seguindo nessa direção, podemos afirmar que Freyre procura demonstrar que, no Brasil, houve um tipo particular de racionalização, distinto do processo discutido por Max Weber em seu estudo sobre a ética das religiões mundiais. No limite, como hipótese, é possível dizer que Freyre admite que aqui a ação racional para empreitada colonial não teve como fundamento a oposição ao mundo através do ascetismo, mas transformou em técnica laboriosa os “instintos”, em particular o sexo e a ira.

Outra observação que cumpre destacar é que, quando a prática religiosa se realiza por meio de santos representados segundo o alcance privado, a ideia de um deus, salvador ou profeta transcendente se enfraquece. Isso tem consequências sociais importantes na medida em que dificulta tanto a institucionalização de uma ética baseada na salvação extraterrena quanto a despersonalização das relações. Ou seja, a leitura de Freyre nos sugere que, em um ambiente patriarcal no qual o catolicismo foi domesticado, as ações foram menos condicionadas a uma vontade sobrenatural do que às aspirações tiranas de sujeitos concretos negociadas santo a santo. O fraco protagonismo de um agente sobrenatural não apenas reduziu conflitos entre seus possíveis desejos e os interesses do clã familiar, como também impediu a impessoalização do amor na forma de uma fraternidade universal.

Com efeito, aqui identifico um ponto nodal que nos leva a uma possível hipótese acerca do tipo de propriedade cimentícia que o catolicismo desempenhou no Brasil. Nossa unidade social é mais resultado do equilíbrio (gerido domesticamente com auxílio de santos, santas e padres) de relações que oscilam entre extremos de sadismo e masoquismo do que de uma ética fraterna impessoal. O catolicismo, submisso à lógica privatista, operou em favor da dominação política do privado, impedido de desenvolver laços mais abrangentes de solidariedade social.

Considerando que a formação social original tem potência para condicionar sociologicamente o presente, esta reflexão de Freyre sobre o catolicismo nos oferece elementos para compreender as bases sobre as quais um possível puritanismo evangélico se sustentaria no Brasil, bem como seus limites e possibilidades. Freyre nos estimula a pensar tanto acerca do borrimento das tensões entre deus e os interesses familiares, materiais e mundanos, quanto sobre o modo como a proteção da família se constitui em finalidade última da ação pública, em nome da qual se produz e se justifica o embaraço entre Estado e religião no Brasil contemporâneo. Igualmente, oferece uma chave importante para refletir acerca dos bloqueios para formação de uma ética fraterna despersonalizada representada, por exemplo, pela defesa aos Direitos Humanos ao mesmo tempo em que se desenvolve a institucionalização do extermínio como vingança ao “inimigo”.

Nesse sentido, mais do que contrapor Freyre à realidade que superficialmente parece negá-lo, creio que é possível estreitar seu diálogo com a teoria sociológica clássica para propor uma sociologia da dominação no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.
- Gilberto Freyre. *Nordeste*, 6ª edição. Rio de Janeiro, Record, 1989.
- Gilberto Freyre. *Sociologia: Uma introdução aos seus princípios*. 2ª edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957
- Max Weber. *Ética econômica das religiões mundiais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

CAPA

O ovo de Colombo gilbertiano

Brevíssimo panorama sobre pensamento e obra de Gilberto Freyre

Evaldo Cabral de Mello



A riqueza e a variedade da obra de Gilberto Freyre ainda exigirão o empenho não de uns poucos especialistas, mas o trabalho aturado de muitos. Seu núcleo é evidentemente a *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, formada por *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Ordem e progresso*, aos quais devia ter vindo juntar-se *Jazigos e covas rasas*, que ficou por escrever e que seria um estudo pioneiro do culto dos mortos. Em torno da *Introdução*, giram, à maneira de satélites, outros livros quase tão importantes, dentre os quais cumpriria mencionar *Nordeste*, *Um engenheiro francês no Brasil* e *Inglese no Brasil*, estes dois últimos podendo ser lidos como desenvolvimento de temas tratados de maneira sucinta num dos capítulos de *Sobrados e mucambos*. Em que consiste sua originalidade e importância? Quando em 1933 Gilberto publicou *Casa-grande & senzala*, a reflexão em torno da formação brasileira nacional estava absorvida por dois grandes temas. O primeiro dizia respeito à adequação de nossas instituições políticas à realidade brasileira; o segundo, aos pretendidos efeitos negativos que a mestiçagem teria trazido para o futuro nacional. O ovo de Colombo gilbertiano consistiu, como todo ovo de Colombo, numa operação simples: a de transtocar os dados de um problema. No tocante ao primeiro, deslocando a análise sociológica do público para o privado, e quanto ao segundo, transformando a miscigenação de prejuízo em lucro.

Nos anos 1920, estudante de ciências sociais nos Estados Unidos, Gilberto concebeu o projeto, que comunicou em carta a seu amigo Oliveira Lima, de escrever uma “história social da família brasileira” no século XIX, a qual deveria intitular-se *O Brasil dos nossos avós*. Tratar-se-ia evidentemente do desdobramento da sua tese de mestrado sobre a *Vida social no Brasil em meados do século XIX*. A cultura anglo-norte-americana havia sido sempre mais sensível do que a francesa ao interesse da história

social em ambas as vertentes, a da história econômica e social e a da história da vida privada. No Brasil, culturalmente enfeudado à *rive gauche*, dominava a tradição da historiografia política, jurídica e institucional. Daí que escrever uma história da família constituísse uma ousadia inegável não só em termos do Brasil dos anos 1930 como da França de entre as duas guerras. Basta dizer que ali a primeira geração dos Annales, isto é, Lucien Febvre e Marc Bloch, ainda procurava impor a história econômica e social a uma recalcitrante universidade, triunfo que, a bem-dizer, só foi verdadeiramente alcançado na geração seguinte, por Fernand Braudel. Destarte a história da vida privada só será descoberta pelos “analistas” da terceira geração, nos anos 1970 e 1980. No Brasil, ela se reduzia ao livrinho precursor de Alcântara Machado, olhado apenas como curiosidade, tanto mais que o autor vinha do Direito, não tendo formação propriamente historiográfica.

Na formação gilbertiana, a antropologia, mais do que a sociologia, pelo menos como esta era convencionalmente entendida entre nós, veio somar-se às sugestões da história social. A antropologia clássica, como também a sua contemporânea, a sociologia oitocentista, tivera por objetivo a explicação dos grandes esquemas evolutivos. Tais ambições começaram a se esvaziar a partir dos finais do século XIX e dos começos do XX, quando a antropologia trocou as macroexplicações de gabinete pelo trabalho de campo entre as sociedades primitivas. Destarte, ela tornou-se eminentemente descritiva, o que a habilitou a reconstruir as estruturas (no sentido de imbricação dos vários níveis sociais) dessas sociedades, com um êxito de dar água na boca às demais ciências sociais, cujos métodos haviam sido até então os métodos diacrônicos convencionalmente encarados como próprios às sociedades históricas. A originalidade de Gilberto residiu em aplicar ao

KARINA FREITAS



estudo de uma sociedade histórica, a brasileira, a perspectiva sincrônica da nova antropologia. Daí, entre outras características, o seu gosto pelas totalidades em detrimento das sequências e da descrição em prejuízo da narração; o seu proclamado desprezo pela cronologia, reduzida na sua obra à tripartição colônia, Império e República Velha; sua recusa da história política, que ele se gabava de haver posto fora de circulação; o seu entusiasmo pela cooperação interdisciplinar e pelo pluralismo metodológico. Assim como Braudel descobrira a existência do tempo longo e até quase imóvel, como na história da geografia e do clima, mediante seus estudos de História Econômica, Gilberto, graças à Antropologia e a História Social, mergulhou em busca da “infra-história”, para usar a expressão de autor muito do seu agrado, Unamuno, que a utilizou, porém, com acepção perceptivelmente diversa.

Ocorre que, entre nós, a tradição da história política foi reforçada nos anos 1930, de um lado, pela assimilação da sociologia weberiana, como em *Raízes do Brasil*, e, bem posteriormente, pelos *Donos do poder*; de outro, pelo marxismo, a partir sobretudo da *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior. Destarte, a trilogia gilbertiana ficou sendo encarada pela universidade brasileira, sobretudo em São Paulo, como uma sociologia impressionista, pitoresca, histórica e sentimental, que, por conseguinte, não deveria ser levada muito a sério. Quando do seu aparecimento, *Casa-grande & senzala* foi mesmo reputada obra pornográfica por distinto escritor mineiro, devido inclusive a uma referência aos costumes brasileiros de defecar; e o estudo etnográfico do bolo e do doce do Nordeste, que Gilberto fizera em *Açúcar* (1939), levado ao ridículo, por versar sobre tema até então indigno de um verdadeiro intelectual. Por outro lado, o processo de industrialização no pós-guerra também tendeu a rejeitar a obra gilbertiana, que evidentemente não versava quaisquer das preocupações intelectuais

Apesar de ter deslocado o olhar sobre a mestiçagem, Freyre ainda a elogia sem qualquer base científica

dominantes, exceto a escravidão, matéria em que ela foi também repudiada. A partir do momento em que o regime militar polarizou a vida política do país, sectarizou os meios intelectuais e levou o próprio Gilberto a assumir posições ideológicas mal inspiradas, seus livros perderam a capacidade de penetração universitária. A respeitabilidade intelectual continuou a ser apenas reconhecida a quem versasse, mesmo com mediocridade clamorosa, a temática do momento, inclusive a metafísica althusseriana dos modos de produção. Para tanto, era indispensável escrever propositadamente mal, ou de maneira intencionalmente obscura, de modo a escamotear a vacuidade das teorias que se manipulavam.

Ironicamente, a obra gilbertiana vem sendo redescoberta entre nós por tabela, isto é, na esteira da moda europeia da história da vida privada e da história das mentalidades, o que equivale a dizer que o Brasil está redescobrendo Gilberto através

da França, a qual, por sua vez, já o havia descoberto nos anos 1950 graças a Febvre, a Braudel e a Barthes. Como no caso de Gilberto quarenta anos antes, aquela moda resultou de uma antropologização da história, bem visível nos últimos livros de Duby, em Le Goff, no *Montaillou*, de Le Roy Ladurie. E, contudo, todos três haviam começado como historiadores da vida econômica, à boa maneira de Braudel, que, como se sabe, encarou com as maiores reservas a virada antropologizadora dos *Annales* nos anos 1970. É chegado, aliás, o momento de indagar se a antropologização da história não está sendo levada demasiado longe e se ela não ameaça a historiografia com um desses curto-circuitos empobrecedores, como o causado pela moda antecedente da história econômica.

O próprio Duby, insuspeito na matéria, advertiu há muito acerca do caráter visceralmente diacrônico, vale dizer, sequencial, da historiografia. “O que faz a História [declarou certa vez] é uma referência, a mais precisa possível, a uma duração.” Ora, atualmente, “seus progressos procedem essencialmente de observações no longo prazo”, portanto sobre “objetos frequentemente impalpáveis”, “difícilmente datáveis”, e que por isso mesmo exigem “ter presente os problemas metodológicos novos que essa investigação coloca no tocante à exigência de cronologia”. Mas se me refiro a Antropologia, é que ela representa apenas a forma mais recente da colonização da historiografia pelas outras ciências humanas. Não se trata de declarar-lhes uma guerra de independência, nem de abolir os avanços feitos pela história graças a elas, o que seria um despautério, mas de constatar que grosso modo a cooperação interdisciplinar tem suas limitações, não podendo ser realizada indiscriminadamente, nem levar o historiador a perder de vista o que constitui a originalidade do conhecimento histórico, ao menos até o dia, que ainda se afigura remoto, em que um gênio por nascer consiga realizar a síntese das ciências do homem.

Gilberto não se antecipou apenas a várias das preocupações fundamentais do seu tempo, mas também o fez no tocante a algumas das nossas. Em 1937, quando ninguém falava em ecologia no Brasil, pois se tratava de um conceito que apenas vinha sendo formulado pela escola sociológica de Chicago, e quando a depredação da natureza pela sociedade não se tornara ainda objeto de maior consideração científica nos países ocidentais, Gilberto publicava *Nordeste*, que é nem mais nem menos que um estudo do impacto da monocultura canavieira sobre a Mata Atlântica e a ecologia regional – outra maneira de aferir a influência da obra gilbertiana e mediante sua contribuição para o estoque de ideias que hoje, acertadamente ou não, dominam a cultura nacional. Muitas vezes não se sabe sequer de quem elas procedem, da mesma maneira pela qual as pessoas discutem psicanálise sem nunca terem lido Freud, ou são marxistas tendo apenas ouvido o nome de Marx, ou falam de carisma sem se darem conta de que estão utilizando um conceito sociológico forjado por Max Weber, o que é prova exatamente da força dessas teorias, que impregnam o ar intelectual do tempo.

Neste particular, a rejeição do anátema a que a mestiçagem havia sido submetida no Brasil pré-1930 representa o grande aporte gilbertiano ao estoque brasileiro de ideias no século XX. Ninguém fez antes dele nem mais do que ele para transformar a miscigenação de passivo em ativo, de objeto de elucubrações pessimistas em motivo de otimismo nacional, esvaziando o debate herdado do fim do Império e da República Velha sobre as suas consequências inapelavelmente negativas para o futuro do país. Equivocar-se-á, contudo, quem julgar que a obra gilbertiana tenha logrado evacuar o problema da raça do horizonte intelectual e pseudointelectual no Brasil. Na realidade, ele renasce sob a forma oposta de um elogio da mestiçagem (“mestiço é que é bom”) tão carente de base científica quanto a condenação que pesara sobre ela antes da publicação de *Casa-grande & senzala*. Os epígonos inconfessados de Gilberto levaram às últimas consequências as ideias do mestre de Apipucos.

Este ensaio é uma versão ligeiramente reduzida daquele publicado pelo autor em *Um imenso Portugal: História e historiografia* (Editora 34, 2002).

CAPA

Alcances e o limite de Freyre na academia

Mais nuances críticas sobre o autor de *Nordeste* por uma especialista em sua obra

Schneider Carpeggiani e Igor Gomes

Uma das maiores especialistas na obra de Gilberto Freyre, a socióloga Elide Rugai Bastos (foto) fala ao **Pernambuco** sobre pontos publicamente conhecidos da obra do autor. Ao reconhecer contribuições que o intelectual deu ao pensamento social brasileiro, Bastos – que é professora titular na Unicamp – não nega que ele tenha criado para si uma posição político-cultural ambígua (e, por isso, humana) objetivamente indefensável. Apresenta ao leitor alguns pontos importantes da obra de Freyre, como as “múltiplas modernidades”, o problema expresso pela ideia de “democracia racial” e relata um encontro que teve com o pernambucano por ocasião de sua pesquisa de doutorado, orientada na USP por Octavio Ianni.

O ano de 2020 marca os 120 anos de nascimento de Gilberto Freyre. Vivemos um momento turbulento da política brasileira, em que as disputas entre esquerda e (extrema) direita acabam tomando a pauta. Essas disputas, como bem sabemos, atravessam as universidades. Como a senhora vê hoje o lugar de Gilberto Freyre na universidade, tendo em vista suas várias posições públicas reacionárias?

Gilberto Freyre declarava-se publicamente conservador, e insistia que nas bases dessa adesão figuravam sua defesa do tradicionalismo e do regionalismo. Deve-se assinalar, no entanto, que os conceitos orgânicos de seu pensamento são os fundamentos dessa visão política conservadora: a família patriarcal, a comunidade local, a região e, decorrente desses princípios, a aceitação de uma centralização de poder em torno de um modelo de colonização marcado pela ordenação social. Esta tese é central em *Casa-grande & senzala* e em *Sobrados e mucambos*, embora os períodos analisados sejam diferentes e as situações sociais sejam diversas. Isso significa afastar da argumentação os direitos individuais, esquecidos pelo privilégio justificado ao poder discricionário do patriarca. Justifica que a atuação deste ultrapassa a ação do Estado e da Igreja. Nessa direção, afirma terem a família e o Estado a mesma natureza, havendo continuidade entre uma e outro; assim, privado e público se confundem. Um dos fundamentos dessa aceitação é a suposição de ser a sociedade autorregulável sem a necessidade de uma estrutura institucional que respeite direitos e deveres. Repousa na formulação de um modelo único de família, na imposição de uma fórmula cultural pré-definida ou, ainda, em uma diretiva visão religiosa – e quando o comportamento da população fere essas regras, vigora o estabelecimento da autocracia.

Vocês lembram que vivemos um momento turbulento da política brasileira. É lamentável que esse desarranjo tenha permitido a regressão de tantos avanços democráticos alcançados em diversas áreas – na educação, na cultura, nas políticas públicas, enfim, na sociedade em geral. O desprezo com que no Brasil os direitos humanos, as reivindicações sociais, os artistas, os intelectuais, o ensino, a imprensa, as ideias progressistas, os livros, os coletivos feministas, raciais e culturais são tratados é deplorável. Parece que os princípios de liberdade, igualdade, solidariedade não têm mais valor na constituição da sociedade e como base das relações sociais. Realmente, Gilberto Freyre assumiu algumas posições nitidamente reacionárias, como o apoio que deu ao golpe de 1964 e suas decorrências. Não sou vidente e não posso saber quais seriam suas posições em relação a um futuro que não presenciou. Porém, creio que ele não compactuaria com a desqualificação da cultura e o ataque a artistas e intelectuais nos termos em que ocorrem hoje. Ainda, sua educação aprimorada não aceitaria o uso de palavras chulas, ofensivas, obscenas como fazem gurus do regime, ao referirem-se a personalidades dos quadros culturais do país. Na academia, as ciências sociais têm-se dedicado a retomar os estudos sobre o pensamento social no Brasil, revisitando autores do passado e analisando o papel que estes representam na configuração da sociedade e da política atuais.

Gilberto Freyre é um dos intelectuais muito estudados e os trabalhos [já publicados] apontam o alcance e os limites de sua interpretação do país. Podemos verificar a amplitude dessas pesquisas através dos dados fornecidos pela



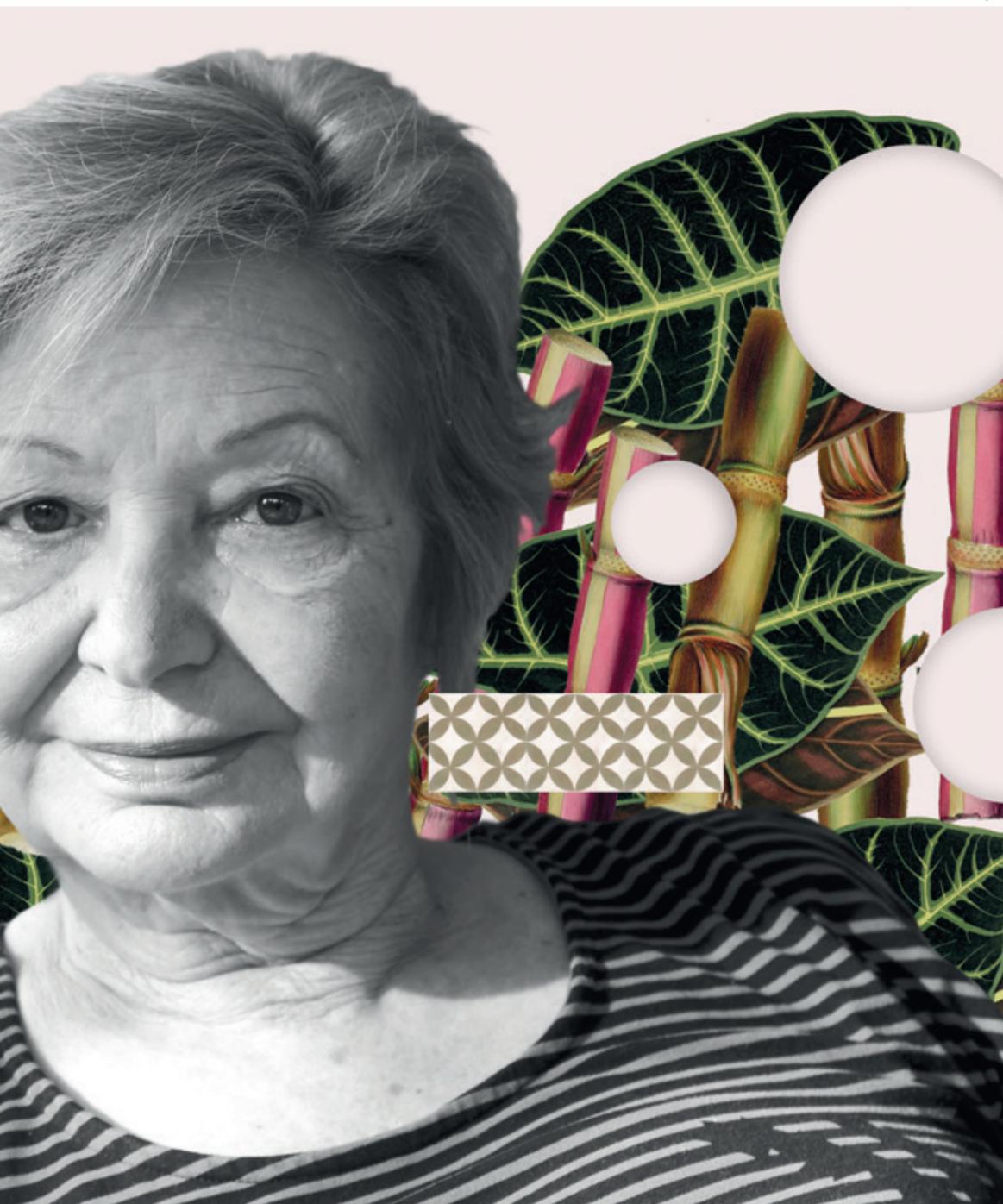
Biblioteca Virtual do Pensamento Social em seu blog (blogbvps.wordpress.com).

As discussões étnico-raciais no Brasil têm experimentado, nos últimos anos, um expressivo aumento no seu alcance. Apesar de Gilberto ter deslocado a mestiçagem de uma chave negativa para uma positiva, vemos em sua obra, por exemplo, a difusão da ideia de “democracia racial”, que Florestan Fernandes acertadamente chamou de “mito”. Segundo Fernando Henrique Cardoso, as ideias dele funcionam “como um ponto de fuga que, se não retrata a realidade, faz parte dela”. Como ler o autor em um país tão marcado pelos genocídios de indígenas e de pessoas negras?

Sem dúvida *Casa-grande & senzala* representou uma ruptura na reflexão sobre a sociedade brasileira. Rejeitar a visão sobre a inferioridade racial da população não branca e transferir a discussão para o campo cultural representa um avanço. Mais ainda, a revisão das teses do determinismo geográfico mostrando as regiões tropicais como *locus* de uma sociedade consolidada é uma argumentação fundamental e repõe, em um momento de centralização política, a importância do Nordeste no âmbito nacional, visão que não poder ser esquecida no atual momento da política brasileira.

No entanto, o elogio da mestiçagem carrega um sentido ambíguo, conforme tem sido apontado por vários autores, pois tem como pano de fundo o projeto de branqueamento da população. A difusão da ideia de democracia racial é bastante criticada por vários autores que mostram os limites do exercício da cidadania no Brasil. A frase de Fernando Henrique Cardoso a respeito desse tema é muito acertada, pois aponta que uma ideia quando muito repetida alcança “poder” de verdade e é configurada como elemento constitutivo da

ARTE SOBRE DIVULGAÇÃO



sociedade. Assim, grande parte da população brasileira afirma não ter preconceito racial, mas continua calmamente exercendo comportamento discriminatório em relação aos negros. Aliás, o mesmo ocorre em relação às mulheres, às populações LGBT, aos pobres, pontificando-se que cada um “reconheça seu lugar”.

Ainda a propósito da expressão “democracia racial”, vários leitores da obra de Gilberto Freyre afirmam que ele não usa em sua obra esses termos. Na verdade, as expressões “democracia racial” e “democracia étnica” são empregadas [por ele] nos livros *Interpretação do Brasil* (1945) e *Novo Mundo nos trópicos* (1959), na mesma direção em que Cassiano Ricardo acentua que “as Bandeiras, mais do que qualquer outra instituição, é que promoveram a democracia social e étnica tão características do Brasil”. Essa atribuição é contestada pelos coletivos negros em vários momentos. Na pesquisa realizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes [sobre relações raciais na cidade de São Paulo, nos anos 1950], encomendada pela Unesco, tal expressão é questionada pelos depoentes desses grupos, denunciando a existência incontestável de discriminação racial. Diante desse dado e constatando em sua investigação a desigualdade de condições de competição entre negros e brancos nas diversas relações sociais, o sociólogo paulista atribui a denominação “mito” à ideia de democracia racial.

A criminalização da discriminação racial e algumas políticas públicas no sentido de diminuir a desigualdade de condições de competição têm procurado corrigir essa assimetria deplorável na sociedade brasileira. Os dados sobre genocídios de indígenas e negros mostram que ainda estamos fazendo muito pouco, estamos muito longe da definição de uma sociedade democrática.

Freyre pensava o Brasil, também, pela ideia de “múltiplas modernidades”: grosso modo, não coincidiríamos com o modelo de modernidade europeu, teríamos nossos próprios processos. Pode comentar a relevância dessa ideia hoje?

A expressão “modernidades múltiplas” refere-se, nas ciências sociais, a temas que não só envolvem a diversidade de culturas que se articulam no mundo contemporâneo, mas se constitui em explicação a tensões e conflitos do mundo atual. No centro dessa reflexão coloca-se uma tese importantíssima: a recusa de considerar-se a modernidade como projeto apenas ocidental, ou seja, os padrões ocidentais da modernidade não se constituem nos únicos autênticos

Embora seja explorada pelas teorias sociais nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, principalmente a partir das obras de Shmuel Noah Eisenstadt (1923-2010), que popularizou o emprego da expressão, o tema já foi anteriormente abordado a partir de outros termos. Vocês têm razão ao dizerem que Gilberto Freyre afirmava que, pela nossa tradição ibérica e pela influência africana, não coincidiríamos com o modelo de modernidade europeu, pois tivemos outro processo de formação. Ele considerava que a diversidade cultural e étnica definia esse perfil, constituindo-se no fundamento da especificidade da sociedade brasileira. Alcançar a ordem social pela manutenção dos antagonismos em equilíbrio seria resultado desse modelo. Embora acentuasse a riqueza da diversidade, concordava com, e até elogiava, o colonialismo português. Não só no Brasil, mas também na África contemporânea. É uma das ambiguidades presentes em seu pensamento, uma vez que os setores subalternos constituintes da sociedade colonial permaneciam nas margens do sistema. Predominou a contribuição portuguesa – língua, religião, poder político, organização social patriarcal,

Antes de Shmuel Eisenstadt, Freyre já mostrava que o modelo europeu de modernidade não cabia para pensar o Brasil

discriminação racial – embora absorvendo alguns elementos culturais das nações indígenas e africanas. Em outros termos, venceu o processo de imposição econômica, social, política e cultural da metrópole. Hoje, diferentemente das visões anteriores, a questão das modernidades múltiplas incorpora a discussão sobre o reconhecimento da alteridade, garantindo para o “outro” espaço vital fundado em iguais condições de existência social. Nessa direção estão os livros de Edward Said – *Orientalismo*, *Cultura e imperialismo*, *Cultura e política*, entre outros – que se constituem em forte crítica às diversas formas de colonialismo.

Pode nos contar como foi seu encontro com Gilberto Freyre, que era conhecido por ter uma personalidade singular? Algum detalhe exposto por ele no encontro fez a senhora pensar de outra forma a obra dele ou algum aspecto específico dela?

Embora já tivesse visto e ouvido Gilberto Freyre em algumas conferências, só tive contato pessoal em 1985, quando preparava minha tese de doutorado. Concedeu-me, então, uma entrevista que se desenrolou por três dias consecutivos. Recebeu-me muito afável e simpaticamente. Colocou-me à vontade, exigiu que o tratasse familiarmente por “você” e dispôs-se a responder às minhas perguntas. Criou um clima agradável, mostrou-se espirituoso nas respostas. Centrei as questões sobre sua obra, pois no cerne de minha pesquisa colocava-se a indagação sobre os efeitos sociais e políticos de seu pensamento. Manifestou satisfação ao ver que eu conhecia as várias edições, revisões e prefácios de seus livros, embora isso fosse natural, pois esses dados eram condição óbvia para o alcance dos objetivos de meu trabalho. Seus comentários deixavam transparecer sua enorme erudição e delicioso domínio da língua, o que era evidente na leitura de seus textos.

Desde o início de nosso encontro deixei claro que fazia um trabalho acadêmico, estudava sua obra pela importância representada na interpretação do Brasil, considerava que a posição expressa em *Casa-grande & senzala* avançava muito em relação às visões anteriores, mas tinha várias críticas a fazer à sua explicação. Respondeu-me ser isso natural e necessário ao progresso do conhecimento. Não acreditei muito. Um dos momentos de nossa conversa explicitou essa dúvida. Perguntei-lhe como explicava que *Casa-grande & senzala* tivesse tido tantas edições, e não *Sobrados e mucambos*, onde sua tese central sobre o patriarcalismo e a articulação público / privado estava plenamente desenvolvida. Maliciosamente devolveu-me a pergunta: “É mesmo, porque será?” Confesso que respondi de modo um tanto impertinente: “No primeiro livro não fica tão clara sua posição antiliberal quanto no segundo.” Rápido e vivaz retrucou: “Não precisa dizer antiliberal, pode dizer conservador. Sou mesmo conservador. Só não quero que me chamem reacionário.” Veja, ele assume claramente sua visão política conservadora, mas se mostra irritado se lhe são lembradas as consequências reacionárias dessa posição. Reconheço que é uma ambiguidade muito humana, mas objetivamente indefensável.

ARTIGO

Os vestígios de um lugar onde a ficção ocorre

O escritor Juan José Saer visto a partir de sua primeira obra, que completa 60 anos

Iuri Müller

Da pequena localidade de Serodino a Santa Fe, capital da província de mesmo nome. De Santa Fe a Rosario, de Rosario ao campo, do campo outra vez a Santa Fe, e então a Paris e Rennes, de Rennes a Paris. Buenos Aires, apenas por uns dias ou semanas. Do conto ao romance, do romance ao fragmento, do fragmento à poesia e então ao ensaio, ao conto, ao romance. Foram feitas de deslocamentos a vida e a escritura do argentino Juan José Saer (1937-2005), o autor de *Glosa*, de *Ninguém nada nunca* e dos contos de *En la zona*, o volume que pôs em marcha o vaivém da sua literatura e que neste 2020 completa sessenta anos da sua primeira aparição.

Há alguns traços que, de modo geral, podem servir para categorizar, brevemente, a intrincada obra de Saer, um conjunto heterogêneo que pode ser observado desde distintos ângulos e sortes de entrada. Em primeiro lugar, a crítica nunca se esgotou de apontar a radical coerência interna da sua ficção, levada adiante em um mesmo espaço narrativo (a *zona*, uma transposição para a literatura de alguns espaços constantes da província de Santa Fe) e com a manutenção de um mesmo grupo de personagens, reunião de nomes próprios que se repetem de um texto a outro, e que, em processo, formam o encadeamento que pode ser chamado de saga ou de história comum a percorrer toda a obra.

Por outro lado, a sua literatura também é recordada, recorrentemente, pelo conjunto de técnicas, experimentações formais e procedimentos narrativos que resultaria em um texto sempre cambiante, nunca estabilizado por completo. A obra de Juan José Saer é uma obra em movimento não apenas pelos deslocamentos espaciais que se registram de texto a texto, mas principalmente pelo sempre reinventado ato de narrar, gesto que é indagado também no interior da sua ficção, em uma busca que pode ser visualizada desde os primeiros relatos até o último e inacabado romance, *O grande*, publicado de maneira póstuma em 2005, poucos meses depois da morte do escritor.

A coerência radical do conjunto e o questionamento obsessivo das formas da literatura não são, no entanto, as únicas chaves de acesso para essa construção labiríntica, feita de caminhos e desaminhos. Pode-se acessar o todo de Saer, quem sabe, a partir dos problemas da recepção (visto que a sua é uma obra que tardou, mesmo na Argentina, mais de vinte anos para encontrar um número significativo de leitores e estofo crítico), da aventura de escrever uma ficção longe do centro absoluto do seu país, da relevância da lírica para a construção da musicalidade da prosa ou, ainda, entre tantos outros rumos, pelos inícios – os contos primeiros, de fins de 1950 e publicados em *En la zona* (1960), e que carregam consigo anúncios e despedidas.

En la zona está dividido em duas partes: a primeira, intitulada “Zona del puerto”, é formada por nove contos mais ou menos breves e um poema, *Paso de baile*, que cumpre a função, na estrutura do volume, de estabelecer a transição entre as duas seções; a segunda parte do livro, “Más al centro”, consiste em quatro contos, sendo o último, *Algo se aproxima*, o mais longo da segunda seção e também de todo o volume. Para além da menção algo neutra das suas unidades, há nuances nesse que é o primeiro livro de Saer na ficção, volume que reúne a produção da juventude e relatos que haviam sido anteriormente publicados em jornais da região santafesina.

Os títulos das duas seções, primeiramente, já designam dois espaços distintos que são levados à literatura (o primeiro, mais periférico ou marginal, e o segundo, de caráter marcadamente urbano ou *cêntrico*); em um segundo momento, a presença do poema em meio a textos narrativos firma a estranheza inicial dos gêneros que não se definem de todo, algo que será constante ao longo de toda a produção do autor, bem como o atravessamento da poesia por sobre a prosa. E, ainda, para cessar aqui a enumeração de traços do conjunto, brilha o título do conto que encerra o volume, *Algo se aproxima*, que em sua polissemia pode também ser lido como um aceno ou uma promessa de uma poética futura que desde ali se desenha ou se rascunha.

Existem, entre os nove contos da primeira seção de *En la zona*, estreitas articulações da intertextualidade interna do volume, dinâmica que desde as primeiras páginas começa a se mover. De *Un caso de ignorancia*, narração que abre o livro, a *Al campo*, a última narrativa da primeira parte, sucedida imediatamente



pelo poema *Paso de baile*, se reúnem elementos da narração que permitem uma leitura de acumulação, seja a respeito dos sentidos provocados, das peças que permitem a visualização de um enredo crescente que pouco a pouco se constrói, como de um espaço que se forma através dos textos e de uma rede de personagens que permanece, em constante intercâmbio, de relato a relato.

“Zona del puerto”, como está intitulada essa primeira parte, permite, portanto, uma leitura conjunta dos seus materiais. A ficção avança a cada um dos nove textos, e há esclarecimentos, desvios, expansões, recuos e estranhezas conforme uma nova página se insere no conjunto, para então esse núcleo se encerrar, quem sabe sem chances de retorno, mesmo nos caminhos posteriores da obra, no último dos relatos da seção. Ao final da primeira parte, esse universo breve e fugaz, formado pelos contos primeiros, tende a se dissolver nas novas aberturas

REPRODUÇÃO



Após *En la zona*, a ficção de Saer será outra. Mas nesse livro já se vê a atualidade radical que marca toda a obra do autor

como a célebre caminhada que os protagonistas de *Glosa*, romance de 1986, levam adiante pela luminosa Avenida San Martín, ou o deambular incessante narrado em *Lo imborrable*, de 1993, por uma cidade invernal e recolhida em tempos de ditadura. Para além dos espaços urbanos, os romances do autor podem se situar na região das ilhas, como em *El limonero real*, de 1974, nas diminutas localidades costeiras, caso de *Ninguém nada nunca*, de 1980, ou numa zona antiga e que remonta a distintas fundações, como podem ser lidos os romances *O enteado*, de 1983, e *A ocasião*, de 1988.

Alguns dos romances citados foram, já, traduzidos para o português, em uma série de edições que por aqui apareceram entre os anos 1990 e o começo dos anos 2000 e que se encerrou com a publicação de *O grande*, deixando importantes lacunas para trás. *El limonero real* e *Glosa*, dois dos textos indispensáveis para se compreender o projeto narrativo do autor e romances que, hoje, podem ser apontados como dos pontos mais altos da literatura argentina da segunda metade do século XX, permanecem aguardando por traduções. A mesma brecha editorial pode ser visualizada quanto aos contos, seja no que diz respeito aos relatos de *La mayor* (como o conto *A medio borrar*), aos textos de *Unidad de lugar* (caso de *Sombras sobre vidrio esmerilado*) ou aos já comentados exemplares dos inícios, como são os de *En la zona*.

Há algo de Jorge Luis Borges naqueles começos de Saer na ficção, seja na estrutura breve dos primeiros contos, no tratamento do componente épico ou na busca por lugares que se encontram nas margens das cidades argentinas, nas bordas também do tempo, a perdurar nos avessos decadentes da modernidade que já se alastra pelos centros urbanos. Assim como há, e de modo ainda mais nítido, um gesto que o liga ao uruguaio Juan Carlos Onetti no afã de construir um espaço permanente por onde a ficção se estenderá (ainda que, como uma vez Ricardo Piglia sublinhou, se Onetti fundou uma *Santa María* inteiramente ficcional, no caso de Saer o que ocorre é a transposição de uma cidade *real* – Santa Fe e seus arredores – à ficção, com toda a complexidade implicada nesse movimento).

“Esses começos cumprem a função de diferenciar o material logo no início: são princípios de diferenciação que tornam possíveis as mesmas histórias, estruturas e saberes que pretendem”, escreveu Edward Said sobre a sorte dos inícios, em observação que não deixa de ser verdadeira para o caso do primeiro Saer. A crítica já buscou em *En la zona* os rastros, as condensações e as origens de toda a obra futura, algo que, no entanto, só encontra significação justamente depois, quando a obra se desenvolve e afinal se completa em seu *corpus* definitivo, quando do último texto. São, portanto, a noção de processo e a visão retrospectiva que permitem tal leitura dos inícios, que não se sustentariam sozinhos; sequer inícios seriam.

Lidos tanto tempo depois, sessenta anos, precisamente, o que os contos de *En la zona* revelam sobre a obra de Juan José Saer é, mais uma vez, a sua radical permanência. Porque essa é uma obra que se torna mais buscada e mais atual, ainda que atue a contrapelo do seu tempo e do que esse tempo espera da literatura – como já havia sido quando do tempo da escritura dos primeiros contos e da definição daqueles caminhos incipientes. Daí, talvez, essa tão vigorosa vigência.

propostas pela ficção do autor, percursos que já têm início na segunda parte do volume, “Más al centro”, e que encontram sequência nas obras seguintes.

Os contos de “Zona del puerto” são periféricos em mais de um sentido. Primeiramente porque habitam o volume de estreia do autor, porque tardam em alcançar a recepção crítica em seu país e, mesmo quando a obra de Saer se assenta, os contos dos volumes de juventude seguem a ocupar um lugar secundário no sistema de textos do escritor. Por outro lado, e dessa vez a partir de características textuais, são periféricos porque as narrações de “Zona del puerto” ocupam, na geografia da ficção, espaços marginais da *zona saeriana*, espaços que, se é certo que serão transitados por personagens e narradores de textos posteriores, apenas aqui alcançam o protagonismo do *lugar*, em detrimento dos espaços centrais e dos endereços recorrentemente mencionados e evocados nos textos futuros.

Lugares onipresentes na produção posterior de Saer, como a Avenida San Martín, a galeria que se abre para o bar onde os personagens tão frequentemente se reúnem e os bairros próximos à região central, com suas praças, comércios e endereços reconhecíveis (inclusive no mapa da cidade *real*, transposto, modificado e atravessado para e pela ficção) aqui cedem lugar às ruas que formam a zona do porto, às casas clandestinas de jogo, aos bares que servem também como reduto de negociações obscuras, para as casas de prostituição, pensões, comércios populares e armazéns de subúrbio, para as moradias que são vizinhas de terrenos baldios e pátios de vegetação indeterminada.

Também é certo que, depois dos primeiros contos de *En la zona*, a ficção de Juan José Saer será outra. Os personagens do arrabalde violento e pré-moderno saem de cena e o futuro da sua literatura, quando dos registros urbanos, ocorrerá em espaços do centro,

HUMOR, AVENTURA E HISTÓRIA EM LIVROS PARA ADULTOS E CRIANÇAS



Assine
Revista Continente
+
Suplemento Pernambuco
0800 081 1201
e-mail: assinaturas@revistacontinente.com.br



TALVEZ PRECISEMOS DE UM NOME PARA ISSO

Stephanie Borges

Vencedor do Prêmio Cepe Nacional de Literatura 2018 (categoria Poesia), pensa o imaginário estético que oprime mulheres negras. Perpassa por narrativas sagradas, memórias pessoais e críticas às lógicas de mercado, em linguagem cortante e direta. A autora vai além do debate sobre beleza e identidade e propõe às mulheres refletir sobre a construção da própria imagem.

R\$ 20,00



REALIDADE INOMINADA

Lourival Holanda

Nestes ensaios, o estilo é parte constitutiva das análises. Nelas, o autor recorre, à psicanálise, à filosofia, à estilística e ao contexto histórico, para interpretar textos sobre a literatura contemporânea. Os ensaios lançam olhar apurado sobre Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, Osman Lins e René Char, nos estudos sobre literatura e psicanálise, e nos comentários sobre alguns dos nossos maiores críticos.

R\$ 30,00



AGÁ

Hermilo Borba Filho

Uma das obras mais experimentais publicadas durante a ditadura militar, *Agá* ganha nova edição com um capítulo inédito, suprimido na versão de 1974. Confessional, delirante, erótico, violento e sarcástico, o livro é um vertiginoso romance que transcende a autoficção e traz diversos olhares sobre o horror das ditaduras latino-americanas, através de protagonista que sempre são chamados pelo mesmo nome: Agá.

R\$ 50,00

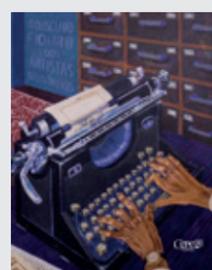


VÁCUOS

Mbate Pedro

Edição brasileira do livro finalista do Prêmio Oceanos. Em sete longos poemas, o moçambicano Mbate Pedro empreende uma busca de si mesmo através da escrita. Poemas longos transportam cada leitor como sombras no vácuo, em leitura fluida que "passeia" entre a dialética do amor e da morte, da perda e da vulnerabilidade.

R\$ 20,00



O OBSCURO FICHÁRIO DOS ARTISTAS MUNDANOS

Clarice Hoffmann, Abel Alencar, Maurício Castro, Greg, Paulo do Amparo e Clara Moreira

Durante a ditadura Vargas, a Delegacia de Ordem e Política Social (Dops) registrava as atividades de artistas em Pernambuco. Esta HQ narra as histórias de criadores e opositores e suas artimanhas para manter a liberdade ante a repressão do Estado.

R\$ 35,00



CEMITÉRIOS CLANDESTINOS

Samarone Lima

Samarone Lima continua a percorrer o trajeto singular da sua poesia. Se as "lágrimas hereditárias" foram o ponto central de livros anteriores, aqui vemos um poeta diante das questões de hoje, ainda que sem imediatismo e sem palavras de ordem já prontas. É um livro íntimo e coletivo de um autor que se entende à mercê do seu próprio tempo enquanto o combate com a própria criação.

R\$ 25,00



DIÁLOGO DAS GRANDEZAS DO BRASIL

Caesar Sobreira

Texto fundamental para a história do Brasil, escrito em 1618 por um português anônimo radicado em Pernambuco. Reproduz diálogo entre dois portugueses, um recém-chegado e outro radicado na Nova Lusitânia. Os argumentos descrevem a terra, a fauna, a flora, a economia, os minerais, o sistema de governo, os órgãos judiciários, os habitantes e seus costumes.

R\$ 60,00



OS DEGRAUS DO ARCO-ÍRIS

Carlos Nejar

Neste texto psicológico, Carlos Nejar aprofunda o tema da metamorfose, presente em escritores como Kafka, Guimarães Rosa e outros. Nejar transforma o ser humano pelas palavras, mudança gerada no corpo a partir da alma, num processo de simbiose sem fim. O romance sobressimbolista, estilo criado pelo autor, mergulha no tema da Caverna de Platão, como uma metáfora de tudo que oprime e esmaga o homem.

R\$ 30,00



CONDENADOS À VIDA

Raimundo Carrero

Edição definitiva da tetralogia de Raimundo Carrero, que reúne *Maçã agreste* (1989), *Somos pedras que se consomem* (1995), *O amor não tem bons sentimentos* (2008) e *Tangolomango* (2013), que aborda a família do patriarca Ernesto Cavalcante do Rego. Trata-se de corrosiva crítica social à elite nordestina decadente. O volume conta com ensaio crítico de José Castello.

R\$ 80,00



MIRÓ ATÉ AGORA

Miró

Segunda edição revisada deste livro, que reúne as obras do pernambucano Miró da Muribeca publicadas entre 1985, quando o poeta estreou com *Quem descobriu o azul anil?*, e 2012, ano de *diz Criação*. Atualmente na 5ª reimpressão, a obra torna possível enxergar o ritmo, a voz e o gestual performático que caracterizam sua poesia, hoje conhecida em todo o Brasil.

R\$ 25,00



AS MARGENS DO PARAÍSO

Lima Trindade

Os personagens Leda, Rubem e Zaqueu vivem às margens do Paraíso, seguindo caminhos que parecem desconectados. Mas a vida termina por juntá-los. Ou foi o sonho rebelde dos anos de aprendizagem? Em um Brasil jovem e terrível também em construção, Lima Trindade apresenta seu *bildungsroman*, um que agradará a todos porque nos transforma em testemunhas das mudanças implacáveis no destino dos personagens e da sociedade.

R\$ 35,00

Cepe
EDITORA

FAÇA SEU PEDIDO **0800 081 1201** livros@cepe.com.br

RESENHA

DIVULGAÇÃO



Formas convincentes para a loucura

No recém-lançado *Marcas de nascença*, o holandês Arnon Grunberg volta a mostrar o real se impondo de maneira devastadora na vida das pessoas

Victor da Rosa

Como não morrer? Esta é a pergunta, essencialmente disparatada, e para a qual não há resposta satisfatória, que parece fundamentar o mais recente romance do escritor holandês Arnon Grunberg (1971) no Brasil, *Marcas de nascença* (Rádio Londres), publicado na Holanda em 2016, e o quinto publicado por aqui.

É a pergunta que o protagonista Otto Kadoke volta e meia se faz, sobretudo por dever de ofício, afinal ele é um psiquiatra especializado na prevenção de suicídios, ou seja, “um propagandista da vida” e “administrador de sintomas”, como ele mesmo se define, alguém que “se mete entre os pacientes e a morte”.

Aos 42 anos, divorciado, sem filhos, praticamente sem amigos, enquanto fuma um cigarro atrás do outro, o personagem vive entre os atendimentos emergenciais para potenciais suicidas em Amsterdã (por meio de plantões diários que dão uma dinâmica de aventura ao romance) e o cuidado com a mãe idosa, que necessita de atenção médica especial – e que frequentemente sugere ao filho, em contrapartida, que ele se matricule num curso de artes marciais para aprender finalmente a se defender. A certa altura, o leitor é levado a se perguntar quem afinal cuida de quem.

A relação entre mãe e filho, mais do que complexa ou conflituosa, é doentia, ora terna, ora hilária, repleta de incógnitas e “portadora de segredos de amor”, como diz Kadoke. As marcas de nascença, nesse sentido, são como os sintomas de uma doença, que se refletem em um conjunto de pintas (“benignas”) que Kadoke carrega nas costas, mas principalmente na linguagem, que

ele mesmo reconhece ser a “criadora de doenças por excelência”.

Entre o atendimento a suicidas e o cuidado com a mãe, uma terceira doença vai ganhando forma no próprio discurso narrativo e também ameaça tudo. Em uma fórmula simplificada e direta, tal como a reprimenda de sua ex-mulher, Kadoke parece aos poucos “perder o contato com a realidade”.

A estas alturas, pela sequência disparatada das situações cada vez mais temerárias nas quais o psiquiatra Kadoke se enfia, assim como pelas decisões incongruentes e abusivas que toma, a despeito de seu tom eventualmente sabido, pedante, hiper-racional mas sempre contraditório, lançando mão inclusive de justificativas médicas e científicas para fazer valer os maiores despautérios, o leitor já teve tempo de perceber que há uma distância grande que separa o que Kadoke efetivamente pensa e o que afinal se passa ao seu redor.

Se ele, que “não é homem de fazer observações atrevidas”, acaba por transar com uma das cuidadoras da sua mãe, uma jovem nepalesa ilegal na Holanda, depois de declarar insistentemente seu amor por SMS, e se acaba por levar uma surra do namorado nepalês também ilegal, por sua vez classificado como “rude, impróprio e pouco diplomático”, dias mais tarde o protagonista não hesita em empregar uma de suas pacientes mais perturbadas como a nova cuidadora de sua mãe, por meio de um método que chama simplesmente de “terapia alternativa”.

Daí também o emprego frequente dos eufemismos, que em nível micro disfarça as ideias mais obscenas, violentas e desagradáveis – como os abusos (especialmente contra mulheres), o trauma ou a própria morte – por meio de expressões suaves e delicadas.

Tal dissociação consiste na própria matéria do romance, da qual deriva toda a sua força crítica e inclusive suas muitas situações humorísticas, pois quanto maior for a distância que separa Kadoke da dita realidade, mais objeto de riso o personagem será – pois ele mesmo, evidentemente, não possui qualquer humor.

Quem chegou a ler *Tirza*, considerada a obra-prima de Grunberg, cujo narrador arrasta toda a história para dentro de seu surto sem que o leitor possa saber ao certo o que se passa, conhece bem a manobra narrativa que é refeita agora em *Marcas de nascença*, mas de outra maneira e com diferentes consequências.

Se a história de *Tirza* vem narrada em primeira pessoa, dificultando qualquer acesso do leitor ao que efetivamente se passa, o novo livro de Grunberg varia entre o discurso direto e o indireto livre – quer dizer, formalmente a história de Kadoke é contada em terceira pessoa, mas por meio do ponto de vista pessoal do protagonista. Por um lado, a narrativa em terceira pessoa cria um efeito de objetividade ou de segurança que, por outro, o romance subverte à medida que tal objetividade só esconde um delírio de fundo cada vez mais imponente.

O que Grunberg parece nos propor aqui com o uso brilhante que faz da terceira pessoa é bem o oposto de qualquer noção de neutralidade: são a loucura e a alucinação que podem se apresentar sob as mais diferentes formas, inclusive as mais convincentes e até as “oniscientes” – nesse caso como uma peça médica, já que Kadoke “é um homem que vive de maneira eficiente, com plena compreensão para as falhas humanas, possui a calma que um médico deve ter”.

De resto, as características que alçaram Grunberg a um lugar de destaque na ficção contemporânea logo são notadas também neste novo livro, outro ponto alto de sua obra: a prevalência dos discursos médicos na constituição dos sujeitos; a falta de piedade do autor em relação aos seus protagonistas, que são postos a nu; a narrativa repleta de conflitos de versões, apesar de sua aparência realista; a investigação dos mais diversos tipos de neuroses, nascidos de uma relação desordenada com os pais; e o desacordo permanente entre situações corriqueiras e absurdas, que encontra na violência uma espécie de reconciliação com o real.

Pois o real acaba por se impor e até se vingar, seja por meio da imposição de um humor que o protagonista a todo tempo reprime, seja por meio da própria da morte ou mesmo dos detalhes, que são, como se sabe, as diferentes moradas dos demônios.

VIAGEM AO PAÍS DO FUTURO

Isabel Lucas

SOBRE O TEXTO

Esta é a sétima reportagem da série *Viagem ao país do futuro*, na qual Isabel Lucas pensa o Brasil a partir da literatura e da realidade que a ficção representa. O trabalho é publicado em parceria com o jornal português *Público*. Exceto em situações que criem ambiguidade em relação ao português brasileiro, a grafia mantém o original da autora, escrito de acordo com o português de Portugal.



KARINA FREITAS

Manaus, um relato do centro do mundo

Numa caligrafia bem desenhada, Milton Hatoum faz uma lista de lugares de Manaus e é como se ali, no papel, a cidade ganhasse finalmente um contorno definido depois do primeiro vislumbre, a partir do céu. Um imenso plano desfocado entre duas linhas de água barrenta, uma ponte e a vastidão do verde. Da janela do avião, a imagem é quase monstruosa, excessiva, deformada pelo caudal de gotas que escorre pelos vidros, olhos míopes só capazes de adivinhar silhuetas. Lá fora os trovões, a chuva, o vento, o cinzento quase preto da atmosfera são uma maneira de dizer ao viajante caloiro naquele atlas que aquele lugar não encaixa nos padrões normais, espécie de cidade sitiada, ou “ilhada” – como lhe chamou o escritor –, onde um há único adjectivo que se ajusta à dimensão do que se vai sentir e ver. A abundância, a pobreza, o calor, a humidade, o assombro, o silêncio e o ruído, a decadência e a opulência, o medo, a devastação, os contrastes ou a medida daquelas tempestades. Tudo será amazónico, que é outra maneira de dizer colossal.

Os dedos do escritor deslizam pela folha branca traçando uma rota. A Praça da Polícia, actual Praça Heliodoro Balbi, o Colégio D. Pedro II, que é o colégio estadual do Amazonas, a área do porto com a Praça de Nossa Senhora dos Remédios, antigo lugar dos imigrantes sírios e libaneses, a Rua dos Barés, o Mercado Adolpho Lisboa. A geometria do desenho que vai surgindo, com nomes de ruas, de praças, de edifícios, dos igarapés – em tupi, caminho estreito de água, de pouca profundidade, embora navegável – que atravessam a cidade, os Rios Negro e Solimões, tudo a remeter tanto para uma linha do tempo onde se pode ler a evolução da cidade como para uma ideia de criação. Um dia a cidade nasceu para albergar a ambição desmedida dos homens que perceberam a grandeza daquele território longínquo, um fim de mundo, ou, como escreveu Euclides da Cunha, uma região “à margem da história”. Afirmações como esta ignoravam que desde há muitos séculos viviam ali vários povos indígenas, entre eles os manaós e os barés. E a “história” a que o autor de *Os sertões* se referia não era mais do que a do homem branco que começou a ocupar aquela terra apenas no século XVI. Primeiro os holandeses e os ingleses, depois os portugueses que chegaram um século mais tarde e fundaram a cidade de Belém, no Pará. Como Belém, Manaus nasceu de uma fortificação na margem do Rio Negro porque era preciso controlar a entrada de invasores estrangeiros na fronteira noroeste do país. A cidade de Manaós, nome da tribo que mais resistiu ao ímpeto escravagista dos portugueses naquela região, seria a capital do estado do Amazonas, criado em 1889. Nessa altura, a cidade era um porto para escoar borracha para a indústria em expansão em todo o mundo e um centro onde afluam migrantes de todo o Brasil e negociantes estrangeiros. Nascia uma das cidades mais cosmopolitas do país, construída segundo o ideal das grandes urbes da Europa. “A era da borracha foi curta, terminou nos anos 1910, mas deixou pegada, e Manaus converteu-se na capital do norte, as suas ruas, teatro e costumes se aburguesaram, e o estado enriqueceu da noite para o dia”, lê-se em *Brasil, uma biografia*, de Lília Schwarcz e Heloisa Starling.

Entre os que chegaram a Manaus estavam os antepassados de Milton Hatoum. Vieram de uma aldeia do Líbano quatro gerações antes sem poderem imaginar que, muitos anos depois, esse filho e neto faria de todas essas histórias a grande potência da sua literatura. “As palavras parecem esperar a morte e o esquecimento; permanecem soterradas, petrificadas, em estado latente, para depois, em lenta combustão, acenderem em nós o desejo de contar passagens que o tempo dissipou. E o tempo, que nos faz esquecer, também é cúmplice delas. Só o tempo transforma nossos sentimentos em palavras verdadeiras”, diz o narrador de *Dois irmãos*, o seu romance mais premiado, mais conhecido, adaptado a série de televisão por Luiz Fernando Carvalho, o mesmo que adaptou *Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar, e a banda desenhada pelos gémeos Fábio Moon e Gabriel Bá. E é como se a fala desse narrador resumisse o tempo da espera inerente à escrita de Hatoum, paciente, lenta para tentar chegar mais perto de uma essência de verdade, feita da experiência pessoal, território vivido, cruzamento

de referências literárias, culturais, enquadramento social e político, um olhar demorado sobre o outro, alimentada por uma permanente inquietação em relação ao mundo e, em particular, ao país.

Em *Dois irmãos* estamos em Manaus desde a febre da borracha na casa do libanês Halim e de Zana, também filha de um árabe. Um e outro pertencem a gerações diferentes de imigrantes que saíram na crise do Império Otomano em direção à América. O Brasil recebeu 107 mil pessoas vindas do Oriente Médio de 1884 a 1939. Halim e Zana partilham uma paixão um pelo outro e desse amor impetuoso nascem os gémeos Yakub e Omar. São iguais por fora, mas totalmente diferentes no modo de ser. O silêncio de Yakub contrasta com o ímpeto de Omar, o preferido da mãe. Na adolescência lutam pelo amor da mesma menina e Omar marca para sempre o rosto de Yakub. A cicatriz em forma de meia lua era para sempre e parece mais vincada depois do regresso de Yakub do Líbano. Os pais decidiram mandá-lo durante uma temporada para o lugar original da família, e ele voltou cinco anos mais tarde com outra língua, mais silêncio, a mesma disputa pelo amor da mãe. Eles serão o centro de uma rede de relações complexas que incluem traição, incesto, rancor. Seguimo-los enquanto a cidade e a família entram em decadência. Um sai, outro permanece enredado no vício. Noel, filho de Domingas, a fiel empregada da casa, uma indígena resgatada a um orfanato da cidade para onde foi levada depois da morte do pai na sua aldeia natal, é o observador discreto, um filho bastardo a tentar saber do seu próprio segredo. Ele será o narrador de uma história marcada pela vingança.

Yakub e Omar são a metáfora da cidade, dois opostos que carregam uma existência inconciliável. Como o rosto de Yakub, que cicatrizes misteriosas guarda Manaus? Que paralelos podem existir entre essa ferida e as feridas abertas desta espécie de “grande camelódromo” em que a cidade se transformou – palavras de Milton –, onde se vende tudo para compor orçamentos escassos, numa paisagem de abundância sobrevoada por abutres e gente, muita gente, que compra e vende entre muito ruído, um caos de trânsito e pregões num quase mercado árabe a céu aberto junto ao maior porto flutuante do mundo, num rio onde a imundície é um grito amazónico de socorro pelo ambiente. O rio onde existiu a Cidade Flutuante, um bairro habitado sobretudo por gente vinda do interior do estado, que se destacou na década de 1950, perto da chamada Feira da Manaus Moderna, com casas, restaurantes, comércio, consultórios médicos, oficinas de automóveis, bares, uma “certa libertinagem”, como lhe chamou Otoni Mesquita. Foi demolida em 1966. Tinha quase 2 mil casas e mais de 11 mil habitantes. Um governador local chamou-lhe “vergonha para a civilização de Manaus”.

Halim, pai de Yakub e Omar, assistiu à demolição. “Os moradores xingavam os demolidores, não queriam morar longe do pequeno porto, longe do rio. Halim balançava a cabeça, revoltado, vendo todas aquelas casinhas serem derrubadas. Erguia a bengala e soltava uns palavrões, gritava: ‘Por que estão fazendo isso? Não vamos deixar, não vamos, mas os policiais impediam a entrada no bairro. Ele ficou engasgado, e começou a chorar quando viu as tabernas e o seu bar predileto, A Sereia do Rio, serem desmantelados a golpes de machado. Chorou muito enquanto arrancavam os tabiques, cortavam as amarras dos troncos flutuantes, golpeavam brutalmente os finos pilares de madeira. Os telhados desabavam, caibros e ripas caíam na água e se distanciavam na margem do Negro. Tudo se desfez num só dia, o bairro todo desapareceu. Os troncos ficaram flutuando, até serem engolidos pela noite.”

Na cidade de Yakub e Omar coabitam a natureza excessiva e o desperdício ultrajante, a ostentação e a miséria, e à volta da Rua de Frei José dos Inocentes, na zona mais antiga da cidade, há sinais de outra luta: a das prostitutas e a dos evangélicos. É um duelo escrito na pedra, em fachadas abandonadas, ruínas, muros. “Para as Damas da Noite. Tu me sondas Senhor, em tudo me conheces.” A cidade do “pecado” está ao lado da fé dos evangélicos, misturada com a dos que mi-

VIAGEM AO PAÍS DO FUTURO

Isabel Lucas

KARINA FREITAS



gram à procura do futuro, dos que namoram na Praça de S. Sebastião, dos que enchem salas e praças para ouvir um escritor. Como podem coexistir tantos contrastes? Talvez dois irmãos desavindos numa discórdia bíblica possam mesmo ser a metáfora desse lugar.

Milton Hatoum desenha a geografia de *Dois irmãos* na Banca do Largo, mais conhecida como Banca do Joaquim, um velho ponto de venda de jornais transformado no epicentro da cultura manauara. Fica num dos cantos da Praça de S. Sebastião, junto ao Teatro Amazonas. É uma construção de ferro verde, minúscula, de menos de 30 metros quadrados, um contraste com a opulência de um dos maiores teatros do Brasil. Joaquim Rodrigues Melo comprou-a em 2006 e fez dela a livraria com a oferta mais extensa de literatura de e sobre a Amazônia. É sábado de manhã, ouve Miles Davis, não há clientes a chegar. Na noite anterior, o espaço em frente da banca, protegido por duas grandes mangueiras, encheu para ouvir Ailton Krenak, o ativista e líder indígena natural de Minas Gerais que ali foi lançar o seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*. “Saímos daqui a uma e meia da manhã, estivemos conversando e batendo foto”, conta Joaquim numa voz calma, quase sumida. No dia antes de Krenak, Milton lançara ali *Pontos de fuga*, segundo volume da trilogia inaugurada em 2017 com *A noite da espera*, e nessa noite será a vez da jornalista Eliane Brum com *Brasil, construtor de ruínas: Um olhar sobre o país de Lula a Bolsonaro*. Meses antes, Brum afirmara que a Amazônia era o centro do mundo. “Manaus é tanto uma floresta em ruínas como as ruínas de uma ideia de país. Manaus pode ser vista como a escultura viva de um conflito iniciado em 1500, com a invasão europeia que causou a morte de centenas de milhares de homens e mulheres indígenas e a extinção de dezenas de povos. Neste momento, em 2019, testemunhamos o início de um novo e desastroso capítulo”, disse a jornalista no primeiro encontro do Rain Forest Journalist Fund, lembrando que o Brasil detém 60% da floresta amazônica e isso lhe traz responsabilidades acrescidas em matéria ambiental e um olhar necessariamente novo sobre a sua história. “O fato de a Amazônia ainda ser vista como um longe e também – ou principalmente – como uma periferia dá a dimensão da estupidez da cultura ocidental branca, de matriz primeiro europeia e depois norte-americana, essa estupidez que molda e dá forma às elites políticas e econômicas do mundo e também do Brasil. E, em parte, também às elites intelectuais do Brasil e do planeta. Acreditar

que a Amazônia é longe e que a Amazônia é periferia, quando qualquer possibilidade de controle do aquecimento global só é possível com a floresta viva, é uma ignorância de proporções continentais. A floresta é o perto mais perto que todos nós aqui temos. E o fato de muitos de nós nos sentirmos longe quando aqui estamos só mostra o quanto o nosso olhar está contaminado, formatado e distorcido. Colonizado.”

Joaquim nasceu há 60 anos nessa floresta, nesse perto de que fala Brum, na cidade de Tefé, interior do Amazonas, nas margens do Solimões, o rio que se junta com o Negro junto a Manaus para formar o Amazonas numa zona conhecida como o Encontro dos Rios”. Quando Joaquim tinha 11 anos, o pai encontrou emprego no aeroporto de Manaus e mudou-se com a mulher e os seus filhos para a cidade. Ali, estudou química, engenharia e filosofia, mas não concluiu nenhum curso. Trabalhou num banco e viveu em vários lugares do país até voltar em 2000, altura em que fez um mestrado em história na Universidade Federal do Amazonas com uma dissertação sobre a política indigenista em Manaus. A dificuldade em encontrar material de estudo semeou a vontade de ter uma livraria especializada em cultura da Amazônia. Tornou-se um catador de colecções e de raridades sobre o tema e, em 2006, a Banca do Largo passou a ser o centro dessas trocas. São mais de 3 mil títulos entre as prateleiras visitadas por gente de todo o mundo e a casa onde vive, bem perto, que lhe serve de armazém para o acervo.

Vai contando tudo isto em frases curtas, sem esconder o orgulho, e trazendo à conversa expressões, uma ou outra informação sobre a cultura local que vão provocando a curiosidade do interlocutor. “Cê já ouviu falar do X caboquinho? Posso te apresentar um?” e a apresentação vem de imediato. “É um pão com tucumã, queijo e banana e se quiser ainda põe um ovo frito. E aí, com um suco de cupuaçu... dá sono.” Fecha os olhos sem desmanchar o sorriso irónico. Gosta de intercalar leitura e gastronomia, convida para um café, uma água, uma tapióquinha com tucumã e queijo coalho, promete um tacacá, sopa típica da Amazônia, receita indígena feita de tucupi, jambu, goma de tapioca e camarão seco, e conta histórias da terra; em caso de necessidade sabe onde estão os pajés, curandeiros indígenas donos de poderes ocultos, acena a quem passa, todos o conhecem no centro de Manaus. Não lhe são estranhos títulos e como *Poranduba amazonense*, livro de 1890 de Barbosa



Rodrigues, que inclui as primeiras narrativas indígenas da Amazônia, *A lenda de Jurupari*, de Ermanno Stradelli, *Lendas em nheengatu e português*, de Antônio Brandão de Amorim, *A selva*, de Ferreira de Castro, com ilustrações de Portinari, *Von Roraima zum Orinoco*, do explorador alemão Theodor Koch-Grünberg, que inspirou Mário de Andrade no romance *Macunaíma*, *Cobra Norato*, de Raul Bopp, e Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Inglês de Souza, Dalcídio Jurandir ou Márcio Souza, este com a sátira *Galvez, imperador do Acre* (1976). Sai por minutos e vem com um volume que ajuda a perceber o contexto destas literaturas que começam por diabolizar a floresta, espécie de inferno capaz de devorar tudo, como esclarece Lúcia Sá no livro *Literaturas da floresta*. Referindo-se aos livros do fim do século XIX e início do XX, escreve que nessas obras a Amazônia é “palco de injustiças sociais a serem denunciadas. De um lado, está a riqueza extrema dos seringalistas, alimentando excessos e depravações; do outro, a escravização dos seringueiros nordestinos, que migraram para a região na esperança de fazer fortuna, mas terminaram vítimas da exploração, das doenças, da malária.”

Os pais de Joaquim vieram desse Nordeste “atrás de trabalho”, como ele conta. Uma frase curta e olhar directo nos olhos de quem o ouve é suficiente para perceber o resto de uma história que faz parte de um imaginário colectivo amazónico. Angelo tem 22 anos e chegou a Manaus há dois meses vindo de uma aldeia pequena da Venezuela. Atrás de quê? “De trabalho”, diz em portunhol, escudando-se a mais comentários. Arranhou emprego num hotel local situado num velho casarão *belle époque* totalmente recuperado, onde faz um pouco de tudo. Carrega bagagens, varre o pátio, serve o pequeno-almoço, explica aos hóspedes horários e truques para dar a volta à chave em portas feitas para estarem sempre abertas.

José trabalha com Angelo. Tem 43 anos, corpo seco, sorriso tímido. “Cheguei aqui há dois anos, precisava trabalhar, sustentar a minha família”, conta. Arranjou trabalho na construção. “Custou muito, estava sozinho”. A vida amainou quando encontrou emprego no hotel. “Já tenho cá a minha família”, diz, enquanto prepara uns ovos mexidos e coa o café. Gosta de Manaus? “Sim”, só isso. Nada mais sobre política ou economia brasileira ou venezuelana. “Os meus filhos estão na escola, há comida na mesa, já não trabalho na rua”.

Joaquim não conhece Angelo nem José. São novos na cidade que está sempre a receber gente. “Por que

morar em Manaus, esta cidade ilhada, talvez perdida?” perguntava o narrador do conto *A natureza ri da cultura*, do livro *A cidade ilhada*, a um professor bretão. Era o ano de 1959, Manaus já não vivia o esplendor do ciclo da borracha que teve o seu auge entre 1880 e 1910 e a transformou num símbolo do poder da civilização face ao poder da floresta. Todavia, a expansão continuava. Manaus crescia, continuou sempre a crescer. Nas suas ruas, nos seus restaurantes há sotaques de todo o Brasil e línguas de todo o mundo, incluindo as indígenas, dali mesmo, presentes em nomes de alimentos, de hotéis, em placas de lojas, no modo de nomear casas e gente. Mas do céu percebe-se a ilha, betão na floresta a 1,5 mil quilómetros de Brasília e a 3,8 mil quilómetros de São Paulo, quatro horas de avião para chegar à capital estadual com o maior crescimento demográfico das últimas décadas. Eram pouco mais de 300 mil habitantes em 1970. Agora são 2,1 milhões na 37ª cidade mais violenta do mundo e a décima do Brasil, com um índice de criminalidade de 44 homicídios por cem mil habitantes. O recorde é Tijuana, no México, com 138 homicídios e a primeira no Brasil é Natal, com 74.

Morar no centro do mundo ou na margem desse mundo? “Por que morar em Manaus, esta cidade ilhada, talvez perdida?” Sessenta anos depois a per-

Acreditar que a Amazônia é periferia é uma ignorância, pois o controle do aquecimento global só é possível pela floresta

gunta continua válida. Para Joaquim, André, Ângelo, e também para Márcia, Renato, Marcelo, Heleninha, Maria, Otoni Mesquita, o artista e investigador que não nasceu ali, mas é dali. Ele passava pela Banca do Joaquim, cumprimentou Milton com entusiasmo e não resistiu a “dois dedos de conversa”. “Nasci na Beira do Rio, que não era cidade nenhuma, era uma fazenda, mas o meu pai morreu e a minha mãe trouxe os oito filhos, eu era o oitavo. Vivo aqui desde que tinha um ano e meio. É a cidade onde eu abri os olhos.”

A pergunta “por que morar em Manaus?” não vale, contudo, para Milton. Ele já não mora lá, na cidade das contradições em que “o luxo da sedutora metrópole nascente” vive no mesmo espaço da que “fediu e era cheia de ratos”, como ele mesmo escreveu em *Cinzas do Norte*.

Milton Assi Hatoum nasceu em Manaus em agosto de 1952 e parte do ambiente em que cresceu está recriado em romances como *Relato de um certo Oriente* (1989), *Dois irmãos* (2000), *Cinzas do Norte* (2005), *Órfãos do Eldorado* (2008) ou no volume de contos *A cidade ilhada* (2009). “A Manaus de Hatoum é caracterizada pela impermanência humana: imigrantes libaneses, chegados há pouco mais de uma geração, convivem com indígenas desterrados e outros imigrantes. Em vez de ser um espaço de retenção, um *settlement*, a cidade das obras de Hatoum é habitada por personagens que parecem sempre recém-chegados ou prestes a partir, insatisfeitos com uma vida urbana frequentemente descrita como culturalmente estagnada, ou por relações familiares e sociais opressivas. Grandes casarões do passado aparecem em seus romances roídos por fungos e sendo destruídos, aos poucos, por goteiras, como se a floresta estivesse sempre a ponto de reocupar a cidade”, precisa Lúcia Sá em *Literaturas da floresta*.

TUMULTO E LESEIRA

“Manaus cresceu assim: no tumulto de quem chega primeiro”, escreveu Milton Hatoum em *Dois irmãos*, e uma das primeiras impressões diante da frase é a de que essa avidez continua a ser o motor do bem e do mal de que é feita a cidade, agora imensa, que sempre se mutilou enquanto foi crescendo e se tornou na sétima cidade mais populosa do Brasil.

Mutilar e crescer são verbos usados por Hatoum no romance. Descrevem a relação conflituosa entre os homens, a geografia e o tempo – o *chronos* – que confluem nos bancos do Rio Negro, 2.250 quilóme-

tros de um curso de água escura entre a bacia do Rio Orinoco, na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia, e a do Amazonas, junto a Manaus, em plena floresta amazónica, a maior floresta tropical do mundo. Esse triângulo que une homem, espaço e tempo está representado em *Relato de um certo Oriente*, primeiro romance de Hatoum sobre o regresso da narradora à Manaus da sua infância. A mulher que a adoptou, Emilie, está a morrer e a casa onde cresceu é o retrato da decadência. É, no entanto, repositório de memórias, histórias de família e da cidade e dos territórios de onde vieram todos quantos nela habitaram. Uma cidade entre o Oriente e a Amazônia. “Para mim que nasci e cresci aqui, a natureza sempre foi impenetrável e hostil. Tentava compensar essa impotência diante dela contemplando-a horas a fio, esperando que o olhar decifrasse enigmas, ou que, sem transpor a muralha verde, ela se mostrasse mais indulgente, como uma miragem perpétua e inalcançável. Mais que o rio, uma impossibilidade que vinha de não sei onde detinha-me ao pensar na travessia, na outra margem. Dorner relutava em aceitar meu temor à floresta, e observava que o morador de Manaus sem vínculo com o rio e com a floresta é um hóspede de uma prisão singular: aberta, mas unicamente ela mesma. ‘Sair dessa cidade’, dizia Dorner, ‘significa sair de um espaço, mas sobretudo de um tempo. Já imaginaste o privilégio de alguém que ao deixar o porto de sua cidade pode conviver com outro tempo?’”

Ainda nesse livro há uma carta intitulada “O olhar e o tempo no Amazonas”, e o seu autor “afirmava que o gesto lento e o olhar perdido e descentrado das pessoas buscam o silêncio, e são formas de resistir ao tempo, ou melhor, de ser fora do tempo. Ele procurava contestar um senso comum bastante difundido aqui no norte: o de que as pessoas são alheias a tudo, e que já nascem lerdas e tristes e passivas; seus argumentos apoiavam-se na sua vivência intensa na região, na ‘peregrinação cósmica de Humboldt’, e também na leitura de filósofos que tateiam o que ele nomeava ‘o delicado território do alter’.”

Talvez seja a esse silêncio, o de olhar o tempo, e que é parte da vida amazónica, que ali se chama de “leseira baré” e que tantas vezes se confunde com indolência ou preguiça. Alguém acometido de leseira baré tem como sintoma principal o tal alheamento, ou distração. Em 2016, o cantor Marcelo Nakamura dedicou-lhe uma canção e intitulou-a isso mesmo, *Leleira Baré*. “Vem lá do norte essa saudade que aperreia / Da caboquinha do banho na ribanceira / Do sol batendo no rio, a rosa flor que se abriu / Deitado a balançar na minha rede // De manhãzinha meu café com tucumã / E a tapioca peneirada pela cunhantã / Colhendo fruta no pé, numa leseira baré / À toa num banzeiro e cafuné // Leseira baré, leseira baré / É nós à toa num banzeiro e cafuné”

Milton Hatoum ri. “E você, já se sente acometida de uma leseira baré?”. *Baré*, nome de refrigerante, mas antes de tudo nome de um grupo indígena da região da Amazônia, que actualmente vive ao longo do Rio Xié e na zona mais alta do Rio Negro, noroeste amazónico. Baré também é o nome da língua que falavam, pertencente à família linguística *aruak*. Actualmente falam uma língua franca, o *nheengatu*. E se leseira é uma indolência, a indolência baré não é comparável a nenhuma outra por ser também ela amazónica.

Todos os homens e mulheres que olham o rio, que se resguardam do sol à sombra de árvores, de cartões, de guarda-sóis, sentados em bancos de jardim, nas esplanadas da Praça de S. Sebastião, que vendem de tudo em bancas de rua improvisadas parecem olhar esse tempo além do tempo que não se ajusta ao ritmo do da cidade da zona franca, um polo tecnológico e industrial criado em 1967 com uma política de benefícios fiscais destinada a incentivar o desenvolvimento da chamada Amazônia Ocidental. Existem ali cerca de 600 empresas, sobretudo na área de eletroeletrônicos, químicos e motociclísticos, que empregam 85 mil pessoas directamente e meio milhão indirectamente, e tem uma facturação de cerca de 40 bilhões de reais. É um dos mais pujantes do Brasil, mas os seus críticos acusam a administração do parque de estagnação, falta de investimento em alta tecnologia e sofisticação, com a produção de produtos de baixa qualidade que promovem um tipo de consumo que não se coaduna com as actuais exigências de mercado, qualidade de vida ou ambiente.

São coisas que se leem, se escutam, mas que só ficam mais próximas de um entendimento, com as perplexidades inerentes a esse perambular, quando se percorrem as ruas da cidade. A da ficção e a da realidade, porque a ordem como a cidade chegou foi essa, porque primeiro houve o leitor, só depois o viajante. “No caminho do aeroporto para casa, eu observava os lugares da cidade agora

VIAGEM AO PAÍS DO FUTURO Isabel Lucas

irreconhecível. Quase toda a floresta em torno da área urbana havia degenerado em aglomerações de barracos ou edifícios horrorosos.” As primeiras linhas sublinhadas de *Uma estrangeira da nossa rua*, conto de *A cidade ilhada* esperam confirmação ao chegar a Manaus. Sim, há barracos, edifícios altos, prédios de escritórios, torres de habitação, muitas igrejas evangélicas, bombas de gasolina, o cheiro da terra molhada da chuva que acabou de tombar. A água quando cai do céu parece um tombo que fere o chão. Há paragem para refrescar e o encontro casual com Renato. Ele fuma um cigarro, tem curiosidade. “Vem do Sul?”, indaga. E o Sul significa São Paulo ou Rio de Janeiro. “Os do Sul quando chegam perguntam onde estão os índios. Olha para o lado que tu vê, cara. Acham que eles andam nus pela cidade e com pena na cabeça, arco e flecha! Vai tomar banho, pô. E também como se podem ver os macacos. Não entendem nada disso aqui.” Ri. “Quando essa região passa na televisão lá do Sul, só dá rio, selva, animais. É uma visão bem diferente. E num dia assim eles perguntam: hoje é o dia mais quente de vocês, né? Eles acham sempre que não pode ser mais quente.”

Está fresco. 26 graus, mas a sensação é de muito mais. É início de inverno, é Manaus, época de chuvas, muita humidade, céu de chumbo. Junto ao Teatro Amazonas há pouca gente na rua. É hora das escolas funcionarem, de trabalho na indústria. Daí a pouco já se passeia na calçada da Praça de S. Sebastião, 3,5 mil metros quadrados de ondas de granito preto e branco, de tradição portuguesa, inspiradas no cenário do encontro dos Rios Negro e Solimões, que os historiadores apontam como mais velho do que o ondular do calçadão de Copacabana. O de Manaus data de 1901, o de Copacabana, de 1922. Visto de uma ponta da praça, dá a impressão de um movimento, com os passantes como que a flutuar num horizonte de casas coloridas.

É por aí que o passeio começa, paralelo ao Teatro, indo por ruas estreitas na direção do rio, um mapa literário definido pelo escritor na folha em branco, começo de deambulação onde se escuta uma vez mais a voz do narrador de *Dois irmãos*. “O aguaceiro era tão intenso que a cidade fechou as suas portas e janelas bem antes do anoitecer. Lembro-me de que estava ansioso naquela tarde de meio-céu. Eu acabara de dar a minha primeira aula no liceu onde havia estudado e vim a pé para cá, sob a chuva, observando as valetas que dragavam o lixo, os leprosos amontoados, encolhidos debaixo dos oitizeiros. Olhava com assombro e tristeza a cidade que se mutilava e crescia ao mesmo tempo, afastada do porto e do rio, irreconciliável com o seu passado.”

ASSOMBRO

Numa manhã de sábado do final de 2019, a visão junto ao rio não é muito diferente. Dejectos nas margens, bandos de urubus na maré vazia a voar rente aos barcos e aos carros que esperam no areal, gente a carregar sacos, mochilas, caixotes num sobe e desce permanente pela escadaria do porto; há manchas de plásticos a boiar na água escura; ouvem-se pregões a anunciar a venda de todo o tipo de cangalhada; uma mãe adolescente amamenta o filho bebé à sombra de um chapéu de sol rasgado e já sem cor, uma mulher de pele tisonada pelo sol segura uma abóbora enquanto o cigarro se consome na sua boca. Parece que está ali desde sempre, camisola de alças verde e amarela com a palavra *Brasil* a desvanecer de tanto uso, tanta lavagem. É uma estátua ao calor, sentada, entre caixotes velhos. Que fará ali? E depois a música, a impedir qualquer conversa, o barulho de motorizadas, as buzinas dos barcos. Cheira a maconha e a urina, mas também a uma espécie de maresia que parece fétida debaixo de um céu mais negro do que o rio a anunciar mais chuva. Podia ser uma ideia de inferno. Não é. Que encanto é aquele que se apreende na linha do horizonte, água sem fim, a dizer a “Amazónia é aqui” e parece transformar tudo num cenário? É um horizonte de rio imenso diferente do contorno entre céu e mar e que por breves momentos é recortado pela figura de um menino que passa a correr, sorrindo com um brinquedo na mão. Há futuro? Para já é assombro, como disse o narrador de *Dois irmãos*. “Assombro”, “pasmó”, todos os sinónimos que sirvam para descrever uma emoção tão contraditória quanto as que nascem da leitura da Manaus recriada pelo seu maior escritor.

Ele fala de Manaus num Brasil difícil. A Manaus que uma personagem de *Relato de um certo Oriente* considerava “uma perversão urbana”, acrescentando que a cidade e a floresta são dois cenários, duas mentiras separadas pelo rio.” Ela existe num país que nos livros de Hatoum assume muitas formas, algumas persistindo. É o da ditadura dos anos 1960, o das divisões sociais, da tensão entre poderosos e oprimidos, dos subterrâneos da opulência, dos silenciados versus os das parangonas políticas, dos que se submetem, dos que não se acomodam, dos inquietos; os desajustados domésticos e os das ruas. Isto em todos os momentos da história de uma civilização marcada pelas migrações, pelo autoritarismo, a colonização de outras civilizações e/ou de outros valores em que o outro, o diferente, é votado a um abandono que lhe compromete qualquer ideia de futuro. Ironia não fosse o futuro o *slogan* de um país que também é o da alegria. Manaus é a cidade do Teatro Amazonas, edifício mais faustoso da cidade, uma casa de ópera

KARINA FREITAS



coração da floresta, construído à imagem de um grande teatro de ópera europeu em estilo renascentista, espécie de catedral burguesa símbolo da Manaus moderna, inaugurada em 1896, que coexiste com a dos casebres sem esgotos nem água canalizada, a das ruas estreitas com edifícios decadentes atravessadas por ratazanas à luz do dia.

Foi esta Manaus dos contrastes e de uma modorra que se seguiu ao apogeu que assistiu de bem longe à inauguração de Brasília em 1960. Halim e Zana, pai e mãe dos gêmeos em *Dois irmãos*, foram as personagens escolhidas por Hatoum para falar da antítese entre conformismo e ambição também aplicados a um país, a duas cidades. “Halim nunca quis ter mais do que o necessário para comer, e comer bem. Não se azucrinava com as goteiras nem com os morcegos que, aninhados no forro, sob as telhas quebradas, faziam voos rasantes nas muitas noites sem luz. Noites de blecaute no norte, enquanto a nova capital do país estava sendo inaugurada. A euforia, que vinha de um Brasil tão distante, chegava a Manaus como um sopro amornado. E o futuro, ou a ideia de um futuro promissor, dissolvía-se no mormaço amazônico. Estávamos longe da era industrial e mais longe ainda do nosso passado grandioso. Zana, que na sua juventude aproveitara os resquícios desse passado, agora se irritava com a geladeira a querosene, com o fogareiro, com o jipe mais velho de Manaus, que circulava aos sacolejos e fumegava.”

Os ecos da literatura acompanham os passos até aos arredores do antigo meretrício, ainda conhecido como a Praça das Primas, uma zona velha, casario baixo, fachadas coloridas, um antigo cabaré, o cabaré Chinelo que aparece em *Cinzas do Norte*, agora abandonado, onde conta a lenda que os barões da borracha fumavam com o tabaco enrolado em notas de banco. Resta uma parede erguida, janelas a dar para o céu, musgo à volta de tudo. No ar, os cabos eléctricos e de telefone parecem emaranhados de teias. No chão, Joaquim vai na frente, qual guia.

Entramos na Rua Frei José dos Inocentes. Um homem passa de bicicleta, outro empurra um carrinho de mão cheio de entulho. E mais ninguém, mais nada a mexer. O sol está quase a pique, faltam sombras. Junto a uma oficina de automóveis uma mulher carrega um saco do mercado. Vai lenta, pelo sol. “Essas são ruas que são as mais antigas de Manaus, do começo do século XIX”, explica Milton Hatoum, o escritor que estudou arquitectura e urbanismo e trocou depois pela literatura. Estudou em São Paulo, em Brasília, viveu em Paris, em Barcelona, voltou a Manaus e depois saiu para ficar em São Paulo. O casario segue baixo até ao Igarapé de São Raimundo, à margem do qual estava a antiga fábrica de cerveja alemã. É difícil

imaginar que ali houve um rio. “Aqui era um igarapé e transformou num esgoto”, precisa Milton, debaixo de um telheiro, numa rua sem saída. Parece o fim de tudo. É mato, construções de palafitas em ruína. Há lixo, carcaças de barcos, e uma antiga ilha ao fundo, São Vicente, que já não é ilha. Agora é da Marinha.

Digita-se a palavra “igarapé” em qualquer motor de busca na internet e aparecem notícias de poluição, morte, cheias. A sua função é a de ligar fragmentos de floresta, existem ao longo de toda a bacia do Amazonas, mas actualmente são sobretudo canais de esgoto. Dados da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana revelaram que entre abril e junho de 2019 foram retiradas por dia, 25 mil toneladas de lixo dos igarapés de Manaus. Joaquim tem estado calado. Encosta-se junto a uma imagem da Virgem Maria em azulejo, gasta pelo tempo. Fala: “Muita coisa mudou, até a fé”. Refere o boom da igreja evangélica em Manaus que terá começado na década de 1980. “Antes disso era tudo crente”, continua, e salienta que o termo crente não tinha necessariamente relação com a fé católica. “Era outra coisa. Aí, com essas religiões pentecostais virou uma praga. A Constituição ajudou, isenta-as de imposto e montar uma igreja tornou-se uma mina, é um grande negócio.”

Não há sinos em pano de fundo, só o barulho de uma betoneira ao longe. Ocorrem passagens de *Cinzas do Norte* e de *Dois irmãos* sublinhando sempre vincada a divisão entre ricos e pobres. Os das casas grandes e os dos subterrâneos. “Aos domingos, quando Zana me pedia para comprar miúdos de boi no porto da Catraia, eu folgava um pouco, passeava ao léu pela cidade, atravessava as pontes metálicas, perambulava nas áreas margeadas por igarapés, os bairros que se expandiam àquela época, cercando o centro de Manaus. Via um outro mundo naqueles recantos, a cidade que não vemos, ou não queremos ver. Um mundo escondido, ocultado, cheio de seres que improvisavam tudo para sobreviver, alguns vegetando, feito a cachorrada esquelética que rondava os pilares das palafitas. Via mulheres cujos rostos e gestos lembravam os da minha mãe, via crianças que um dia seriam levadas para o orfanato que Domingas odiava. Depois caminhava pelas praças do centro, ia passear pelos becos e ruelas do bairro da Aparecida e apreciar a travessia das canoas pela manhã. Vendia-se tudo à beira do Igarapé de São Raimundo: frutas, peixes, maxixe, quiabo, brinquedos de latão. O edifício antigo da Cervejaria Alemã cintilava na Colina, lá no outro lado do igarapé. Imenso, todo branco, atraía o meu olhar e parecia achatar os casebres que o cercavam.”

Voltamos a subir a ladeira. Numa janela anuncia-se Coca-Cola geladinha. Viramos à esquerda. Um beco de fachadas amarelas e azuis. Há uma baliza de

Hatoum figura, em Dois irmãos, a modorra que chega a Manaus soprada da euforia gerada pela fundação de Brasília, em 1960

brincar abandonada, uma poltrona de ferro partida, brinquedos de criança semi-destruídos e, por fim, uma rua cheia de sombra, copas de árvores, uma correnteza de casas recuperadas, o chilrear de pássaros, a descoberta de um novo centro cultural com o nome de Óscar Ramos, um artista de Manaus, pintor, designer, cenografista. Morreu em junho de 2019 e no final desse ano a autarquia dedicou-lhe uma casa, os números 69 e 77 da Rua Bernardo Ramos, onde está exposto o seu espólio. Milton descobre ali o reduto do amigo. “Era uma figura”, diz enquanto olha os cartazes de filmes que ele desenhou, capas de discos de Caetano Veloso, Gal Costa – *Gal fatal* –, Maria Bethânia. Era do Tropicalismo. “Causou escândalo em Manaus. Era homossexual e ele me contou que muito jovem uma vez saiu de camiseta vermelha em Manaus. Comum sotaque amazonense me disse: ‘Mano, foi um escândalo!’”. *Mano* é uma expressão muito dali. “Não é o mano paulista. É o mano carinhoso. Maninho, maninha.” À saída, alguém o reconhece. Pedem-lhe para tirar uma fotografia. Acede.

A rua tem o som das cigarras, o coaxar de rãs, na esquina a casa mais antiga de Manaus é um café. Paragem para uma água entre muitos objetos bizarros, entre eles um Homem-Aranha pendurado junto à janela. O barulho do aparelho de ar-condicionado abafa as conversas. O calor por vezes soa assim.

Politicamente, como é Manaus? Conservadora? “Ah, acho que é muito alienada. O populismo aqui é muito forte desde sempre. Esses políticos alternaram no poder e quase todos são populistas. Começou com Gilberto Mestrinho nos anos 1950 e seguiu para uma alternância de políticos corruptos, e uma miséria enorme. O PT, por exemplo, nunca ganhou aqui.



Até no Acre o PT chegou a ganhar. Aqui, nunca, nem o PT nem a esquerda”, salienta. A autarquia é do PSDB, o partido fundado por Fernando Henrique Cardoso e agora liderado por Bruno Araújo. A palavra “alienada” subsiste. Será obediente ao poder? Ele interfere com a vida normal, já se sabe. Por exemplo, o Código de Posturas do município de Manaus, de 1893. Estabeleceu que “as ruas de novo abertas e as que ainda não estão edificadas terão a largura de 30 metros e serão em linha reta quanto possível”. Foi a origem das avenidas largas, da drenagem dos igarapés que foram desaparecendo do centro da cidade. Caso do Igarapé do Espírito Santo, onde foi construída a Avenida Eduardo Ribeiro, com o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, e muitos cafés e hotéis. Ou do Igarapé do Aterro, que atravessava o centro da cidade e é a actual Avenida Getúlio Vargas. O aterro demorou décadas ao longo das quais muitas campanhas contra a malária e a febre amarela. Transformaram-se em pântanos artificiais, abaixo do nível do Rio Negro. Sempre que o rio subia, as ruas alagavam com frequência e os mosquitos picavam. Um problema também de saúde pública. Tudo parece persistir, miséria e riqueza, insalubridade e desenvolvimento tecnológico e mais subdesenvolvimento nas periferias. E “30% dos edifícios de Manaus não têm acesso à água e 60% não têm esgoto”, diz Hatoum enquanto se chega à Igreja Matriz, a mais um camelódromo e mais obras.

“Isso é muita andança”, diz sobre o trajecto já percorrido, depois de passar o meretrício, a Igreja Matriz, mais um camelódromo. “Que calor! E temos sorte, está nublado”. Vinícius de Moraes tomou uma cervejinha por ali. A música é estridente. Alguém grita: “suco de manga, dois reais, água geladinha”, atenuantes do clima esdrúxulo, e as

Um homem passa e grita “Salve Bolsonaro!”. Hatoum finge que não ouve. “É provocação? Nunca aceitar provocação”, diz

badaladas da Igreja dos Remédios onde católicos e muçulmanos casavam, muitas vezes uns com os outros. O avô de Milton Hatoum casou ali, os pais também. Um grupo de homens joga cartas em tronco nu, cheira a comida. Faz-se um desvio para o mercado. Bacalhau de manta, camarão de vários calibres, castanha. Milton compra para a tia fazer bombons com chocolate. “É a minha única tia viva, a tia Noha.” Há queijos redondos pendurados a curar, sacos de farinha de mandioca de vários tipos de moagem. “Na minha mesa tem de haver sempre farinha”, conta. E tudo deságua no porto. “Esse é o Rio Negro. Esse, para mim, é o rio mais bonito.” Para defronte da água. O cenário repete-se, o assombro também, a cada dia. Troveja outra vez ao chegar perto do Igarapé dos Educandos, o maior, “um rio mesmo, com a falta de saneamento, virou um esgoto. Na minha juventude era limpo. Há um descaso total, essa miséria toda. O cheiro, o calor é de enlouquecer quando se anda por esse igarapé”.

Deixamos a margem, as ruas são um bazar de alimentos e quinquilharia. Um homem passa, desvia o olhar de Milton Hatoum e grita: “Salve Bolsonaro!”. O escritor finge que não ouve. “É provocação? Nunca aceitar provocação”, uma ratazana atravessa-se no caminho e um cartaz diz: “contra a intolerância, paixão”. Há turistas, lojas de chineses na subida para os Remédios, a praça dos migrantes, perto da Rua dos Barés, onde Halim tinha o armazém. Ainda há casas com nomes árabes, “uma mistura de gente, de origens, trajas e aparências”, lê-se em *Dois irmãos*. Nem tanto, diria sobre o que está agora à vista. “Quanto ao Brasil eu sou um pessimista radical. Não deu certo, a nossa elite. Daqui a 100 anos talvez, se houver uma revolução burguesa.” A deriva não é só do olhar, dos passos, parece ser também do destino de uma nação quando se lê e se ouve Milton Hatoum. “Ah, a zona franca, se disser mal dela por aqui é linchado, mas ela su-

blinou misérias e miséria é diferente de pobreza. Fica encristada, tantas vezes invisível aos outros e se você não entende o sofrimento do outro, você recua na sua humanidade.”

Chegamos ao coreto junto à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Ali será filmada parte da adaptação de *Relato de um certo Oriente*. A cada passo, Manaus materializa-se como um lugar de enredos. “Lembra do galinheiro dos vândalos, de *Dois irmãos*? É aquele prédio azul. E esse é o Colégio Estadual do Amazonas onde eu estudei quatro anos e li os livros fundamentais”, conta diante do grande edifício de pedra que domina a praça. *Vidas secas* e *Infância*, de Graciliano Ramos, *Capitães da areia*, de Jorge Amado, *Continente*, de Érico Veríssimo, *A luta*, último capítulo d’*Os sertões*, de Euclides da Cunha. “Esse foi um castigo que levamos do professor. Jogaram uma bomba caseira na escada e o professor Barrela, um advogado, disse que se não delatássemos teríamos de ler *Os sertões*”. Dá uma gargalhada. “Esses professores liam.” Para diante do edifício. “Vê-se que a educação pública estava no projecto da elite, pelo menos.”

Os pais não eram leitores. “A minha mãe sabia que eu gostava de ler e me deu as obras completas do Machado [de Assis], uma edição de 1957. Foi um grande presente, e eu comecei a ler os contos. Me salvaram, porque o romance para um jovem é muito complexo. Dar *Memórias póstumas de Brás Cubas* para um aluno de 15 anos! Ele vai odiar o Machado.” Mais passos, a subida continua até ao ponto de partida. “Aqui mora a professora que me alfabetizou, tem 102 anos. Dona Maria Luísa de Freitas Pinto.” É uma casa branca, de um piso, numa rua de outras casas parecidas. “Ela já morreu, Joaquim?”; “Não.”

De repente, uma brisa. “Ah, que ventinho bom.” “É aqui que o vento faz a curva”, diz Joaquim, na esquina da Saldanha Marinho com a Costa Azevedo. Joaquim assobia enquanto sobe a ladeira. Estamos noutro ritmo de cidade, outra vez mais lento, mais silencioso. “Onde a gente pode comer?” Uma mulher aborda-o no passeio. “É o escritor? É o Milton? Posso tirar uma foto?”; “Claro, mas eu tenho uma taxa de 10 reais”, brinca. “Tem troco?”, pergunta ela e tira a foto. “É, eu tenho leitores aqui. Não tenho nenhum ressentimento com essas pessoas. Gosto.”

O restaurante está cheio, há uma banda a tocar bossa-nova no rés-do-chão. Escolhe a varanda no primeiro andar. Dá para o Teatro Amazonas, para a Banca do Joaquim. “As pessoas pensam que esta destruição é recente, mas começou faz tempo, nos anos 1970”. No final de 2019 escreveu n’*O Estado de S. Paulo*: “Desde a redemocratização do país, nenhum governo refletiu seriamente sobre a diversidade social, econômica, geográfica, cultural e antropológica da Amazônia”, mas dizia que nenhum como o actual foi tão conivente com essa destruição. “Se argumentos científicos não convencem os que professam uma fé fervorosa na irracionalidade, é o caso de perguntar: quais ambições estão ocultas nessa sanha devastadora da Amazônia? Ou: o que há por trás de tantos atos irracionais? Sem dúvida, um alucinado projeto de poder. Mas esse projeto tem aliados poderosos, dentro e fora do Congresso. O empenho do governo federal em perdoar multas ambientais e fragilizar a fiscalização de atividades predadoras é uma carta branca aos grandes grileiros e incendiários. Não se trata de política liberal. O nome disso é barbárie mesmo.”

Pede tambaqui grelhado, farofa na manteiga, baião de dois, uma pimenta, caldo de peixe, e pastel, também de tambaqui. Fala da tradição do bacalhau em Manaus, do cozido e da sopa de couve feita por uma vizinha dos pais. Isso está no romance *A noite da espera*. Volta à tia. “Ela teve uma filha surda-muda. Eu brincava com ela em casa do meu avô. Num domingo ela saiu correndo, foi atropelada por um ónibus e morreu. A imagem mais forte da minha infância era o choro das pessoas.” Isso aparece em *Relato de um certo Oriente*.

A trovoada recomeça com a força da trovoada do dia anterior e do dia antes desse. Reabrimos o livro: “A comida foi servida. Nunca comemos tão bem, peixes os mais variados, de sabor incomum, cobriam a mesa; costela de tambaqui na brasa, tucunaré frito, pescada amarela recheada de farofa. O pacu, o matrinxã, o curimã, as postas volumosas e tenras do surubim. Até caldeirada de piranhas, a caju avermelhada e a preta, com molho de pimenta, fumejava sobre a mesa. E também pirão e sopa com sobras de peixe, farinha feita das espinhas e cabeças, bolinhos de pirarucu com salsa e cebola”.

Talvez fosse de estranhar. É que por essa altura, os olhos de Halim já andavam menos acesos, ainda não baços. “Apenas cansados do presente, sem acenar para o futuro, qualquer futuro.” Será esse o olhar presente do Brasil?



KARINA FREITAS



RESENHAS

DIVULGAÇÃO



Sobre uma jornada íntima e vagarosa

A prosa encantatória do mais recente romance de Francisco J. C. Dantas

Estevão Azevedo

É comentário frequente entre os felizes leitores que se dispuseram à travessia de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa: no início, a atenção se perde por conta do vocabulário e da sintaxe peculiares, e pode ser penoso reconhecer o sentido de muitos trechos do texto. A partir de certo ponto, porém, passadas dezenas ou centenas de páginas, sem que saibamos precisar a razão, talvez graças à desistência ou resignação, a cadência encantatória passa a preponderar e outra espécie de compreensão entra em ação, uma que ultrapassa a camada mais imediata dos significados. A sensação é de uma libertação do jugo dos conceitos, algo que a poesia costuma nos propiciar com muito mais frequência do que a prosa.

Embora em *Uma jornada como outras tantas*, do sergipano Francisco J. C. Dantas, o grau de invenção e a envergadura dos desafios oferecidos ao leitor sejam incomparavelmente menores, neste romance também predomina a sensação de que há, no encadeamento das palavras e das frases, algo

que conduz a um tipo similar de fluência, regida por um prazer, digamos, quase musical. Muito disso tem a ver com a criação bem-sucedida de uma voz autêntica, de gente humilde do interior do país.

A trama do romance de Dantas é simples: grávida do quarto filho, Madrinha é acometida por forte hemorragia. Sinha Amália, a parteira, acode a enferma, mas não há sinal de que ela possa sobreviver se não for levada com urgência de Borda da Mata, vilarejo no interior das Alagoas, a Rio-das-Paridas, cidade onde há posto de saúde e ambulância, e então a Aracaju. O único transporte disponível é o carro de boi, vagaroso e desconfortável, do pouco amistoso Zé Carreiro. Valdomiro, filho adotivo de Madrinha e Teodoro, é incumbido pelo pai de ir em seu lugar. É o jovem de quinze anos quem, décadas depois dessa jornada, ocorrida nos anos 1950, narra a história. Da mistura de ingenuidade, insegurança por não se crer à altura da missão, devoção pela madrastra – às vezes tingida de leve erotismo

– e encantamento pelas paisagens resultam um texto de forte tom lírico. Além da doente, da parteira, do condutor e de Valdomiro, acompanha o grupo o pai de Madrinha, Seu Saturnino. Desesperado pela situação, ele impreca do lombo de seu burro contra a lerdice do carro e o aparente descaso de seu condutor com a gravidade da situação.

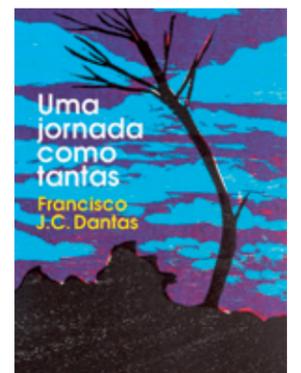
A ideia de uma travessia cujo sucesso e duração dependem da resistência dos animais, das condições do terreno, da fibra e do grau de solidariedade dos homens e do nível de ausência de Estado (criminalidade, corrupção, infraestrutura precária etc) é importante na obra monumental de Rosa e decisiva na de Dantas, cujo andamento segue o compasso determinado pelo casco dos cavalos, pelos rangidos do carro de boi, pelos xingamentos de Seu Saturnino e pelos gemidos da enferma: “Esses elementos visíveis que são pedaços da paisagem, mais as notas falhas do carro, misturados aos gemidos da Madrinha, formam uma barafunda ininteligível que nos faz sentir inúteis, sem condições de abreviar uma solução efetiva e apaziguadora”.

Da produtiva correspondência entre a lentidão dos ciclos do mundo natural – plantações, colheitas, fertilidade – ou, melhor ainda, entre a sabedoria de que tudo leva o tempo que precisa levar, e o ritmo do romance derivam algumas das belezas do texto: “Já avistamos os pendões de milho. Como oscilam com a pancada de vento! Pode ser que avancemos menos devagar do que me parece. Mas, se olhados de longe, tenho certeza: é como se não nos movêssemos do lugar. Nos deslocamos como se fôssemos um pedaço de terra solto na imensidão de um rio. Nos calombos de chão mais altos e enxutos, os bois caminham numa marcha tão silenciosa que chego a ouvir o range-range dos arreios: o tamboeiro de couro cru vai se atritando com a canga e a chaveta. Ou é este cavalo apressadinho que me propicia uma falsa impressão?”

As deslumbrantes descrições da paisagem, dos modos de vida e dos sentimentos humanos são o ponto forte do romance. Chega a ser

prodigiosa a habilidade com que Dantas sustenta por dezenas de páginas consecutivas o interesse do leitor com, por exemplo, variações das agruras físicas da gestante agonizante ou do martírio psíquico do pai que nada pode fazer a respeito, nem mesmo estar ao seu lado. Tudo se descortina diante do leitor com enorme riqueza e vivacidade.

Menos potente é o retrato do sistema político que condiciona a região ao atraso. A oligarquia dos Canuto surge aqui e ali e ganha destaque no desfecho, mas a investigação da sociedade não constitui uma das linhas de força do romance. Uma característica que deveria render para justificar sua escolha, a saber, a da narração a posteriori, não tem repercussões relevantes, o que não chega a frustrar. Em diversas passagens, o narrador reflete sobre a impossibilidade de confiar em sua memória: “Devido à distância de tantos anos recolho essas lembranças sem muita convicção. Há pontos cegos, repito. Sequer sei discernir com propriedade por qual crivo associo as imagens transfiguradas em palavras. Talvez tudo não passe de uma rememoração mais imaginária, cheia de remendos, do que calcada no real”. Essa constatação, no entanto, não se confirma pela existência de possíveis rachaduras em seu relato e não traz implicações. Cativados pelo drama íntimo das personagens, visível numa prosa de estilo exuberante e virtuoso e que remete a uma grande tradição – a de Rosa, de Graciliano, de José Lins do Rêgo –, não chegamos nunca a duvidar da exatidão com que o narrador nos apresenta as paixões que os movem.



ROMANCE

Uma jornada como tantas
Autor – Francisco J. C. Dantas
Editora – Alfaguara
Páginas – 240
Preço – R\$ 64,90

Da vigilância ao compartilhamento

Foi noticiado, em fevereiro último, uma representação na qual entidades de defesa dos direitos do cidadão questionaram judicialmente o metrô de São Paulo, em virtude da adoção de câmeras de reconhecimento facial. O valor de contratação do serviço (ou da venda dos dados, como preferirem) foi de R\$ 58,6 milhões. A iniciativa não é nova: antes, havia câmeras no mesmo metrô captando emoções de passageiros para fins publicitários. A Justiça mandou que essas câmeras fossem desligadas em 2018. Agora, volta-se à captura facial, mas sob a justificativa duvidosa da segurança pública. Também foi utilizado um sistema dessa natureza na Copa do Mundo de 2014, no Brasil. Uma pesquisa da Rede de Observatórios da Segurança mostra que, no país, 90,5% das pessoas encarceradas via reconhecimento do rosto em câmeras é de pele negra.

São dados coletados em portais de notícia da internet que apontam

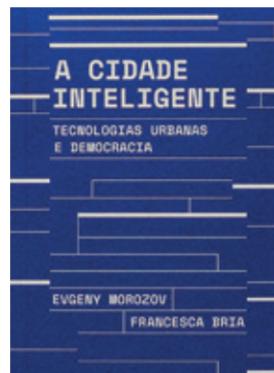
ao alerta feito pelos ensaístas Evgeny Morozov e Francesca Bria em *A cidade inteligente*, livro que discute a ideia de *smart city* a partir de sua participação na implantação de técnicas de controle neoliberais, que excluem os cidadãos do centro dos processos de desenvolvimento. A obra, traduzida por Humberto do Amaral, ainda inventaria experiências práticas de outras possibilidades de uso de tecnologias nas cidades, em geral pautado pelo controle público e pela auto-organização cidadã.

Smart city é um conceito vago já amplamente criticado, mas nunca (segundo os autores) relacionado à acumulação capitalista. Representa, de forma geral, tecnologias implementadas em cidades para produção de novas riquezas, para influenciar o comportamento das pessoas e para trazer supostos ganhos em áreas como sustentabilidade ou segurança. São grandes empresas como IBM, Cisco, Siemens, Google

e afins as que ofertam serviços desse tipo, mesmo que nem todas usem o termo *smart city* para vendê-los. Muitas vezes representa a coleta de dados aparentemente avessos ao controle, como os de natureza pluviométrica ou sobre a coleta de lixo. A questão é que esses sistemas também podem operar um cruzamento de dados das mais diversas fontes, criando formas de indução e de controle. No Ocidente, essa ideia tem sido sinônimo comum da substituição de serviços públicos já consolidados. No Oriente, há casos em que tem sido usada para construção de cidades do zero a fim de atrair investidores, como na Índia.

O desafio exposto pelo livro é o de passarmos “do capitalismo de vigilância para um sistema capaz de compartilhar dados e de experimentar novas formas de cooperação e inovação social voltadas a repensar modelos economicamente sustentáveis e de bem estar futuro”. Ao sair da constatação do problema

para uma listagem de possíveis soluções de forma crítica (pois reconhece as lacunas que ainda precisam ser preenchidas), Morozov e Bria expõem a necessidade de buscarmos soluções inclusivas e democráticas, alinhadas a interesses comunitários (e não de mercado, que hierarquizam cidades e Estados para desunir e criar competição) para usarmos a tecnologia para novos paradigmas econômicos. (Igor Gomes)



ENSAIO
A cidade inteligente
Autores - E. Morozov e F. Bria
Editora - Ubu Editora
Páginas - 192
Preço - R\$49,90

Condição humana

O célebre livro *É isto um homem?*, de Primo Levi, ganhou recente reedição pela Rocco. Interessa discutir a força desse que é um dos mais importantes livros sobre o Holocausto a partir de ideia exposta por Flora Süssekind na capa do **Pernambuco** de dezembro último: a “epifania negativa”. Ou seja: corpos, quando expostos em situações de ameaça (a precariedade como recurso impositivo para pensar o real), como vetores de alumbramentos ou descobertas que, figurados em experiências estéticas, geram ética, politização e consciência de mundo. Primo Levi lembra que “serão a última coisa do Campo a ser esquecida: a voz do Campo, a expressão sensorial de sua geométrica loucura, da determinação dos outros em nos aniquilar, primeiro como seres humanos, para depois matar-nos lentamente”. Vale, partindo dessa ideia, pensar os recentes tremores nos pilares democráticos alemães, com a ascensão de

integrantes de partidos da extrema-direita ao parlamento – o que não acontecia desde 1945 –, ou o reaparecimento de uma onda azul, sobretudo na América Latina. E os “alumbramentos” em Levi surgem da percepção de seus confrontos com o resgate de registros memoriais de múltiplas percepções, que presentifica corpos forçados à anulação e ao apagamento total. (Nuno Figueiróa)



HISTÓRIA
É isto um homem?
Autor - Primo Levi
Editora - Editora Rocco
Páginas - 256
Preço - R\$ 34,90

Elaborar feridas

O romance de estreia de Ariana Harwicz, *Morra, amor* (Instante), ecoa ideias de matrizes teóricas do feminismo contemporâneo, como a contestação de determinismos biológicos, polemizando a discussão da “naturalidade” do amor materno. A protagonista de Harwicz mora no interior da França com “seu homem” e seu filho. A todo momento, há transgressões à fetichização da família e do instinto maternal compulsório, como quando, por exemplo, ao vê-los – marido e filho – de longe em uma de suas fugas da família, ela devaneia: “deu a impressão de ter uma faca com a qual ia me esvaír em sangue com um corte ágil na jugular”. Ou quando no aniversário do filho, diz ser “impossível fazer qualquer coisa além de ser mãe”. A protagonista vive na bomba-relógio de um casamento ideologicamente forçado e socialmente imposto. Ao tocar nessa

ferida, Ariana dá voz aos silêncios que foram e são impostos, participando do esforço de repensar os imaginários sobre a mulher. A autora traz uma reflexão sobre essa que parece ser uma ferida narcísica de uma sociedade (ainda) heteropatriarcal: a de que as mulheres não são instrumentos de maternidades ou matrimônios. Tradução de Francesca Angiolillo. (N.F.)



ROMANCE
Morra, amor
Autora - Ariana Harwicz
Editora - Instante
Páginas - 144
Preço - R\$ 44,90

PRATELEIRA

PATRIOTISMO

Uma das obras-primas do japonês Yukio Mishima (1925-1970), o conto *Patriotismo* figura acontecimentos mundanos em torno de um casal que, tocado por uma tentativa de golpe de Estado ocorrida em 1936 (que existiu), comete suicídio. Mishima é considerado um dos escritores mais importantes do século XX e o conto, nesta edição, vem em uma caixa junto com outro volume, que traz perfil biográfico do autor. Tradução de Jefferson José Teixeira.



Autor: Yukio Mishima
Editora: Autêntica
Páginas: 128
Preço: R\$ 67,90

PROVÍNCIA NEGRA

HQ assinada por Kaled Kanbour (roteiro) e Kris Zullo (ilustração) centrada na trajetória de Luiz Gama (1830-1882). Abolicionista e advogado, Gama foi o primeiro a se afirmar politicamente como escritor negro. A obra é ambientada na São Paulo de meados do século XIX e mostra o escritor lutando para se livrar de uma acusação de assassinato a ele imputada injustamente. No percurso, é exposta a ideologia escravagista que marca nossa sociedade até hoje.



Autores: K. Kanbour e Kris Zullo
Editora: Gabaju Records
Páginas: 80
Preço: R\$ 25

PALMARES DE ZUMBI

Releitura ficcional da vida de Zumbi dos Palmares criada por Leonardo Chalub, com imagens de Luís Matuto. Francisco é um jovem escravizado que vive em Alagoas. À noite, anda pelo vilarejo para vingar as pessoas negras assassinadas no tronco. Assustava senhores de engenho e feitores como um fantasma. Ao fugir para a liberdade, vai para Angola Janga, também conhecida como Quilombo dos Palmares.



Autores: L. Chalub e Luís Matuto
Editora: Autêntica
Páginas: 176
Preço: R\$ 44,90

NÃO PARAREI DE GRITAR

Seleção de poemas de Carlos de Assumpção, poeta que aborda a diáspora africana e a permanência da lógica escravagista no Brasil. Hoje com quase 100 anos de idade, Assumpção vem de uma família de contadores de histórias bastante politizada. Ouvia de seu avô, um homem negro que foi beneficiado pela Lei do Ventre Livre (1871), histórias vistas e vividas por ele sobre a escravidão. O volume é organizado por Alberto Pucheu (UFRJ).



Autor: Carlos de Assumpção
Editora: Companhia das Letras
Páginas: 176
Preço: R\$ 49,90

RESENHAS

FILIPE ACA



O corpo do poema em posição de ataque

Os espaços entre grito, silêncio e animalidade da mulher nos poemas de Susana Thénon

Priscilla Campos

Pensar na imagem como texto e no texto como imagem; encontrar no que se vê – no traço da letra, da figura – um tipo de mediação entre a linguagem e o mundo. Observar as possibilidades existentes no rasgo entre o dito e não-dito que se contorna com os olhos: seja guiado pela palavra ou pelo desenho. Nessa chave de leitura entre imagem e texto, uma pintura me atravessou durante toda a leitura de *Ova completa*, de Susana Thénon, poeta argentina, enfim, publicada no Brasil pela Edições Jabuticaba, com tradução de Angélica Freitas. Trata-se da obra intitulada *Mulher cão* (1994), da portuguesa Paula Rego, na qual encaramos uma mulher acorçada, quase de quatro, com o olhar “perdido” e as mãos dobradas no chão. A mulher está sozinha e sua expressão é de raiva, alarde e cólera. Mas para quem ela olha assim? E por quê? Penso, então, no primeiro poema da ova de Thénon: “por que grita essa mulher? / por que grita? / por que grita essa mulher? / sabe-se lá”. Como no quadro, a potencialidade do grito solitário de uma mulher pode causar susto, surpresa, questionamentos. O poema termina desta maneira: “a mulher / e essa mulher / e estava louca essa mulher? / já não grita / (lembra dessa mulher?)”. A mulher que

pode gritar e morder porque deve estar acometida de loucura, fora de si. E, quando silencia, é esquecida. São essas as brechas que observo nos poemas de *Ova completa*, espaços estreitos que se colocam entre o grito, a mulher animalasca (um ser *descontrolado*) e o silêncio.

Susana Thénon nasceu em Buenos Aires, em 1935. Faleceu na mesma cidade, em 1991. Na primeira etapa de sua produção, lançou *Edad sin treguas* (1958), *Habitante de la nada* (1959) e *De lugares extraños* (1967). Também trabalhou com fotografia, em especial, durante os anos 1970. Então, no que se conhece como sua segunda fase, mais experimental e com outros procedimentos de técnica, lança *Distancias* (1984) e *Ova completa* (1987). Observa-se uma proximidade temporal entre a obra de Rego e o livro de Thénon em questão, um momento, para a representação da mulher na arte, no qual era possível falar alguma coisa. Mesmo que fosse para dizer que não se era (é) possível falar. Após governos violentos e autoritários das décadas de 1960 e 1970, molhadas pelos respingos entre a segunda e a terceira onda feminista, ambas as obras reivindicam a mulher que já não se

esconde. Aqui estão os ovos completos, cheios. Aqui está o corpo que se contorce, geme e ataca.

Para além de uma representação do que é ser mulher ou de nossas ações no mundo, Thénon tensiona, na sua obra, a farsa de um discurso do saber: o conhecimento que deve perpassar pelo clã masculino. De seu poema que intitula o livro, vem a frase: “Filosofia significa ‘violação de um ser vivente’” e ela continua: “Exercem esta atividade os chamados *friends* / ou ‘Confraria dos Sorridentes’, / os fiadores – desde já –, / os que deveras têm o poder e os que creem tê-lo na descomunal mesquita de Ox-Alá”. A poeta dessa segunda fase, dos anos 1980, trabalha com ironia afiada – todo o poema é como uma faca nos dentes, nas botas, nas mãos. Avançar armada com palavras à direção exata do que chamam de poder. Volto, então, ao animalesco. Em resenha publicada na edição de novembro do **Pernambuco**, sobre o livro *Degelo*, de Maria-Mercê Marçal, falei sobre as proposições de Jacques Derrida no texto *O animal que logo sou* (1997), e as questões que envolviam o olhar animal. Aqui e agora, em meio à ova de Thénon, interessa

aproximar o animal de um alicerce do *ser* mulher.

Assim, menos do que explorar a ideia do animal mudo, nomeado, domesticado e visto pelo homem, penso nos poemas de Thénon – como outros escritos latino-americanos da mesma década; a ver, por exemplo, os da uruguaia Marosa di Giorgio –, como estruturas animais. Para além de uma temática, a forma que se molda, por si só, já é animal. Como na pintura de Rego, não se trata de retratar um comportamento animal como alusão à mulher e sim mostrar o corpo (o poema) que se mexe e finca-se na posição de ataque, não de presa. “sou o peixe pequeno / vou até os seus dentes / todos os assuntos estão em ordem”, escreve Thénon. Em determinado momento, Derrida fala de certo paradoxo animal: maligno, perverso, mas, também, inocente e astuto. É um monstro cheio de malícia perante o saber do homem e, ao mesmo tempo, não entende nada, não se ergue como motor principal da sociedade. É um peixe pequeno que vai até os dentes, mas não morre ali, pelo contrário – pode alcançar as entranhas ainda vivo. Uma das maiores forças visuais no quadro de Rego é um dos joelhos da mulher, retratado em primeiro plano de maneira realista e forte; uma parte do corpo grande, estruturante, surpreendentemente ativa. A segurança que se encontra no movimento e no equilíbrio-animal. Da mesma maneira estão os suportes dos poemas de *Ova completa*. São robustos e convidam para o chá, mas sem esquecer que a ofensiva, os olhos agudos e a boca aberta para o grito ou a mordida estão à espreita: “venha tomar um chá / ou não venha / penso em matar / faço o dever para amanhã / já vou indo / e já voltam”.



POESIA

Ova completa

Autora – Susana Thénon

Editora – Edições Jabuticaba

Páginas – 136

Preço – R\$ 30

Sobre estratégias de mulheres negras

Se o racismo e a misoginia, articulados, cruzam a vida de mulheres negras, para elas têm sido historicamente uma fonte de força a escolha por uma vida situada entre a tradição e a transformação. Uma dessas formas parece existir nos arquétipos das ayabás – orixás associados a figuras femininas, como Iemanjá ou Iansã –, que representam referências em inteligência, astúcia, carisma e ímpeto na luta por respeito, segurança e dignidade. Em torno das dinâmicas entre ancestralidade e presente giram as ideias da antropóloga Teresinha Bernardo (PUC-SP) em *Negras, mulheres e mães* (Arolê), fruto de sua pesquisa de livre-docência publicado em 2003 e reeditado no final do ano passado.

Articulado entre pesquisa bibliográfica e etnográfica (com a ONG Fala Preta!), o livro investiga as condições de resistência para a mulher negra numa sociedade que glorifica

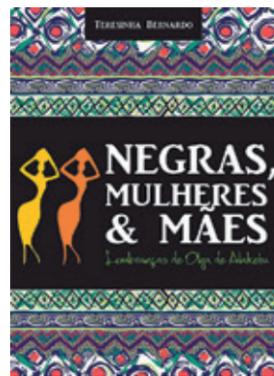
o escravagismo. Não é novidade que relações de ancestralidade constituem refúgio cultural/político para as populações afro-brasileiras, e a cosmovisão iorubá (no livro aparecem pontualmente casos bantós) é um repertório bastante presente na experiência política e intelectual da luta antirracista. Também a maternidade negra – concebida por Patricia Hill Collins como um espaço de poder – se mostra importante pela presença massiva de famílias comandadas por mães. A maternidade e o repertório espiritual se relacionariam, para Bernardo, com as relações poligâmicas da África, onde as esposas, não raro, necessitavam de proteção para os filhos, que poderiam estar ameaçados dentro de disputas por heranças e posições sociais. Essas mulheres tinham de desenvolver “poderes ocultos”, e isso passava, muitas vezes, pela experiência religiosa. No Brasil, diante do racismo

e do genocídio negro, muitas mães teriam realizado experiências afins a esse repertório.

Tudo, então, orbita em torno das categorias do título: raça, gênero e, mais especificamente, maternidade. Não de graça, a figura central do livro é a ialorixá Olga Francisca Régis, conhecida como Olga do Alaketu (1925–2005), uma das sacerdotisas mais importantes do Candomblé no século XX e que surge como exemplo muito positivo da mulher negra ligada à ancestralidade com atuação política prática no mundo, e dentro de uma estrutura social matrifocal. Não há transcrição integral das falas da ialorixá, mas trechos de conversas interpretados pela antropóloga e situados numa perspectiva que a aproxima de outras mulheres negras.

Imprecisões históricas são marcas, a meu ver, pontuais que não prejudicam o trabalho de Teresinha Bernardo, originalmente publicado numa época em que a

articulação desses tópicos básicos à luta antirracista não recebia a atenção que possui hoje. Ao mostrar a existência em curso de uma ética que dá lastro à resistência contra as estruturas que oprimem a mulher negra, o livro convoca os/as que não são mulheres negras a uma postura ativa (tomando partido, estimulando outros protagonismos etc) na construção de uma sociedade que rompa com lógicas da colonialidade. (Igor Gomes)



ANTROPOLOGIA

Negras, mulheres e mães
Autora - Teresinha Bernardo
Editora - Arolê Cultural
Páginas - 200
Preço - R\$ 48,50

Fascismos eternos

M, o filho do século é o primeiro de uma trinca sobre o fascismo, do escritor Antonio Scurati. Traduzido por Marcelo Lino, o livro não traz novos fatos ou denúncias, mas tem suas peculiaridades – como ele ser narrado pelo “próprio” Duce. Mas biografias romanceadas não são novidade; então, que aspectos fazem de *M* uma leitura relevante no contexto atual brasileiro? Certa vez, Scurati disse buscar evitar paralelismos e que afirmar um retorno do fascismo seria um “erro histórico”. Vou na contramão do autor. Pensando no atual contexto da América Latina, nesta notável viragem de uma onda rosa que está se tornando mais azul, é quase inevitável um paralelismo. Em contextos de crises políticas agudas e descrenças nas instituições democráticas, demagogos de certas estirpes surgem com respostas fáceis, alicerçadas em discursos de ódio, preconceito

e exclusão. Isso vale para a Itália do século XX, assim como para vários países do mundo hoje. Apesar do livro valer pela importância da revisitação dessa fratura histórica, é também instrumento para que possamos traçar genealogias do autoritarismo e do seu contexto de nascimento. Afinal, como disse Brecht, “a cadela do fascismo está sempre no cio”. (Nuno Figueirôa)



ROMANCE

M, o filho do século
Autor - Antonio Scurati
Editora - Intrínseca
Páginas - 816
Preço - R\$ 79,90

A forja de Oswald

Talvez se possa dizer que as memórias de Oswald de Andrade (1890–1954) interessem por expor um sujeito que se viu entre diferentes sensibilidades. O homem de origem burguesa e criação carola, cuja virgindade era vigiada pela mãe se forja no choque entre esse repertório com a descoberta do erotismo infantil, as leituras, a proximidade de ideias e pessoas vinculadas às lutas de minorias. Mas, não raro, falhando: há momentos no relato que, se na época eram naturalizados, hoje (ainda que infelizmente continuem comuns) podem incomodar quem lê, como o trato dele com algumas das mulheres que conheceu. Mas é o mesmo homem que lutou pelos direitos das mulheres. Ao expor ambivalências, provoca-nos a pensar sobre possíveis limites para a cobrança ético-política de pessoas do passado a partir da lógica atual

do “cancelamento”. O volume, que traz experiências até 29 anos, tem a fluidez de um romance, e o autor não se preocupa em figurar a si de forma coerente. Quem sabe estejamos diante de um romance de formação obliquo: não sendo romance, mas com tom romanesco, figura o sujeito/personagem Oswald de Andrade em uma jornada entre leituras, viagens e impressões. (I. G.)



BIOGRAFIA

Um homem sem profissão
Autor - Oswald de Andrade
Editora - Companhia das Letras
Páginas - 200
Preço - R\$ 74,90

PRATELEIRA

O TEMPO ADIADO

Com seleção, tradução e posfácio de Claudia Cavalcanti, o volume reúne poemas da austríaca Ingeborg Bachmann (1926–1973), uma das poetisas mais importantes em língua alemã do século XX. Marcada pela experiência de ver o nazismo em ação no seu país, Bachmann buscou uma espécie de pureza para representar o mundo e questões introspectivas – e isso, às vezes, ocorre por meio de uma dicção erudita e pela presença de imagens inusitadas (como a de uma noite iluminada por espinhos).



Autora: Ingeborg Bachmann
Editora: Todavia
Páginas: 208
Preço: R\$ 64,90

CONDIÇÕES NERVOSAS

Originalmente publicado em 1988 e lançado por aqui no ano passado com tradução de Carolina Kuhn Facchin. No romance, a escritora e cineasta Tsitsi Dangarembga conta a história de uma família da etnia Xona no período pós-colonial no Zimbábue. A protagonista, Tambu, explica como a morte de seu irmão mais velho a moldou por ter permitido que ela estudasse e viajasse pelo mundo. *Condições nervosas* é o romance de estreia da autora e o primeiro a ser escrito por uma mulher no Zimbábue.



Autora: Tsitsi Dangarembga
Editora: Kapulana
Páginas: 238
Preço: R\$ 52,90

CAPITALISMO EM DEBATE

Em quatro capítulos, as filósofas Nancy Fraser e Rahel Jaeggi introduzem leitores à história, à conceitualização e aos processos de contestação do capitalismo. O livro foi escrito de forma mais acessível para apoiar o processo de conscientização de pessoas interessadas em conhecer, de maneira mais clara, noções importantes a respeito do sistema capitalista e algumas possibilidades de enfrentamento dele. Tradução de Nathalie Bressiani.



Autoras: N. Fraser e R. Jaeggi
Editora: Boitempo
Páginas: 256
Preço: R\$ 57

EUNUCOS NO REINO DE DEUS

A teóloga feminista Uta Ranke-Heinemann analisa uma extensa bibliografia vinculada à Igreja Católica para revelar as manobras intelectuais criadas por homens brancos e (ao menos em teoria) celibatários a fim de influenciar sobre a opinião pública acerca de temas como aborto, contracepção, homossexualidade e divórcio. Tradução de Débora Donadel e Paulo Fróes.



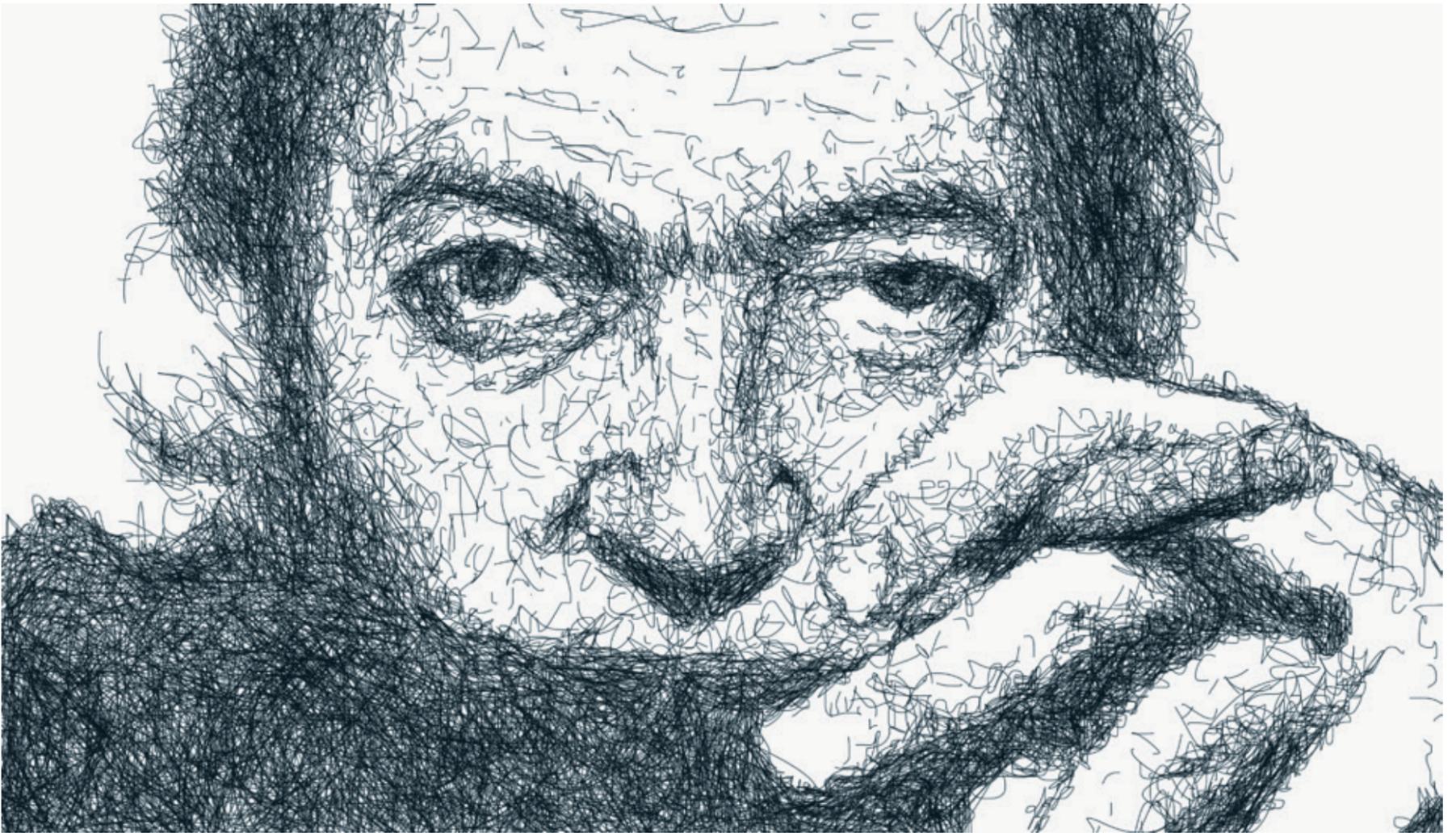
Autora: Uta Ranke-Heinemann
Editora: Record
Páginas: 476
Preço: R\$ 64,90



José CASTELLO

www.facebook.com/JoseCastello.escritor

EDUARDO AZERÉDO



O presente imóvel por Cortázar

Em meio à realidade convulsa (e também estática) em que vivemos, na qual o acúmulo de choques, em vez de nos mover, nos paralisa, procuro na literatura pontos de apoio, espelhos, faróis para me amparar. Encontro um preciso aliado em *A autoestrada do sul*, conto que Julio Cortázar publicou no ano de 1966. O relato abre seu famoso livro *Todos os fogos o fogo*, que releio na edição brasileira da Civilização Brasileira, com tradução de Glória Rodrigues.

Assombra-me, cada dia mais, o imobilismo que nos cerca. Os desastres se acumulam, mas uma estranha anestesia nos impede de esboçar qualquer reação. Pior ainda: as precárias reações que esboçamos servem para muito pouco. Não há como não pensar no brutal engarrafamento na autoestrada do sul e em suas seis filas de carros que enfrentam a viagem de volta a Paris – tema do relato de Cortázar.

A imobilidade os domina. “Qualquer pessoa poderia olhar no relógio, mas era como se esse tempo, amarrado ao pulso direito ou a *bip bip* do rádio, medisse outra coisa fora do tempo”, descreve o escritor argentino. Assim também nos sentimos: expulsos do tempo, banidos da História, como se um grande congestionamento nos impedisse de viver e de avançar. E até de pensar.

Nesse “tempo fora do tempo”, prossegue Cortázar, “nunca se sabe em que momento os automóveis da frente recomeçarão a marchar”. Nossa situação talvez ainda seja pior do que a dos franceses que regressam a Paris: já não sabemos, nem mesmo, qual é nosso destino. No fundo do poço, asfixiados, limitamo-nos a nos debater: “O calor de agosto crescia, [...] tornando a imobilidade cada vez mais enervante”. Estamos em um agosto eterno, agourento, intolerável.

Em meio à desesperança, nos perguntamos, afinal, onde erramos. São tantas as respostas! Sejam quais forem, apontam para algum grande erro – um momento fatal em que todos falhamos. “Ninguém duvidava de que um acidente muito grave tivesse acontecido naquela área, única explicação para aquela lentidão incrível”.

Nessa busca da origem, desesperados, uns acusam os outros. Fala-se na necessidade de “auto-crítica” – mas ela não pode vir a ser apenas uma autoflagelação? É o momento de avançar, não de se lamentar. Mas como avançar se a realidade – como a autoestrada do sul – parece congelada?

Nesse impasse, temos, cada vez mais, a sensação de que o futuro nunca chegará. Escreve Cortázar: “O entardecer não chegava nunca, a vibração do sol sobre as pistas e as carrocerias dilatava a vertigem até a náusea”. Hoje estamos assim: paralisados e enjoados. Olhamos para o futuro e só vemos o insuportável. Asfixiados, resistimos, mal e mal, sobre a autopista que ferve.

Tentamos explicações, esboçamos projetos, reações. Mas como traçar um caminho em uma realidade que se baseia na mentira e na falsificação? Também na autoestrada para Paris, circulam boatos, constroem-se hipóteses, fala-se por falar. Haveria uma batida com três mortos e um menino ferido. Haveria a capotagem de um ônibus de Orly. Como ter certeza de que essas explicações não passam de miragens? “O engenheiro estava certo de que quase tudo era falso”. Em uma era *fake*, em que acreditar?

Prossegue Cortázar: “À parte esses avanços mínimos, era tão pouco o que se podia fazer”. Não é assim que nos sentimos, lentos e impotentes? Não é insuportável a sensação de que nossos pequenos atos não produzem mais qualquer repercussão? Desiludidos, nos apegamos a insignificâncias. “Pela manhã avançou-se muito pouco, mas o suficiente para dar a esperança de que nessa tarde se abriria o caminho para Paris”. Vivemos assim, de pequenas, quase fantasiosas, esperanças. Ilusões. No fundo, guardamos a certeza triste de que o caminho para a nossa Paris nem tão cedo se abrirá. Chegará o dia, mas quando?

A realidade começa a impor suas limitações. Na autoestrada para a capital, agora falta água. Para a maioria, começa a faltar também coragem. Muitos se salvam pelo alheamento. O “homem do Caravelle”, por exemplo, narra Cortázar, se mantém “alheio a todas as ativida-

des”. Pode ser uma estratégia: fingir que nada está acontecendo. Tantos hoje a adotam. O preço a ser pago lá na frente, contudo, é bem alto. Também a fantasia começa a ocupar as mentes engarrafadas. “Surgiam hipóteses, criava-se um folclore para lutar contra a inação”. Leiam o noticiário da imprensa: não é das figuras e declarações folclóricas, embora tristes, que as reportagens se alimentam?

Nos subterrâneos do desespero, destila-se o ódio. Os granjeiros que vivem às margens da autoestrada, por exemplo, cansados de tantas solicitações e de tanta confusão, passam a agredir os motoristas. Ninguém consegue mais pensar, muito menos dialogar. Os próprios motoristas não podem mais se entender. “Era difícil reunir-se para discutir: fazia tanto frio que ninguém abandonava os automóveis a não ser por motivo de força maior”. Mas o que, em meio a tanto desencanto, seria uma “força maior”? O que, ainda hoje, é capaz de nos mobilizar? Levamos um soco por dia, mas continuamos parados. Mortos?

Sufocados pelo congestionamento, os motoristas da autoestrada do sul não sabem mais onde estão. Não têm muita certeza, nem mesmo, a respeito do que veem. “Talvez fosse uma cidade, mas as névoas da manhã não permitiam enxergar nem a vinte metros”. Inevitável lembrar, aqui, do *Ensaio sobre a cegueira*, grande romance de José Saramago. A cegueira se espalha, como uma peste. Fica cada dia mais difícil se mover. A moça do Dauphine ainda vislumbra uma cidade. São sinais – mas de que?

O submundo se alastra. A lei, aos poucos, perde não só o significado, mas a importância. Ninguém se importa com nada. “Tudo se resumia em saber quanto tempo isso ia durar”. Aos poucos, cria-se uma falsa impressão de realidade. A realidade passa a ser aquela paralisia. A adversidade se torna normal. Por que aceitamos as piores coisas? “Nada mais se podia fazer a não ser entregar-se à marcha, adaptar-se mecanicamente à velocidade dos automóveis em redor, não pensar”, descreve Cortázar, como se estivesse hoje entre nós. E não estará?